

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0448871/2018****PREGÃO ELETRÔNICO N.º 044/2018****Sistema de Registro de Preços**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA – TJRR torna público para conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, do tipo menor preço, nas condições estabelecidas neste Edital, a serem regidas pela **Leis n.º 10.520/2002**, pela **LC n.º 123/2006**, pelas **Resoluções TJRR n.ºs 026/2006 e 08/2015**, pelo **Decreto n.º 7.892/2013** e, subsidiariamente, pela **Lei n.º 8.666/1993**, Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), conforme consta nos autos do Procedimento Administrativo TJRR n.º 0008837-60.2018.8.23.8000.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA: 12/12/2018

HORÁRIO: 11h30min (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

Código UASG: 925480

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a formação de Registro de Preços para eventual aquisição de solução de processamento, armazenamento e replicação para a sustentação dos sistemas corporativos e dos serviços de TI ofertados pelo Poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme as especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor máximo desta licitação, para registro de preços, corresponde ao montante de **R\$ 12.698.977,08** (doze milhões, seiscentos e noventa e oito mil novecentos e setenta e sete reais e oito centavos).

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **Pregão** os interessados que estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJRR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. Não será admitida a participação de empresas:

- a) cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- b) suspensas de participar de licitações ou impedidas de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça de Roraima, durante o prazo da sanção aplicada;
- c) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;
- d) proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98, ou nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- e) com quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
- f) reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição;
- g) em processo de falência;
- h) estrangeiras não autorizadas a funcionar no país.

3.3. É defeso ao servidor público transacionar com o TJRR diretamente ou como representante, procurador ou intermediário na forma do art. 117, X e XI da Lei nº 8.112/90 e do art. 110, X, XIII e XIV da LC Estadual nº 053/2001, ou de outra lei estadual ou municipal que proíba a participação na licitação de servidor que exerça gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, ou exerça o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

4. DA VISTORIA

4.1. É facultado à licitante interessada em participar deste Pregão, mediante prévio agendamento junto a Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima - STI/TJRR, realizar vistoria técnica, com antecedência mínima 02 (dois) dias úteis, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações e proceder com os levantamentos necessários para dirimir eventuais dúvidas e familiarizar-se com o desenho da topologia da rede atual do TJRR e da infraestrutura física e virtualizada atualmente em produção, a fim de ofertar uma solução compatível e prever a melhor maneira de executar os serviços.

4.2. A vistoria deverá:

- a. ser agendada de segunda a sexta nos horários de 8:00 às 14:00, pelos telefones (95) 3621-5141 ou (95) 3621-5144; e
- b. entregar no dia da visita devidamente preenchido o Termo de Confidencialidade e Sigilo (Anexo IV).

4.3. Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

4.4. A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer munido de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

- a. a comprovação do vínculo poderá ser feita através do contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente); e
- b. caso o vistoriador não atenda aos requisitos da alínea anterior, a vistoria não será permitida.

4.5. Quando da realização da vistoria, os interessados terão acesso ao ambiente do TJRR, sempre com o acompanhamento de servidor da STI, devendo nesta ocasião verificar:

- a. as instalações físicas dos datacenters, site principal e site secundário;
- b. as características da infraestrutura do ambiente, tais como: quadros de distribuição elétrica, ar-condicionado de precisão, sistema de prevenção e combate a incêndio, cabeamento estruturado, blindagens, piso elevado e outras informações que se fizerem necessárias;
- c. as características e nível de criticidade do ambiente para a realização dos serviços em ambiente de produção, dos cuidados e da necessidade de precauções quanto à continuidade dos serviços;
- d. os equipamentos existentes suas características de funcionamento, configuração e desempenho;
- e. os sistemas e demais softwares utilizados no TJRR; e
- f. a infraestrutura de comunicação que interliga os dois sites.

4.6. Tendo em vista a faculdade de realização de vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Os interessados poderão impugnar as especificações técnicas, condições ou exigências previstas neste edital, por eventual violação à disposição legal, através de petição devidamente instruída, fundamentada e encaminhada ao Pregoeiro, por meio eletrônico - email: subsecretaria.compras@tjrr.jus.br ou entregues na Subsecretaria de Compras, localizada no **Prédio Administrativo do TJRR, na Avenida Cap. Ene Garcez n.º 1696, 3º Piso, Sala 335, Bairro São Francisco, na Cidade de Boa Vista – CEP 69.305-135**, em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

5.2. Qualquer dúvida existente sobre os termos do edital poderá ser objeto de pedido de esclarecimento, por escrito, ao Pregoeiro em até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura do certame, seguindo os mesmos trâmites do subitem anterior (e-mail ou entregues na Subsecretaria de Compras).

5.3. Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação deverão conter, no mínimo:

- a) o número desta licitação, CNPJ/CPF, razão social, endereço completo, nome completo do representante legal/funcionário ou interessado subscritor do pedido e o e-mail para resposta;
- b) a exposição da dúvida para o correto entendimento das regras do edital, ou a indicação do item, cláusula ou condição do edital que pretenda questionar, devendo, neste caso, vir acompanhada das razões da impugnação.

5.4. O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação.

5.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para ciência dos interessados.

6. DA PROPOSTA

6.1. A **licitante** deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2. A licitante deverá consignar, expressamente no sistema eletrônico, o valor unitário ofertado para cada item, já considerados e inclusos no valor apresentado todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

6.3. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

6.4. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

6.5. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

6.6. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

6.6.1. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

6.6.2. Até a abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

6.7. As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

6.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3. Cabe a **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. No horário previsto para a abertura das propostas, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com as especificações e as condições estabelecidas no Edital.

8.2. A análise de preços superiores aos previstos no Termo de Referência - Anexo I do edital será realizada após a fase de lances.

8.3. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

9.2. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.3. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

9.4. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

9.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

9.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja, de plano, manifestamente inexequível.

9.7. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do **Pregão** será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

9.9. O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 (um) a 10 (dez) minutos, o prazo para início do tempo de iminência.

9.10. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

10. DO BENEFÍCIO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

10.1.1. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor máximo para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

10.1.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

10.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

10.1.4. A empresa convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

10.2. Não ocorrendo adjudicação, nos termos previstos no subitem 10.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da **licitante** detentora da proposta originalmente melhor classificada, se houver compatibilidade de preço com o valor de referência e a **licitante** for considerada habilitada.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente a **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação.

11.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. A **licitante** classificada provisoriamente em primeiro lugar, no prazo de 3 (três) horas, se outro não for fixado, contados da convocação efetuada pelo pregoeiro, por meio da opção "Enviar Anexo" no sistema, deverá encaminhar:

a) a sua proposta, em PDF, ajustada ao último lance, **conforme modelo - Anexo II do Edital**, devidamente preenchida de acordo com as especificações do Termo de Referência;

b) os documentos de habilitação solicitados neste edital;

c) A **licitante** deverá apresentar, como parte de sua proposta, declaração de comprovação de aderência aos requisitos técnicos (Anexo XI do Termo de Referência nº 67/2018), com as respectivas referências para os documentos que comprovem que os bens e os serviços estão em conformidade com as especificações técnicas e padrões constante no Termo de Referência e seus Anexos.

c.1) Os documentos comprobatórios podem ser apresentados na forma de texto, desenhos, dados, folders ou hiperlinks de internet para a página oficial do fabricante, e devem ser constituídos por descrição detalhada item a item das características técnicas e de desempenho essenciais dos bens e serviços ofertados, demonstrando sua adequação substancial às especificações técnicas e se aplicável, acompanhados de uma declaração do **licitante** com os respectivos desvios e exceções, sem a inclusão de qualquer símbolo, sinal ou outros elementos indicativos nas propostas ofertadas ou em seus respectivos anexos, que permitam ou possibilitem a identificação do **licitante** que a apresentou, o que implicará em desclassificação da proposta, impedindo a continuidade da participação no procedimento licitatório.

d) A **licitante** deverá comprovar que possui em seu quadro de pessoal profissional qualificado para realização dos serviços contratados, por meio de declaração emitida pelo fabricante ou por certificado de qualificação técnica emitido por centro treinamento credenciado.

d.1) a comprovação de vínculo profissional far-se-á com a apresentação: de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a **licitante** como Contratante; do contrato social da **licitante** em que conste o profissional como sócio; do contrato de trabalho, de certidão de registro e quitação da empresa com indicação dos profissionais como responsáveis técnicos; ou declaração de que o profissional integrará o quadro da

licitante, se a empresa vier a ser contratada, acompanhada de atesto/ciência do profissional.

12.1.1. Excepcionalmente, a licitante poderá encaminhar a documentação supramencionada através do e-mail: subsecretaria.compras@tjrr.jus.br, desde que reste comprovada a inviabilidade de envio por meio do sistema.

12.2. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema *comprasnet* poderão ser solicitadas em original ou cópia autenticada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro.

12.2.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitadas, deverão ser encaminhada a Subsecretaria de Compras localizada no Prédio Administrativo do TJ/RR, situada na Avenida Cap. Ene Garcez, n.º 1696, 3º Piso, Sala 335, Bairro São Francisco, na Cidade de Boa Vista – CEP 69.305-135.

12.3. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação exigida nos subitens anteriores ou qualquer documentação complementar solicitada pelo **Pregoeiro**, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

13. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

13.1. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor máximo fixado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

13.1.1. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TJRR ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

13.1.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.2. Deverá constar na proposta:

- a) a individualização da **licitante**, com razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, indicação de endereço eletrônico (*e-mail*), dados bancários (nome do banco, números da conta corrente e da agência) e assinatura do representante legal da **licitante**;
- b) a descrição clara do objeto cotado e demais especificações, conforme o Termo de Referência - Anexo I do edital;
- c) indicação única de preço em reais, com exibição dos valores unitário e total com duas casas decimais em algarismos; e
- d) sempre quando for possível, índices, folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da **licitante**, a fim de garantir a integridade da documentação e da proposta.

13.3. Não será admitida a proposta manifestamente inexecutável, assim considerada aquela que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado e que não venha a ser demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os preços ofertados são coerentes com os de mercado ou suficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

13.3.1. Havendo indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, o pregoeiro solicitará a arrematante a comprovação da exequibilidade.

13.4. Não será aceita e será desclassificada a proposta:

- a) que não comprovar a sua exequibilidade, quando solicitada pelo pregoeiro;
- b) que apresentar valores unitários ou global superiores aos preços indicados pelo TJRR;
- c) que não for redigida (digitada ou datilografada) no idioma nacional, estiver ilegível, contenha rasuras, ou outros defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- d) com ilegalidades, ou vícios, omissões e irregularidades insanáveis;
- e) que não forem corrigidas as irregularidades ou falhas sanáveis apontadas pelo pregoeiro;
- f) que estiver em desacordo com as condições e especificações do objeto previstas neste edital;

13.5. O critério adotado para julgamento da proposta será o de menor preço global.

13.6. Todas as especificações do objeto, o preço e demais condições ofertadas na proposta vencedora vinculam o **fornecedor registrado**.

13.7. Se a proposta não for aceitável ou se a **licitante** deixar de enviar a documentação exigida, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. A habilitação das **licitantes** será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada no subitem 14.2 deste edital, de acordo com os arts. 27 a 33 da Lei n.º 8.666/93.

14.1.1. As **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

14.2. As **licitantes** deverão complementar os documentos de habilitação referidos no subitem anterior, relativos à:

14.2.1. Regularidade Trabalhista

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

14.2.2. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da Licitante, ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei nº 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato;

b) Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, quando qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1.

14.2.3. Qualificação Técnica

a) O FORNECEDOR deverá apresentar documentos que comprovem a sua aptidão para realizar a implantação da solução ofertada, por meio de atestados de capacidade técnica, emitido em seu nome, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO e PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, a contento, com no mínimo (08 servidores hiperconvergentes) ou superior à exigida neste instrumento, não podendo haver somatória de atestados.

a.1) Os atestados apresentados poderão ser objeto de diligência a critério do CONTRATANTE, para a verificação da autenticidade do conteúdo.

Se encontrada divergência entre o especificado no atestado de capacidade e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no presente processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

a.2) Os atestados de capacidade técnica deverão ser apresentados em português ou acompanhados de tradução, em original ou por meio de fotocópias autenticadas em Cartório, em papel timbrado da empresa, constando nome da pessoa jurídica, endereço completo, nome completo e telefone do responsável pelas informações.

14.3. A **licitante** obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

14.4. O pregoeiro verificará eventual enquadramento nas vedações elencadas no item 3 – Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

c) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

14.5. As consultas previstas no subitem anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária **licitante** e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.6. O enquadramento da **licitante** em qualquer das hipóteses do subitem 3.2 acarretará, como consequência, a inabilitação da **licitante**.

14.7. A **licitante** deverá comprovar que sua atividade empresarial se relaciona ao objeto desta licitação mediante apresentação de seu ato constitutivo, ou outro documento hábil, além de informar o nome e CPF de seu administrador e/ou sócio majoritário, salvo se tal informação já constar no SICAF.

14.8. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.9. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito ao registro de preços e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.10. Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

14.11. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

14.12. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.13. Os documentos que não apresentarem data de validade serão considerados válidos para este certame pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.

14.14. Será inabilitada a **licitante** que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14.15. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.16. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

15. DA AMOSTRA

15.1. Não se exigirá que a **licitante** apresente amostra do objeto licitado.

16. DO RECURSO

16.1. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

16.1.1. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à **licitante** vencedora.

16.1.2. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

16.1.3. A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais **licitantes**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.1.4. Não serão acolhidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

16.1.5. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.2. Caberá as **licitantes**, encerrada a etapa de lances, a consulta regular ao sistema "Comprasnet" a fim de verificar se foi declarada a vencedora e se está aberta a opção para a interposição de recurso.

16.3. Caso admitido, o recurso será decidido pelo Secretário-Geral.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto deste **Pregão** será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação.

17.2. A homologação deste **Pregão** compete ao Secretário-Geral do Tribunal de Justiça de Roraima.

17.3. O objeto deste **Pregão** será adjudicado globalmente à **licitante** vencedora.

17.4. Após a homologação do certame, o licitante vencedor deverá providenciar, no prazo de 03 (três) dias úteis, solicitação de credenciamento de usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, instituído pela Resolução TJRR n.º 029/2016 e regulamentado Portaria TJRR n.º 1650/2016.

17.4.1. A solicitação de credenciamento será realizada no sítio www.tjrr.jus.br.

17.4.2. A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas dispostas no item 19.1.

18. DO CADASTRO RESERVA

18.1. Antes da homologação do certame será realizada consulta as licitantes interessadas, conforme a ordem de classificação, em reduzir seus preços ao valor da proposta vencedora, a fim de integrar o cadastro reserva da ata de registro de preços.

18.2. Na hipótese de eventual contratação de **licitante** integrante do cadastro reserva, em razão de não assinatura da ata pelo adjudicatário ou do cancelamento do registro do detentor da ata, será verificada as condições e exigências do edital e seus anexos, além da observância do teor da ata da sessão pública e da proposta vencedora da licitação.

18.2.1. A verificação, neste caso, das condições, exigências e demais procedimentos para contratação do remanescente integrante do cadastro reserva, será realizada pela Secretaria de Gestão Administrativa.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A **licitante** será sancionado com o impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520/02, sem prejuízo da aplicação de multa e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo; ou
- g) cometer fraude fiscal.

19.2. Para os fins da alínea "f" do subitem anterior, reputar-se-ão inidôneos os atos de quem faz declaração falsa, bem como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

19.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços ou o contrato, dentro do prazo estabelecido no edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida em não manter a sua proposta, sujeitando-o ao pagamento de multa compensatória de 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor da obrigação assumida no certame, nos termos dos arts. 81 e 87, II, da lei 8.666/93 e do art. 1.º, IV, da Portaria GP/TJRR n.º 306/2014, sem prejuízo da aplicação da penalidade prevista na letra "d" do subitem 19.1.

19.3.1. Será devida pelo Contratado apenas a multa moratória prevista no art. 86 da Lei n.º 8.666/93 e no art. 1.º, I e II, da Portaria GP/TJRR n.º 306/2014, a contar do término do prazo estabelecido no edital até a efetiva assinatura da ata de registro de preços ou do contrato, exceto se a demora não colocar em risco aspectos de conveniência e oportunidade administrativa no registro de preços, da seguinte forma:

- a) a multa será calculada no percentual de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do item ou serviço em mora, por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias.
- b) a multa será de 10% (dez por cento) com acréscimo de 0,13% (treze décimos por cento) ao dia, incidente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, sobre o valor do item ou serviço em mora, na hipótese de atraso por período superior ao previsto no inciso I, limitado em até 60 (sessenta) dias.

19.4. A **licitante** poderá sofrer a penalidade de advertência prevista no inciso I, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, em casos de falhas na execução do objeto que não acarretarem prejuízos significativos ao TJRR.

19.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.6. A aplicação das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual n.º 418/2004.

19.7. As penalidades serão registradas no SICAF e inseridas no *site* do Tribunal de Justiça.

20. DO REGISTRO DE PREÇOS

20.1. Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de sua convocação, para assinar a ata de registro de preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas neste edital.

20.1.1. No mesmo prazo para assinatura da Ata, o adjudicatário deverá apresentar a declaração antinepotismo, conforme modelo constante do Anexo III.

20.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da ata de registro de preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **licitante** vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

20.3. O não comparecimento ou recusa injustificada do **fornecedor** em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital.

20.4. Na hipótese de não assinatura da ata de registro de preços pelo adjudicatário, as **licitantes** remanescentes poderão ser convocadas para fornecer o objeto, observando-se o procedimento legal, as condições fixadas neste Edital e na sua respectiva proposta comercial.

20.4.1. As **licitantes** remanescentes que não aceitarem o fornecimento do bem ou serviço no preço ofertado pelo primeiro colocado/adjudicatário não sofrerão sanção administrativa por esse motivo.

20.5. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento pelo detentor da ata nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

20.5.1. Serão registrados na ata os preços e quantitativos da **licitante** mais bem classificado durante a fase competitiva.

20.5.2. Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro das **licitantes** que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da **licitante** vencedora na sequência da classificação do certame.

20.5.3. A ordem de classificação das **licitantes** registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.

20.6. O detentor da ata deve manter, durante o prazo de validade da ata de registro de preços, as mesmas condições de habilitação sob pena de ter seu registro cancelado.

20.7. Os preços registrados terão prazo de validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação.

20.8. O preço registrado e os respectivos **fornecedores** serão divulgados no Diário da Justiça Eletrônico, assim como disponibilizados pelo TJRR, através de meio informatizado de consulta, durante a vigência da ata de registro de preços.

20.9. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo à Secretaria de Gestão Administrativa promover as negociações junto aos **fornecedores**, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II, do caput do art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993.

20.10. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TJRR convocará os **fornecedores** para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

20.10.1. Os **fornecedores** que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

20.10.2. A ordem de classificação dos **fornecedores** que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

20.11. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o **fornecedor** não puder cumprir o compromisso, a administração poderá:

- a) liberar o **fornecedor** do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) convocar os demais **fornecedores** para assegurar igual oportunidade de negociação.

20.12. Não havendo êxito nas negociações, o TJRR deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

20.13. O registro do **fornecedor** será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput do art. 87, da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002; ou
- e) o detentor da ata não manter, durante o prazo de validade da ata de registro de preços, as mesmas condições de habilitação.

20.14. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas letras "a", "b", "d" e "e" do subitem anterior, será formalizado por decisão devidamente fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20.15. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do **fornecedor**.

20.16. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência o **fornecedor** registrado em igualdade de condições.

20.17. A ata de registro de preços, durante sua vigência, desde que devidamente justificada a vantagem, poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública estadual ou municipal que não tenha participado do certame licitatório.

20.17.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o TJRR sobre a possibilidade de adesão.

20.17.2. Caberá ao **fornecedor beneficiário** da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o TJRR.

20.17.3. As adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços e, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

20.17.4. Compete ao órgão não participante, na hipótese de adesão:

- a) efetivar a aquisição ou contratação do objeto registrado em até noventa dias;
- b) praticar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo **fornecedor** das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao TJRR.

20.17.5. É vedada à adesão da ata de registro de preços do TJRR pelos órgãos e entidades da administração pública federal.

21. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

21.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o **fornecedor** beneficiário poderá ser convocado, a qualquer tempo durante sua vigência, para assinatura do contrato, dentro do prazo de até 02 (dois) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

21.1.1. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pelo **fornecedor** registrado em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

21.2. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o detentor da ata de registro de preços mantém as condições de habilitação.

21.2.1. Aplica-se a mesma regra as **licitantes** remanescentes para verificação das condições de habilitação antes de eventual contratação.

21.3. As condições de pagamento e outras obrigações estão previstas no Termo de Referência - Anexo I e Minutas de Contrato - Anexos V, VI e VII deste edital.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

22.2. O acompanhamento e a fiscalização da ata de registro de preços serão exercidos por um representante da Administração especialmente designado pela Secretaria Demandante.

22.3. É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase deste procedimento licitatório, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e

classificação.

22.5. Este edital estará à disposição dos interessados, pela Internet, nos endereços www.comprasgovernamentais.gov.br e www.tjrr.jus.br (menu “licitações”), será publicado na forma da lei, e deverá ser lido e interpretado na íntegra, não sendo aceitas alegações de desconhecimento após a entrega da proposta.

22.6. O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art.49 da Lei Federal n.º 8.666/93.

22.7. Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documentos, em substituição aos documentos exigidos pelo presente edital e seus anexos.

22.8. A **licitante**, caso seja vencedora, manterá preposto, aceito pelo TJRR, durante o período de vigência da Ata, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado, no ato da assinatura da Ata, mediante declaração em que deverá constar o nome completo, n.º do CPF e do documento de identidade, endereço de *e-mail* e número de telefone válidos para o recebimento de informações e notificações, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

22.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.10. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.11. São partes integrantes deste edital independente de transcrição: o Termo de Referência (Anexo I), Modelo de apresentação de proposta de preços detalhada após o encerramento dos lances (Anexo II), Modelo de Declaração Antinepotismo (Anexo III), Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo IV) e Minutas de Contratos (Anexo V, VI e VII).

22.12. Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria-Geral.

Henrique de Melo Tavares

SUBSECRETÁRIO DE COMPRAS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA n.º 067/2018 – EVENTO SEI Nº 0446347.

FORMAÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE PROCESSAMENTO, ARMAZENAMENTO E REPLICAÇÃO PARA A SUSTENTAÇÃO DOS SISTEMAS CORPORATIVOS E DOS SERVIÇOS DE TI OFERTADOS PELO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

1. INTRODUÇÃO

1.1. A lei n.º 10.520/02, que institui a licitação na modalidade pregão, estabelece, em seu art. 3º, que a definição precisa, suficiente e clara do objeto por meio de Termo de Referência constitui fase preparatória do Pregão.

1.2. Assim, o presente instrumento engloba o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto, tendo sido elaborado com base nas informações apresentadas no Procedimento Virtual SEI n.º 0008837-60.2018.8.23.8000.

1.3. A contratação pretendida deverá observar, ainda, o disposto nas Resoluções TP n.º 026/2006 e 008/2015, que instituem, respectivamente, a licitação na modalidade pregão e o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Corte de Justiça, bem como a Lei 10.520/02 e, subsidiariamente, no que couber, os dispostos na Lei 8.666/93.

2. OBJETO

2.1. O presente instrumento tem por objeto a formação de Sistema de Registro de Preços para eventual aquisição de solução de processamento, armazenamento e replicação para a sustentação dos sistemas corporativos e dos serviços de TI ofertados pelo Poder Judiciário do Estado de Roraima.

2.2. Para fins de adequação ao disposto na lei n.º 10.520/02, consideram-se os bens em tela como comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

3. FINALIDADE/JUSTIFICATIVA

3.1. A infraestrutura computacional do Tribunal possui altos níveis de complexidade de administração e jurisdicionais desta Corte, especialmente no que tange ao provisionamento, integração, disponibilidade, flexibilidade, gerenciamento centralizado, segurança das informações, além de uma crescente demanda por espaço para armazenamento de dados, provocando impactos diretos no bom atendimento nas demandas por novos serviços digitais.

3.2. A infraestrutura tecnológica que sustenta as aplicações e serviços de TI do TJRR dependem de diversas soluções de *hardware* e *software* para sua composição e funcionamento, sendo necessária a constante manutenção e atualização deste parque de modo a manter a compatibilidade e o nível de suporte técnico adequado a necessidade, além do acesso a novos recursos.

3.3. Várias soluções que compõem a infraestrutura do data center do TJRR atualmente encontram-se descontinuadas ou sem suporte pelo fabricante e tal renovação é significativamente onerosa tanto na renovação do suporte como na renovação da garantia, pois já está operando há muitos anos. Naturalmente, ocorre uma defasagem tecnológica, além do fim do suporte prestado pelo fabricante, sem possibilidade de renovação, causando uma insegurança na entrega do serviço prestado pela TI.

3.4. A escalabilidade, neste cenário, é extremamente importante, pois é a capacidade de aumentar o tamanho do software ou do hardware de forma rápida de maneira que resguarde o investimento feito. Quando falamos da escalabilidade do software em si estamos falando sobre ter um código e uma arquitetura aberta, que é fácil de dar manutenção, de aumentar suas funcionalidades. Com a atualização do parque além da solução garantir esse crescimento de forma mais econômica, resguardar todo o investimento já existente, pois uma das premissas do projeto é o aproveitamento dos recursos legados (existentes).

3.5. Como se trata de um ambiente crítico e vital para o bom funcionamento dos serviços de TI, não se recomenda continuar operando com equipamentos obsoletos e sem suporte técnico especializado, sem uma opção de um segundo site para resguardar a integridade dos dados deste Tribunal, além de não

poder usufruir das plataformas tecnológicas mais modernas que garantam a escalabilidade e resguardem os investimentos já existentes nesta Corte de Justiça.

3.6. Demonstrativo de resultados a serem alcançados com a solução:

- a. **desempenho:** garantir um processamento de dados e armazenamento de alto desempenho controlado por equipamentos robustos;
- b. **disponibilidade:** prover alta disponibilidade da infraestrutura tecnológica do Tribunal através da redundância da solução;
- c. **escalabilidade:** permitir a expansão do ambiente de forma fácil, ordenada e padronizada tanto de hardware como a de software aberto;
- d. **eficiência:** garantir uma maior eficiência dos recursos computacionais devido a integração, compartilhamento e/ou agrupamento das plataformas de processamento, de armazenamento e de *software*, além do aproveitamento do legado resguardando o investimento já feito no erário público;
- e. **gerenciamento integrado:** facilitar o monitoramento e gerenciamento da infraestrutura de dois sites de forma centralizada; e
- f. **suporte técnico especializado:** garantir o nível de suporte técnico necessário para um ambiente corporativo complexo.

3.7. Alinhamento entre a demanda e o Planejamento Estratégico Institucional ou Planejamento de Tecnologia da Informação e Comunicação.

3.7.1. A presente demanda está alinhada com os principais documentos estratégicos deste Egrégio Tribunal de Justiça, conforme demonstrado a seguir:

- a. Planejamento Estratégico Institucional 2015 - 2020.
 - i. proporcionar eficiência e segurança nos sistemas utilizados.
- b. Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação 2015 - 2020:
 - i. garantir a infraestrutura que suporte a estratégia de TIC.
 - ii. garantir a integridade e disponibilidade de todos os serviços de TI do Poder Judiciário.
 - iii. promover a Segurança da Informação.
- c. Macro Projeto :
 - i. automação Total.
- d. vínculo com o Plano de Aquisições e Contratações 2017-2018:
 - i. item 3.9.6 - Aquisição de solução de replicação para data center.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. O objeto deverá estar em conformidade com as especificações constantes deste instrumento e seus anexos.

4.1.1. A solução integrada de processamento, armazenamento, comunicação, backup e replicação de dados inclui equipamentos, softwares, licenciamentos, atualizações, subscrições e serviços técnicos especializados, atendendo plenamente às especificações requeridas neste Termo de Referência, composta por no mínimo os seguintes itens:

Hardware	Servidores hiperconvergentes (tipo 1 e tipo 2).
	Switch (Conectividade).
Software	Software integrado.
	Software monitor de máquina virtual (hipervisor).
	Software de Gerenciamento Centralizado.
	Software de Backup.
Serviços	Serviços de Manutenção e Suporte Técnico.
	Serviços de Treinamento com Transferência de Conhecimento e Tecnologia.

4.1.2. Os itens e quantitativos a serem registrados encontram-se dispostos na tabela abaixo e suas especificações complementares estão nos respectivos anexos:

Tipo	Item	Descrição do Equipamento	Unidade	Quantidade	Especificações
Hardware	01	Servidor Hiperconvergente Tipo 1.	Servidor	12	Anexo I
	02	Servidor Hiperconvergente Tipo 2.	Servidor	4	
	03	Switch de Conectividade.	Unidade	4	
Software	04	Fornecimento e licenciamento do software integrado, software hipervisor, software de gerenciamento centralizado e software de backup.	Licença	16	Anexo II
Serviço	05	Serviços de Manutenção e Suporte Técnico, por 60 meses.	Serviço	16	Anexo III
	06	Treinamento com Transferência de Conhecimento e Tecnologia para 10 pessoas.	Und.	01	

4.2. Os servidores hiperconvergentes devem contemplar, no mínimo, os seguinte recursos de hardware:

Servidor		Especificação dos recursos mínimos disponibilizados por servidor						
		Nós por Cluster			Núcleos		Memória RAM	Armazenamento Bruto
Modelo	Quantidade	Mínima	Aumento	Máximo	Core	Clock		
Tipo 1	12	3	1	64	28	2.2 Ghz	512 GB	60 TB (MÍNIMO DE 3.8 TB SSD)
Tipo 2	4	3	1	64	16	1.8 Ghz	192 GB	60 TB (MÍNIMO DE 3.8 TB SSD)

- as quantidades constantes na tabela acima representam os recursos mínimos esperados para cada tipo de servidor;
- nós por cluster - mínima - apresenta a quantidade mínima de nós necessários para iniciar um novo cluster;
- nós por cluster - aumento - apresenta a quantidade de nós necessários para o incremento do cluster;
- nós por cluster - máximo - apresenta a quantidade máxima de nós suportados pelo cluster;
- a capacidade total de processamento será de, no mínimo, 855 Ghz (12x(28x2,2) + 4x(16x1,8));
- a capacidade total de memória RAM será de, no mínimo, 6.75 TB (((12x512)+(4x192))/1024);
- a capacidade total de armazenamento será de, no mínimo, 960 TB (16x60);
- o conjunto de requisitos especificados para cada item podem ser atendidos por meio de composição com outros equipamentos ou softwares utilizados no atendimento aos demais itens, de maneira integrada, desde que não implique em composições genéricas de forma acoplada, que não altere a topologia de rede TJRR e que não exponha os ativos de TIC a riscos de segurança da informação, em termos de integridade, confidencialidade e disponibilidade;
- a solução deverá prover uma infraestrutura integrada de alta disponibilidade em configuração de grupo de servidores (cluster) para ambientes virtualizados, desenvolvidos pelo fabricante do sistema de armazenamento definido por software ou constar no guia de compatibilidade do fabricante do sistema de armazenamento definido por software. Não serão aceitas soluções ou funcionalidades implementadas via software ainda em fase de desenvolvimento, ou seja, não homologadas para ambientes de produção;
- a solução deverá suportar servidores com diferentes especificações de hardware, no mesmo grupo de servidores (cluster) ou futuros agrupamentos com configurações distintas de processadores, memória, e discos; e
- a CONTRATADA deverá prover todos os recursos necessários à montagem, instalação e configuração da solução, sem ônus adicionais ao TJRR, incluindo, mas não se limitando ao, fornecimento de cabos elétricos, adaptadores elétricos, tomadas, kits para racks, gavetas, braços, trilhos, parafusos, porcas, conectores, *patch panels*, *transceivers*, transceptores e cabos lógicos.

4.2.1. As especificações complementares para os Servidores hiperconvergentes constam no **Anexo I**.

4.3. Os Switches de conectividade devem:

- suportar pelo menos 52 portas ativas simultaneamente, sendo pelo menos 48 (quarenta e oito) portas 1/10Gbps Ethernet para transceivers SFP+ e 4 (quatro) portas 40Gbps Ethernet para transceivers QSFP;
- suportar pelo menos 24 (vinte e quatro) portas híbridas 1/10 Gbps que podem operar a 1 Gbps e 10 Gbps de acordo com a velocidade do transceiver utilizado. Essas portas devem ser compatíveis com transceivers SFP e SFP+ que utilizam conectores do tipo LC;
- suportar pelo menos 16 (dezesesseis) portas 16 Gbps FC. A instalação dessas portas podem ser realizadas através da instalação física de um módulo de interface ou habilitação de interfaces através de licença de software. Essas portas podem operar em modo Universal Port ou Flex Port, onde a mesma porta pode operar como 1/10Gbps Ethernet e como 16Gbps FC;
- suportar pelo menos 4 (quatro) portas 40 Gbps Ethernet. A instalação dessas portas podem ser realizadas através da instalação física de um módulo de interface ou habilitação de interfaces através de licença de software. Essas portas devem ser compatíveis com transceivers QSFP+ que utilizam conectores do tipo LC ou MPO;
- possuir 1 (uma) interface 10 Gbps de longa distância (até 10 Km) licenciada e habilitada, pronto para uso, homologada e certificada pelo fabricante;
- possuir 14 (quatorze) conexões de rede 10 GbE (Dez Gigabit Ethernet) licenciadas e habilitadas, sendo que, deverão ser fornecidos pelo menos 14 (quatorze) transceivers SFP+ (small form-factor pluggable) com respectivos cabos de fibra padrão OM3 ou superior, com conectores LC em ambas as extremidades, com pelo menos 5 (cinco) metros de comprimento. Alternativamente serão aceitos 2 (dois) cabos de rede de conexão direta (Direct Attach) ou Twinax com conectores SFP+ em ambas as extremidades com pelo menos 3 (três) metros de comprimento para conexão com os módulos de conexão; e
- possuir 4 (quatro) conexões de rede 40 GbE (Quarenta Gigabit Ethernet) licenciadas e habilitadas para interligação entre os sites, com pelo menos 4 (quatro) transceivers QSFP+ (*quad small form-factor pluggable*) em cada switch.

4.3.1. As especificações complementares para os Switches de conectividade constam no **Anexo I**.

4.4. Os softwares necessários para o adequado funcionamento da solução, devem:

- ser fornecidos por meio de concessão de licença perpétua (*perpetual licenses*), com as devidas subscrições, assinaturas e acesso às bases de dados de atualização de todos os produtos e módulos integrantes da solução, que deverão permanecer ativas e válidas pelo prazo de vigência do contrato, independentemente da metodologia de licenciamento adotada pelo fabricante;
- o licenciamento deve suportar toda a solução hiperconvergente, inclusive para os equipamentos legados do TJRR que deverão funcionar de maneira integrada com a solução proposta;
- todos os produtos que compõem a solução devem ser novos e de primeiro uso, de modo que a garantia, a manutenção e o suporte à solução e suas funcionalidades sejam inteiramente integradas e gerenciadas através de uma única console de gerenciamento;
- os softwares ofertados deverão permitir e compatibilizar-se na hospedagem de serviços de tecnologia da informação, instalados em máquinas virtuais com, no mínimo, Sistema Operacional Linux (RedHat, CentOS e Ubuntu) e Microsoft Windows Server (2008R2, 2012R2 e 2016), sejam eles

servidores de gerenciamento de banco de dados (Oracle, MySQL ou PostgreSQL), servidores de arquivos compartilhados, servidores de diretórios, servidores de virtualização de desktops, servidores de gerenciamento de e-mail, servidores de colaboração e container (docker), dentre outros servidores. A compatibilidade deve ser comprovada através de boletins de suporte do respectivo fabricante ou documentos de parcerias tecnológicas;

- e. durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA será a única responsável pelo fornecimento dos softwares, aplicativos, programas de computador e sistemas operacionais integrantes da solução proposta, com as suas respectivas licenças. Nesse contexto, incluem-se além dos softwares descritos na alínea b do item 4.1.1, os sistemas operacionais básicos, *patches* de atualização, softwares de aplicações, softwares de bancos de dados, dentre outros necessários ao funcionamento da solução;
- f. os softwares propostos e licenciados para a solução, excluindo aqueles a serem instalados em equipamentos para o provimento de serviços específicos do TJRR que serão integrados à solução, devem ser instalados nos hardwares fornecidos pela CONTRATADA. Nesse contexto, incluem-se os softwares dimensionados para prover os serviços da solução, bem como, aqueles referentes à administração e monitoramento dos equipamentos e serviços, que devem ser instalados em sua última versão estável e atualizada pelos respectivos fabricantes;
- g. toda e qualquer atualização dos produtos deve ser fornecida, incluindo atualizações, assinaturas, bases de dados, novas versões lançadas ou novos produtos que venham a substituí-lo no mercado, sem ônus adicional para o TJRR. Entende-se como atualização o provimento de toda e qualquer evolução do produto, incluindo *patches*, *fixes*, correções, *updates* e *service packs*, novas *releases*, *builds* e funcionalidades, bem como, o provimento de *upgrades* para novas versões de mercado ou lançamentos, independente da simples alteração cosmética do nome do produto ou do fato do produto ter sido reescrito. O provimento de *upgrades* deve englobar, inclusive, versões não sucessivas, caso a disponibilização de tais versões ocorra durante o período da vigência do contrato;
- h. a cada nova liberação de versão e *release*, a CONTRATADA deverá apresentar documentação pertinente, tais como: nota informativa das novas funcionalidades implementadas, manuais e demais documentos técnicos, que porventura existirem;
- i. as atualizações devem ser fornecidas independentemente de solicitação expressa do TJRR e garantir a subscrição das assinaturas e licenças dos softwares e das bases de dados de todos os produtos e módulos integrantes da solução, que deverão permanecer ativas e válidas pelo prazo de vigência do contrato;
- j. no caso de descontinuidade do software durante a vigência do contrato, o mesmo deverá ser substituído pelo seu sucedâneo, sem custos para o TJRR; e
- k. as licenças de uso de software necessárias para o adequado funcionamento da solução devem ser fornecidas, pela CONTRATADA, em caráter permanente, podendo ser utilizadas por tempo indeterminado, mesmo que não subsista o direito de receber atualizações ou que não haja contrato de garantia de software com o fabricante ou seu representante.

4.4.1. As especificações complementares para os softwares constam no **Anexo II**.

4.5. Os serviços de garantia, manutenção e suporte técnico deverão ser prestados durante toda a vigência do contrato, de acordo com os seguintes critérios:

- a. o hardware deverá ser projetado, desenvolvido, testado e homologado para os softwares propostos, a fim de que o suporte e a garantia de ambos sejam prestados por um único ente, que pode ser o próprio fornecedor, o fabricante de maneira solidária, ou ainda, um representante devidamente credenciado, pelo período de 60 (sessenta) meses, contemplando o atendimento presencial (on-site) em Boa Vista/RR;
- b. com o intuito de assegurar a continuidade das operações sem impacto para as aplicações ou descontinuidade nos serviços de TIC ofertados pelo TJRR, a CONTRATADA deverá em, no máximo, 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho, apresentar:
 - i. Plano de Implantação (Anexo V) contendo o detalhamento da proposta técnica e o cronograma de implantação da solução; e
 - ii. Plano de Continuidade de Negócios (Anexo VI) contemplando os procedimentos necessários para minimizar os efeitos que eventuais acontecimentos de naturezas variadas possam causar, bem como, as fases necessárias para colocar o ambiente novamente em produção.
- c. a CONTRATADA será a única responsável pelos serviços de implantação, contemplando a instalação, configuração e integração de todos os componentes que compõem a solução, considerando a disposição em dois sites distintos, inclusive com a utilização dos equipamentos já existentes nas dependências do TJRR;
- d. a solução ofertada deverá ter alta qualidade, disponibilidade, desempenho, segurança e contar com elevado grau de atualização tecnológica. Para isso, a CONTRATADA deverá seguir as melhores práticas de projeto e implementação;
- e. a CONTRATADA, de forma solidária com o fabricante dos equipamentos, prestará os serviços especializados de suporte técnico e manutenção em garantia de todos os produtos ofertados, incluindo substituição de partes e peças, atualização (*updates*, *releases*, *builds* e *service packs*) de *firmwares* e de versão dos softwares que integram a solução, pelo período de 60 (sessenta) meses, contemplando o atendimento presencial (on-site) em Boa Vista/RR;
- f. todos os custos decorrentes de possível deslocamento de equipe técnica ao Estado de Roraima para realização de atendimento presencial (on-site) quando houver severidade do problema detectado e a depender da natureza da demanda, ficarão no encargo da empresa;
- g. a CONTRATADA será a única responsável pelos serviços de transferência de conhecimento e tecnologia na modalidade *hands on*, ou seja, a CONTRATADA deverá proceder com a passagem do conhecimento relativo a tecnologia ofertada durante a própria implantação da solução e enquanto a solução estiver sendo utilizada, sendo que a equipe técnica da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TJRR deverá acompanhar todos os serviços; e
- h. as solicitações para suporte técnico e manutenção em garantia podem ser registradas logo após a emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**.

4.5.1. Dos serviços de Garantia:

- a. os procedimentos de garantia deverão seguir os parâmetros definidos neste Termo de Referência, a fim de assegurar a continuidade das operações durante o período de vigência do contrato, respeitando as condições estabelecidas no **Instrumento de Medição de Resultados (IMR)** previsto no subitem 10.6 deste instrumento;
- b. a subcontratação de serviços de terceiros para o atendimento da garantia, que é de responsabilidade da CONTRATADA, dependerá de autorização prévia do TJRR;
- c. todos os itens que compõem a solução (hardware e software) deverão possuir garantia por 60 (sessenta) meses a contar da data de entrega do item, mediante emissão, pelo TJRR, do Termo de Aceite e Recebimento Definitivo;
- d. a garantia será comprovada pelo TERMO DE GARANTIA emitido pelo fabricante do produto ou documento equivalente aprovado pela equipe técnica do TJRR, que deverão ser entregues no ato do Termo de Recebimento Definitivo, constando no mínimo a data de entrega e início da garantia, a data fim, a modalidade ofertada e o nome da empresa que prestará o atendimento;

- e. a garantia visa a recuperação, atualização, configuração, com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, inclusive, e não se restringindo a substituição total ou parcial de partes, peças, componentes, acessórios ou de todo o equipamento defeituoso, excetuando exclusivamente os casos comprovados de mau uso; e
- f. a CONTRATADA poderá substituir o equipamento danificado por outro novo com especificações similares ou superiores, a seu critério, desde que tal substituição seja aprovada pela equipe técnica do Tribunal e não represente qualquer tipo de prejuízo ao erário.

4.5.2. Dos serviços de Manutenção e Suporte Técnico:

- a. a manutenção e o suporte técnico visa atender aos casos não cobertos pela garantia padrão do fabricante, sendo adquirido por servidor com prazo de vigência de 60 (sessenta) meses;
- b. independente da garantia padrão ofertada pelo fabricante, a CONTRATADA, ou um representante credenciado, deverá prestar os serviços de manutenção e suporte técnico ao longo da vigência do contrato, destinado a:
 - i. esclarecimentos de dúvidas sobre configurações e utilização da solução;
 - ii. correção de toda e qualquer falha técnica de hardware ou de software não cobertos pela garantia;
 - iii. solução de problemas de configuração no hardware ou no software não cobertos pela garantia;
 - iv. realização de todos os procedimentos necessários a assegurar a continuidade das operações, sem impacto nas aplicações e serviços de TIC ofertados pelo TJRR;
 - v. restabelecimento de serviços interrompidos ou degradados; e
 - vi. implementação de novas funcionalidades.
- c. os casos comprovadamente constatados de mau uso, não cobertos pela garantia padrão do fabricante, deverão ser integralmente solucionados pela CONTRATADA, mesmo quando envolver a substituição total ou parcial de partes, peças, componentes, acessórios ou de todo o equipamento defeituoso.

4.5.3. As especificações complementares para os serviços de Garantia, Manutenção e Suporte Técnico constam no **Anexo III**.

4.6. Os serviços de Treinamento e Transferência de Conhecimento e Tecnologia deverão ser prestados durante toda a vigência do contrato, de acordo com os seguintes critérios:

- a. a CONTRATADA deverá apresentar no Plano de Implantação (Anexo V) todas as informações pertinentes a transferência de conhecimento e tecnologia, que será avaliado e aprovado pela equipe técnica do TJRR;
- b. a transferência do conhecimento para que a equipe técnica do TJRR deve preparar o participante a utilizar e dominar a tecnologia entregue pela solução fornecida em sua plenitude, abordando, no mínimo, as informações necessárias à gerência, administração, auditoria e suporte interno da solução;
- c. a CONTRATADA deverá ministrar treinamento inicial em sala nas dependências do TJRR, para a equipe técnica composta por até 10 (dez) servidores, com duração mínima de 4 (quatro) horas/aula;
- d. o conteúdo programático do treinamento deve abranger, minimamente, o mesmo conteúdo ensinado pelo fabricante dos equipamentos, compreendendo as tecnologias envolvidas nos produtos, serviços, softwares e licenças utilizados para atender aos requisitos das especificações técnicas presentes neste documento;
- e. o treinamento deverá contemplar atividades teóricas e práticas (*hands on*), abordando toda a instalação, configuração e utilização de funcionalidades básicas e avançadas da solução, assim como realizar atividades de suporte (*troubleshooting*) para toda a solução, podendo ser utilizadas soluções similares ou os próprios equipamentos e softwares que fazem parte da solução fornecida, desde que o treinamento não cause impacto nas operações do ambiente do TJRR;
- f. o treinamento será avaliado com meios próprios e, caso este seja julgado deficiente, a CONTRATADA deverá prover o devido reforço. Para que a capacitação seja efetiva deverá ser considerada satisfatória por pelo menos 80% dos participantes;
- g. a CONTRATADA deverá fornecer certificado de participação individual contendo o nome do participante, assunto, entidade promotora, carga horária, período de realização, ministrante e conteúdo programático;
- h. os facilitadores designados pela CONTRATADA deverão ser profissionais capacitados na solução ofertada e possuírem conhecimento suficiente para configurar, operar e prestar suporte técnico aos produtos contratados, com experiência comprovada por meio de certificado de conclusão de treinamento ministrado pelo fabricante da solução ou por centro de treinamento credenciado pelo fabricante;
- i. será de responsabilidade da CONTRATADA prover toda a estrutura para as ações de capacitação, assim como, todas as despesas relativas a pessoal especializado para ministrar a capacitação e quaisquer outras despesas oriundas, derivadas ou conexas, como sala de treinamento, ambiente virtual de aprendizagem, simuladores, *coffee break* e material didático;
- j. após a implantação da solução e conclusão do treinamento, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação técnica para que a equipe possa assumir a operação dos equipamentos; e
- k. deverão ser fornecidos ainda documentos e tutoriais (em português) necessários à capacitação dos usuários finais da solução a respeito das funcionalidades da ferramenta.

4.6.1. As especificações complementares para os serviços de Garantia e Transferência de Conhecimento e Tecnologia constam no **Anexo III**.

4.7. Da Segurança.

4.7.1. Para manter o nível qualidade desejável, alguns pontos inerentes aos ativos componentes da solução devem ser levados em consideração, tais pontos dizem respeito ao acesso às dependências do TJRR, o acesso a informações confidenciais, a implantação do hardware, softwares e licenças, a configuração de políticas de segurança, a disponibilização da solução em ambiente de produção e atualização da solução.

4.7.2. O TJRR manterá o controle da segurança física das informações e dos equipamentos instalados em seus ambientes operacionais.

4.7.3. A CONTRATADA deverá apresentar Termo de Confidencialidade e Sigilo (Anexo IV) que trata especificamente da proteção das informações confidenciais disponibilizadas pelo TJRR em razão do Contrato de prestação de serviços que será firmado. Para a devida autorização de ingresso nas dependências do TJRR, bem como, para o acesso remoto à rede de dados do TJRR, será necessário apresentar o termo devidamente assinado e com firma reconhecida, pelo representante, preposto, funcionário, agente ou terceiros, direta ou indiretamente relacionados, indicados pela CONTRATADA para realização dos serviços.

4.7.4. O acesso físico aos equipamentos dentro do ambiente do TJRR deverá ser realizado por um técnico devidamente identificado e uniformizado, possuindo em mãos cópia da ordem de serviço (Anexo VIII).

4.7.5. A CONTRATADA deverá conhecer e atentar-se para o cumprimento da Resolução n.º 06 de 02 de março de 2016 que trata da Política de Segurança da Informação do TJRR, mantendo o controle da segurança física e lógica de seus ambientes operacionais e estabelecendo políticas garantam o cumprimento da referida Resolução.

4.7.6. O acesso remoto aos equipamentos do TJRR deverá ser realizado mediante a adoção de procedimentos de segurança tais como: autenticação criptografada (SSH versão 2), controle de acesso com uso de senhas seguras e armazenamento de informações detalhadas dos acessos e operações realizadas (logs), bem como, ser efetivado por meio de softwares e versões recomendados pelo TJRR.

4.7.7. Os equipamentos e softwares não podem constar, no momento da apresentação da proposta técnica, em listas de *end-of-sale*, *end-of-support*, *end-of-life* ou similares do fabricante, ou seja, não podem ter previsão de descontinuidade de fornecimento, suporte ou vida.

4.7.8. A solução proposta, hardware e software, deverá existir como produto único antes da publicação do certame licitatório que será criado, caracterizando a existência prévia da solução integrada de processamento, armazenamento, comunicação, backup e replicação de dados.

4.8. Da Vistoria.

4.8.1. É facultado à licitante interessada em participar deste Pregão, mediante prévio agendamento junto a Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima - STI/TJRR, realizar vistoria técnica, com antecedência mínima 02 (dois) dias úteis, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações e proceder com os levantamentos necessários para dirimir eventuais dúvidas e familiarizar-se com o desenho da topologia da rede atual do TJRR e da infraestrutura física e virtualizada atualmente em produção, a fim de ofertar uma solução compatível e prever a melhor maneira de executar os serviços.

4.8.2. A vistoria deverá:

- ser agendada de segunda a sexta nos horários de 8:00 às 14:00, pelos telefones (95) 3621-5141 ou (95) 3621-5144; e
- entregar no dia da visita devidamente preenchido o Termo de Confidencialidade e Sigilo (Anexo IV).

4.8.3. Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

4.8.4. A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

- a comprovação do vínculo poderá ser feita através do contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente); e
- caso o vistoriador não atenda aos requisitos da alínea anterior, a vistoria não será permitida.

4.8.5. Quando da realização da vistoria, os interessados terão acesso ao ambiente do TJRR, sempre com o acompanhamento de servidor da STI, devendo nesta ocasião verificar:

- as instalações físicas dos datacenters, site principal e site secundário;
- as características da infraestrutura do ambiente, tais como: quadros de distribuição elétrica, ar-condicionado de precisão, sistema de prevenção e combate a incêndio, cabeamento estruturado, blindagens, piso elevado e outras informações que se fizerem necessárias;
- as características e nível de criticidade do ambiente para a realização dos serviços em ambiente de produção, dos cuidados e da necessidade de precauções quanto à continuidade dos serviços;
- os equipamentos existentes suas características de funcionamento, configuração e desempenho;
- os sistemas e demais softwares utilizados no TJRR; e
- a infraestrutura de comunicação que interliga os dois sites.

4.8.6. Tendo em vista a faculdade de realização de vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

4.9. Da Comprovação da aderência aos requisitos técnicos.

4.9.1. A licitante deverá apresentar, como parte de sua proposta, declaração de comprovação de aderência aos requisitos técnicos (Anexo XI), com as respectivas referências para os documentos que comprovem que os bens e os serviços estão em conformidade com as especificações técnicas e padrões constante no Termo de Referência e seus Anexos.

4.9.2. Os documentos comprobatórios podem ser apresentados na forma de texto, desenhos, dados, folders ou hiperlinks de internet para a página oficial do fabricante, e devem ser constituídos por descrição detalhada item a item das características técnicas e de desempenho essenciais dos bens e serviços ofertados, demonstrando sua adequação substancial às especificações técnicas e se aplicável, acompanhados de uma declaração do licitante com os respectivos desvios e exceções, sem a inclusão de qualquer símbolo, sinal ou outros elementos indicativos nas propostas ofertadas ou em seus respectivos anexos, que permitam ou possibilitem a identificação do licitante que a apresentou, o que implicará em desclassificação da proposta, impedindo a continuidade da participação no procedimento licitatório.

4.10. Do Cronograma de Execução.

4.10.1. Os produtos (hardware e software) que compõem a solução deverão ser instalados, configurados e disponibilizados para utilização em máximo de 65 (sessenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato, e emissão de Ordem de Serviço pelo TJRR, respeitando o cronograma de execução abaixo:

- implantação da solução:

Descrição	Início	Duração em Dias corridos	Responsável
Apresentar Plano de Implantação (Anexo V) e o Plano de Continuidade de Negócio (Anexo VI).	Data de Assinatura do Contrato	10	CONTRATADA
Aprovação do Plano de Implantação e do Plano de Continuidade de Negócio.	Recebimento do Plano de Implantação e do Plano de Continuidade de Negócio	5	TJRR

Descrição	Início	Duração em Dias corridos	Responsável
Adequações no espaço físico do Datacenter secundário (Site B)	Em andamento conforme tratativas constantes no SEI n.º 0008524-02.2018.8.23.8000.	60	TJRR
Entrega dos equipamentos	Recebimento da Ordem de Fornecimento	45	CONTRATADA
Aceite e recebimento provisório dos equipamentos	Entrega dos equipamentos	5	TJRR
Instalação e Implantação da solução com fornecimento de licenças de uso perpétuo para todos os softwares necessários, bem como, as devidas subscrições, assinaturas e acesso às bases de dados de atualização.	Aceite e recebimento provisório dos equipamentos	15	CONTRATADA
Recebimento Definitivo	Após Instalação e Implantação da solução com fornecimento de licenças de uso perpétuo para todos os softwares necessários, bem como, as devidas subscrições, assinaturas e acesso às bases de dados de atualização.	30	TJRR

b. serviços de manutenção:

Descrição	Início	Duração em meses	Responsável
Suporte técnico e manutenção em garantia de todos os produtos ofertados, incluindo substituição de partes e peças, atualização de firmwares e de versão dos softwares, pelo período de 60 (sessenta) meses.	Recebimento definitivo.	60	CONTRATADA

c. cronograma do treinamento:

Descrição	Início	Duração em Dias corridos	Responsável
Apresentar Plano de Capacitação com o conteúdo programático do treinamento	Assinatura do contrato de treinamento	10	CONTRATADA
Aprovação do Plano de Capacitação	Entrega do Plano de Capacitação	5	TJRR
Treinamento abordando, no mínimo, as informações necessárias à gerência, administração, auditoria e suporte interno da solução.	Aprovação do Plano de Capacitação	60	CONTRATADA
Avaliação do Treinamento	Fim do Treinamento	5	TJRR
Emissão do Termo de Aceite dos Treinamentos	Após a Avaliação do Treinamento	5	TJRR

4.11. Todos os itens deverão ser entregues acondicionados em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes que possam ocasionar danos. Qualquer dano eventual de manuseio/transporte a CONTRATADA será obrigado a prestar o reparo o substituição do produto danificado.

4.12. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, cabendo, contudo, na hipótese de opção por outro meio de contratação, assegurar ao beneficiário do registro de preferência em igualdade de condições.

5. PRAZOS E LOCAL PARA ENTREGA

5.1. O prazo de vigência da Ata será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

5.2. O instrumento contratual será assinado no prazo de 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 64 da Lei nº 8.666/93.

5.2.1. O contrato referente ao fornecimento terá vigência de 6 (seis) meses.

5.2.2. O contrato referente ao treinamento terá vigência de 4 (quatro) meses.

5.2.3. O contrato referente ao serviço de manutenção terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir do Recebimento Definitivo.

5.3. Os itens (hardware, software e serviço) que compõem a solução deverão ser entregues, instalados, configurados e disponibilizados respeitando os prazos estabelecidos no Cronograma de Execução descrito no item 4.10 do presente TR.

5.4. O pedido será solicitado por Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, quando necessário, conforme **Anexo VII e VIII**.

5.5. Os itens deverão ser entregues junto com a nota fiscal na **Subsecretaria de Patrimônio**, situada na Avenida Ene Garcês, nº 1696, Bairro São Francisco, Boa Vista/RR – CEP: 69.305-135, no horário de expediente (08h às 14h). Contato (95) 3198-4114.

5.5.1. Antes da entrega do material deverá ocorrer o Agendamento Prévio junto à Subsecretaria de Patrimônio, no horário de expediente supra-informado, através do seguinte telefone de contato: (95) 3198-4114.

5.5.2. Eventual mudança de endereço de entrega dos materiais será informada prévia e oportunamente ao FORNECEDOR, sem que acarrete ônus ao CONTRATANTE.

5.5.3. Os custos gerados referentes as tentativas de entregas não agendadas previamente serão por conta do FORNECEDOR.

6. ORÇAMENTO ESTIMADO

6.1. Com base na cotação de preços constante do Procedimento Virtual SEI nº 0008837-60.2018.8.23.8000, estima-se que o valor global da contratação em tela será de **R\$ 12.698.977,08** (doze milhões, seiscentos e noventa e oito mil novecentos e setenta e sete reais e oito centavos), conforme tabela abaixo:

Tipo	Item	Descrição do Equipamento	Unidade	Qnt.	Valor Médio Unitário (R\$)	Valor Estimado Global (R\$)
Hardware	01	Servidor Hiperconvergente Tipo 1	Und.	12	422.807,40	5.073.688,80
	02	Servidor Hiperconvergente Tipo 2	Und.	4	225.833,33	903.333,32
	03	Switch de Conectividade	Und.	4	189.832,00	759.328,00
Software	04	Fornecimento e licenciamento do software integrado, software hipervisor, software de gerenciamento centralizado e software de backup	Und.	16	296.917,00	4.750.672,00
Serviço	05	Serviços de Manutenção e Suporte Técnico por 60 meses.	Serviço	16	69.325,31	1.109.204,96
	06	Treinamento com Transferência de Conhecimento e Tecnologia para 10 pessoas.	Und.	01	102.750,00	102.750,00
Valor Total Global Estimado (R\$)						12.698.977,08

6.2. O preço deverá abranger todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos, assim como quaisquer atividades ou insumos necessários à execução do objeto, mesmo quando não expressamente indicados, não cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos previsíveis.

7. REQUISITOS TÉCNICOS DO LICITANTE

7.1. O FORNECEDOR deverá apresentar documentos que comprovem a sua aptidão para realizar a implantação da solução ofertada, por meio de atestados de capacidade técnica, emitido em seu nome, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO e PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, a contento, com no mínimo (08 servidores hiperconvergentes) ou superior à exigida neste instrumento, não podendo haver somatória de atestados.

7.1.1. Os atestados apresentados poderão ser objeto de diligência a critério do CONTRATANTE, para a verificação da autenticidade do conteúdo. Se encontrada divergência entre o especificado no atestado de capacidade e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no presente processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

7.1.2. Os atestados de capacidade técnica deverão ser apresentados em português ou acompanhados de tradução, em original ou por meio de fotocópias autenticadas em Cartório, em papel timbrado da empresa, constando nome da pessoa jurídica, endereço completo, nome completo e telefone do responsável pelas informações.

7.2. O FORNECEDOR deverá comprovar que possui em seu quadro de pessoal profissional qualificado para realização dos serviços contratados, por meio de declaração emitida pelo fabricante ou por certificado de qualificação técnica emitido por centro treinamento credenciado.

8. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração, por meio da FISCALIZAÇÃO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

8.2. A garantia deverá possuir validade até 03 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação do contrato, conforme inciso XX, do Art. 23 da Resolução n.º 15/2013.

8.3. Nos termos do art. 23, §1º, da Resolução TP n.º 15/2013, a adequação da garantia legal prestada é condição para acréscimos, supressões e eventuais repactuações contratuais.

9. OBRIGAÇÕES

9.1. Durante a vigência da Ata/Contrato, a CONTRATADA deverá:

- manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência da Ata/contrato, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração onde deverá constar o nome completo, n.º do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e, quando houver, endereço de e-mail;
- manter, durante a vigência da Ata/contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE;
- respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do TJRR;
- cumprir obrigatoriamente os prazos e demais condições estabelecidas neste instrumento e no edital;
- responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo a execução do objeto;
- assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do objeto; e
- manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato.

9.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a. a veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b. a subcontratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE; e
- c. a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência da Ata. (Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ n.º 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ n.º 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoas jurídicas que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupados de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.)

9.3. Durante a execução do objeto, o CONTRATANTE deverá proceder conforme os casos abaixo:

- a. prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- b. efetuar o pagamento devido pela entrega dos materiais, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;
- c. comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas nos bens fornecidos;
- d. permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA, desde que devidamente identificados por crachá e uniformes, às suas dependências, quando necessário, para execução dos serviços;
- e. nomear um ou mais servidores para fazer a fiscalização e o acompanhamento da entrega dos bens. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA em relação ao acordado; e
- f. rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, a entrega dos materiais que estiverem em desacordo com as especificações apresentadas no item 4 e anexo I. Para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da CONTRATADA.

9.4. Em observação aos critérios de sustentabilidade constantes no Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-PJ) e demais critérios de gestão socioambiental do TJRR, durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá:

- a. informar em sua proposta os resíduos com logística reversa obrigatória, gerados na execução dos serviços objeto do contrato, bem como a forma de descarte, de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, que deverá ocorrer sem qualquer ônus para o TJRR;
- b. indicar um responsável (telefone e e-mail) pela coleta dos itens usados ou defeituosos;
- c. os resíduos com logística reversa obrigatória deverão ser coletados pela CONTRATADA na Subsecretaria de Material, situada na Avenida Ene Garcez, nº 1696, Bairro São Francisco, Boa Vista/RR – CEP: 69.305-135, no horário de expediente (08h às 14h). Contato (95) 3198-4148, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a solicitação formal do TJRR, que se dará preferencialmente via e-mail de contato, fornecido pela CONTRATADA;
- d. apresentar sempre que exigido pelo TJRR, no decorrer da execução do contrato, documentos comprobatórios dos procedimentos de reciclagem e/ou destruição dos itens coletados, nos termos da legislação vigente;
- e. capacitar seus funcionários quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do TJRR;
- f. obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- g. fornecer aos seus empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços, bem como fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;
- h. elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;
- i. elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;
- j. capacitar seus funcionários em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98 de 20 de abril de 2012;
- k. comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011; e
- l. não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

9.5. Referente a transição e encerramento contratual, a CONTRATADA deverá:

- a. promover, gradativamente, a transição contratual, com transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, os técnicos do TJRR ou os da nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços, sem ônus para este Tribunal, realizando no mínimo as ações descritas na tabela abaixo:

Ordem	Ações a serem tomadas	Prazo	Responsáveis
01	Apresentação do Projeto de Gerenciamento de Serviços de Transição Contratual.	Imediatamente após a assinatura do contrato.	- GESTÃO DO CONTRATO (TJRR) - FORNECEDOR
02	Reunião de alinhamento de expectativas contratuais.	Após a assinatura do contrato e antes da implantação da solução.	- GESTÃO / FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (TJRR) - FORNECEDOR
03	Execução do Projeto de Gerenciamento de Serviços de Transição Contratual..	Ao longo da execução do contrato.	FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (TJRR) - FORNECEDOR

Ordem	Ações a serem tomadas	Prazo	Responsáveis
04	Término oficial da execução do Projeto de Gerenciamento de Serviços de Transição Contratual.	Na data do término do contrato.	FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (TJRR) - FORNECEDOR

- b. fornecer, ao final do contrato, atualização das versões dos softwares, *updates*, *releases*, *builds* e *service packs* necessários para o devido funcionamento da solução, com o objetivo de garantir que o ambiente continue funcionando de forma que não haja perda de dados ou interrupções, mesmo sem contrato para aplicação de novas atualizações, de modo que se for de interesse, o TJRR possa adquirir novas atualizações.

10. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização serão exercidos por um representante da Administração especialmente designado pela Secretaria Demandante.

10.2. O Fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou comunicar ao Gestor para aplicação de sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida., bem como todas as fases da execução do objeto.

10.3. Ao Fiscal caberá a atestação das faturas.

10.4. No caso dos serviços de manutenção, até o quinto dia útil do mês subsequente ao término dos serviços, a CONTRATADA apresentará faturamento, mediante Nota Fiscal, com detalhamento dos serviços prestados no período faturado.

10.5. O recebimento provisório será realizado em até 05 (cinco) dias úteis da data de entrega das faturas referente ao serviço de manutenção ou fornecimento, pelo fiscal, mediante recibo, não configurando aceite.

10.6. Na fiscalização da qualidade do serviço prestado, o Fiscal deverá, a cada Ordem de Serviço, relatar todas as ocorrências registradas no período, conforme os indicadores a seguir:

Indicador 01 - Equipamento não está operacional	
Finalidade	Garantir o atendimento das demandas registradas com Prioridade "0", conforme tabela do item 2.6 do Anexo III - Especificações dos Serviços.
Critério de Medição	Contagem pelo fiscal técnico através dos dados informados na Ordem de Serviço.
Instrumentos de Medição	Relatórios Gerados pela ferramenta de gerenciamento de atendimento da CONTRATADA e dados amostrais colhidos no sistema de monitoramento da infraestrutura de TIC do TJRR.
Forma de Acompanhamento	O acompanhamento será realizado pelo fiscal técnico através do processo de Solicitação de Serviços, pela ferramenta de gerenciamento de atendimento, pelo sistema de monitoramento da infraestrutura de TIC e demais instrumentos disponíveis.
Prazo de Solução pactuado	Até o término do próximo dia útil (NBD – Next Business Day).
Mecanismo de Cálculo	Para o calculo no pagamento mensal considera-se a quantidade de atendimentos que não foram concluídos dentro do prazo pactuado, conforme tabela do item 2.6 do Anexo III - Especificações dos Serviços.
Faixas de Ajuste no pagamento	- nenhum atendimento > NBD → nenhuma dedução; - 1 atendimento > NBD → dedução de 10% da fatura mensal; - 2 atendimentos > NBD → dedução de 20% da fatura mensal; - 3 atendimentos > NBD → dedução de 30% da fatura mensal. - 4 atendimentos > NBD → dedução de 40% da fatura mensal. - 5 atendimentos > NBD → dedução de 50% da fatura mensal. - 6 atendimentos > NBD → dedução de 60% da fatura mensal. - mais de 6 atendimentos > NBD → não pagamento da fatura mensal.

Indicador 02 - O equipamento está operacional, porém apresenta problemas.	
Finalidade	Garantir o atendimento das demandas registradas com Prioridade "1", conforme tabela do item 2.6 do Anexo III - Especificações dos Serviços.
Critério de Medição	Contagem pelo fiscal técnico através dos dados informados na Ordem de Serviço.
Instrumentos de Medição	Relatórios Gerados pela ferramenta de gerenciamento de atendimento da CONTRATADA e dados amostrais colhidos no sistema de monitoramento da infraestrutura de TIC do TJRR.
Forma de Acompanhamento	O acompanhamento será realizado pelo fiscal técnico através do processo de Solicitação de Serviços, pela ferramenta de gerenciamento de atendimento, pelo sistema de monitoramento da infraestrutura de TIC e demais instrumentos disponíveis.

Prazo de Solução pactuado	Até 02 (dois) dias úteis (2DU).
Mecanismo de Cálculo	Para o calculo no pagamento mensal considera-se a quantidade de atendimentos que não foram concluídos dentro do prazo pactuado, conforme tabela do item 2.6 do Anexo III - Especificações dos Serviços.
Faixas de Ajuste no pagamento	<ul style="list-style-type: none"> - nenhum atendimento > 2DU → nenhuma dedução; - 1 atendimento > 2DU → dedução de 5% da fatura mensal; - 2 atendimentos > 2DU → dedução de 10% da fatura mensal; - 3 atendimentos > 2DU → dedução de 15% da fatura mensal. - 4 atendimentos > 2DU → dedução de 20% da fatura mensal. - 5 atendimentos > 2DU → dedução de 25% da fatura mensal. - 6 atendimentos > 2DU → dedução de 30% da fatura mensal. - 7 atendimentos > 2DU → dedução de 35% da fatura mensal. - 8 atendimentos > 2DU → dedução de 40% da fatura mensal. - 9 atendimentos > 2DU → dedução de 45% da fatura mensal. - 10 atendimentos > 2DU → dedução de 50% da fatura mensal. - 11 atendimentos > 2DU → dedução de 55% da fatura mensal. - 12 atendimentos > 2DU → dedução de 60% da fatura mensal. - mais de 12 atendimentos > 2DU → não pagamento da fatura mensal.

Indicador 03 - Existem dúvidas pendentes de esclarecimento e/ou existem firmwares, MIBs ou documentação ainda não disponibilizados.	
Finalidade	Garantir o atendimento das demandas registradas com Prioridade "2", conforme tabela do item 2.6 do Anexo III - Especificações dos Serviços.
Critério de Medição	Contagem pelo fiscal técnico através dos dados informados na Ordem de Serviço.
Instrumentos de Medição	Relatórios Gerados pela ferramenta de gerenciamento de atendimento da CONTRATADA e dados amostrais colhidos no sistema de monitoramento da infraestrutura de TIC do TJRR.
Forma de Acompanhamento	O acompanhamento será realizado pelo fiscal técnico através do processo de Solicitação de Serviços, pela ferramenta de gerenciamento de atendimento, pelo sistema de monitoramento da infraestrutura de TIC e demais instrumentos disponíveis.
Prazo de Solução pactuado	Até 05 (cinco) dias úteis (5DU).
Mecanismo de Cálculo	Para o calculo no pagamento mensal considera-se a quantidade de atendimentos que não foram concluídos dentro do prazo pactuado, conforme tabela do item 2.6 do Anexo III - Especificações dos Serviços.
Faixas de Ajuste no pagamento	<ul style="list-style-type: none"> - nenhum atendimento > 5DU → nenhuma dedução; - 1 atendimento > 5DU → dedução de 3% da fatura mensal; - 2 atendimentos > 5DU → dedução de 6% da fatura mensal; - 3 atendimentos > 5DU → dedução de 9% da fatura mensal. - 4 atendimentos > 5DU → dedução de 12% da fatura mensal. - 5 atendimentos > 5DU → dedução de 15% da fatura mensal. - 6 atendimentos > 5DU → dedução de 18% da fatura mensal. - 7 atendimentos > 5DU → dedução de 21% da fatura mensal. - 8 atendimentos > 5DU → dedução de 24% da fatura mensal. - 9 atendimentos > 5DU → dedução de 27% da fatura mensal. - 10 atendimentos > 5DU → dedução de 30% da fatura mensal. - 11 atendimentos > 5DU → dedução de 33% da fatura mensal. - 12 atendimentos > 5DU → dedução de 36% da fatura mensal. - 13 atendimentos > 5DU → dedução de 39% da fatura mensal. - 14 atendimentos > 5DU → dedução de 42% da fatura mensal. - 15 atendimentos > 5DU → dedução de 45% da fatura mensal. - 16 atendimentos > 5DU → dedução de 48% da fatura mensal. - 17 atendimentos > 5DU → dedução de 51% da fatura mensal.

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">- 18 atendimentos > 5DU → dedução de 54% da fatura mensal.- 19 atendimentos > 5DU → dedução de 57% da fatura mensal.- 20 atendimentos > 5DU → dedução de 60% da fatura mensal.- mais de 20 atendimentos > 5DU → não pagamento da fatura mensal. |
|--|

10.7. Após a apuração, o Fiscal comunicará à CONTRATADA e entregará o relatório com as ocorrências registradas.

10.8. A CONTRATADA disporá do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do relatório, para apresentar contestação sobre as ocorrências, apresentando as devidas justificativas.

10.9. Transcorrido o prazo para manifestação da CONTRATADA sem que esta tenha apresentado contestação ao relatório, presumir-se-á que tenha aceitado a ocorrência registrada.

10.10. Caso a CONTRATADA apresente contestação ao relatório de ocorrências, o fiscal terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar decisão devidamente justificada acerca da aceitabilidade ou não das justificativas apresentadas.

10.11. As justificativas da CONTRATADA somente serão aceitas caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência.

10.12. Depois de comprovada a adequação do objeto à especificação constante deste instrumento e observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93, será efetuado o recebimento definitivo, através de termo próprio, que será emitido em 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório.

11. ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA

11.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo à Secretaria de Gestão Administrativa promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II, do caput do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

11.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá:

- a. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

11.3.1 Não havendo êxito nas negociações, o Tribunal deverá proceder à revogação da ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.4. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c. não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput do art. 87, da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02; ou
- e. o detentor da ata não manter, durante o prazo de validade da ata de registro de preços, as mesmas condições da habilitação.

11.4.1 O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b", "d" e "e" do item anterior, será formalizado por decisão devidamente fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- a. por razão de interesse público; ou
- b. a pedido do fornecedor.

12. PAGAMENTO

12.1. O Fornecedor deve apresentar documento fiscal válido, detalhado, correspondente ao produto entregue e/ou serviço executado.

12.2. Ao Fiscal caberá atestar a fatura referente ao produto e/ou serviço fornecido.

12.3. Quanto ao desembolso, esse deverá ser feito da seguinte maneira:

12.3.1. Fornecimento do Hardware (Servidor Hiperconvergente Tipo 1, Servidor Hiperconvergente Tipo 2 ou Switch de Conectividade):

- a. a quantidade de equipamentos a serem faturados deverá respeitar a quantidade solicitada na respectiva Ordem de Fornecimento (Anexo VII);
- b. o valor deverá ser faturado em conformidade com a quantidade fornecida, somente após a emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**.

12.3.2 Fornecimento do Software (Fornecimento e Licenciamento do Software Integrado, Software Hipervisor, Software de Gerenciamento Centralizado e Software de Backup):

- a. a quantidade de licenças a serem fornecidas deverá respeitar a quantidade solicitada na respectiva Ordem de Fornecimento (Anexo VII) e estarão em número suficiente para atender a quantidade de servidores requisitados;
- b. o valor deverá ser faturado em conformidade com a quantidade fornecida, somente após a emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**.

12.3.3. Prestação do Serviço (Serviços de manutenção e suporte técnico):

- a. os serviços de manutenção e suporte técnico serão faturados mensalmente em conformidade com o período de **prestação dos serviços**. O valor fixo mensal deverá ser proporcional à quantidade de servidores fornecida, ou seja, o fornecedor deverá apresentar fatura mensal considerando a quantidade de servidores em pleno funcionamento;
- b. o pagamento terá início no mês subsequente a assinatura do contrato de prestação dos serviços de manutenção.

12.3.4. Treinamento:

- a. O treinamento será faturado após a emissão do **Termo de Aceite do Treinamento**, que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias após a conclusão do treinamento.

12.4. Sendo identificada cobrança indevida na Nota Fiscal, a Fiscalização poderá, a seu critério, fazer a glosa dos valores indevidos, ou solicitar formalmente ao Fornecedor a reapresentação da Nota Fiscal, devidamente corrigida. Nesse caso, a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da nova emissão.

12.5. Caso seja identificada cobrança indevida após o pagamento da Nota Fiscal, a Fiscalização comunicará formalmente os fatos ao Fornecedor a fim de que seja feita a devolução do valor correspondente.

12.6. O pagamento será realizado em no máximo 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

12.7. Nos termos do art. 5º, §3º da Lei nº 8.666/93, os pagamentos de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 24, da mesma lei, sem prejuízo do que dispõe o seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

12.8. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas.

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

I = Índice de atualização financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos Moratórios devidos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da Prestação em atraso

12.9. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da Secretaria-Geral desta Corte, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Somente uma pessoa jurídica poderá ser contratada para executar o objeto desta contratação.

13.2. A Secretaria-Geral decidirá os casos omissos.

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO HARDWARE

1. Os servidores **hiperconvergentes (itens 1 e 2)** devem atender, no mínimo, às seguintes especificações:

1.1. Montagem em chassi modular ou unidade única com no máximo 2 (duas) unidades de rack de altura (2U) com tecnologia hot-pluggable.

1.2. Disponibilizar no painel frontal do chassi, as seguintes funcionalidades:

- a. botão de energia com sinalizador integrado para cada um dos servidores;
- b. botão de identificação frontal e traseiro, por servidor; e
- c. alerta luminoso para determinar, no mínimo: atividades ou falhas nos discos, atividades nas interfaces Gigabit Ethernet, falhas nas ventoinhas e fonte de alimentação e superaquecimento do equipamento.

1.3. Cada chassi deverá conter 2 (duas) fontes de alimentação redundantes, com certificação 80 plus ou similar, com tecnologia que permita a substituição da unidade com o equipamento ligado (hot-swap), sendo que, na ocorrência de falhas em uma delas, o sistema deverá permanecer funcionando em plena capacidade.

1.4. Cada fonte de alimentação deverá ser bivolt, com seletor automático de voltagem em 110V ou 220V.

1.5. Suportar no mínimo 2 (dois) processadores físicos padrão x86 com tecnologia escalável, similar ao modelo Intel Xeon Skylake, ou superior.

1.6. Suportar no mínimo 12 (doze) discos de 6.0 Gb/s com tecnologia hot-swap.

1.7. Suportar no mínimo 1.5 TB (um ponto cinco terabytes) de memória RAM DDR4 ECC.

1.8. Possuir no mínimo 2 (duas) portas Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T.

1.9. Possuir ao menos uma porta Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T dedicada ao módulo de gerenciamento IPMI ou similar.

1.10. Uma das portas Gigabit Ethernet, deverá funcionar como redundância para a porta IPMI dedicada ou similar, permitindo o acesso aos recursos IPMI em caso de falhas na comunicação com a porta IPMI dedicada.

1.11. Possuir no mínimo 2 (duas) portas SFP+.

1.12. Possuir no mínimo 2 (duas) portas USB 3.0.

1.13. Possuir ao menos 1 (uma) porta VGA, DVI ou DisplayPort.

1.14. Possuir módulo de alta disponibilidade para instalação do software hipervisor; com tecnologia de memória flash, integrado à placa mãe de cada um dos servidores ou em barramento específico, com capacidade bruta de, no mínimo, 128 GB (cento e vinte e oito Gigabytes).

1.15. Possuir cobertura de garantia conforme descrito neste Termo de Referência.

2. Servidor hiperconvergente Tipo 1 (item 1) devem atender, no mínimo, às seguintes especificações:

2.1. O servidor hiperconvergente do tipo 1 deve atender as especificações já definidas no item 1 deste anexo e possuir no mínimo 2 (dois) processadores físicos padrão x86 com tecnologia escalável, com no mínimo, 14 (quatorze) cores físicos e 28 (vinte e oito) linhas de execução (threads).

2.2. Possuir ainda 19.25 MB (dezenove ponto vinte e cinco megabytes) de cache L3, suportar conjuntos de instrução de 64-bits (sessenta e quatro bits), e frequência 2,2 GHz (dois vírgula dois gigahertz) e frequência turbo máxima de 3,2 GHz (três vírgula dois gigahertz).

3. Servidor hiperconvergente Tipo 2 (item 2) devem atender, no mínimo, às seguintes especificações:

3.1. O servidor hiperconvergente do tipo 2 deve atender as especificações já definidas no item 1 deste anexo e possuir no mínimo 2 (dois) processadores físicos padrão x86 com tecnologia escalável, com no mínimo, 8 (oito) cores físicos e 16 (dezesesseis) linhas de execução (threads).

3.2. Possuir ainda 11 MB (onze megabytes) de cache L3, suportar conjuntos de instrução de 64-bits (sessenta e quatro bits), e frequência 1,8 GHz (um vírgula oito gigahertz) e frequência turbo máxima de 3 GHz (três gigahertz).

4. O Switch de Conectividade (item 3) devem atender, no mínimo, às seguintes especificações:

- a. possuir dimensões apropriadas para montagem em rack de 19" (dezenove polegadas), devendo vir acompanhado dos acessórios necessários;
- b. ser compatível com transceivers 1000BASE-SX e 1000BASE-LX;
- c. ser compatível com transceivers 1Gbps com conectores RJ-45. Ao menos 14 (quatorze) portas devem estar licenciadas para tanto e com os respectivos transceivers;
- d. ser compatível com transceivers 10GBASE-SR e 10GBASE-LR;
- e. ser compatível com cabos 10Gbps "Direct Attached"/"Twinax" de pelo menos 5m de comprimento;
- f. suportar capacidade de comutação de pelo menos 1.2 Tbps;
- g. operar em modo wire-speed e non-blocking;
- h. possuir fonte de alimentação principal interna, do tipo "hot swappable", com chaveamento automático entre 127/220V AC;
- i. possuir fonte de alimentação redundante interna, do tipo "hot swappable", com características idênticas à fonte principal;
- j. possuir latência inferior a 1 µs;
- k. possuir pelo menos 24 (vinte e quatro) MB de buffer;
- l. possuir homologação junto a ANATEL conforme a resolução nº 242, de 30 de novembro de 2000. A exigência de certificação de Produtos de Telecomunicação classificáveis nas Categorias I, II e III do art. 4º da Resolução Anatel 242/2000 é pré-requisito obrigatório para fins de comercialização e utilização no país, para atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 20 da Resolução 242 da Anatel. Todas as certificações necessárias devem estar disponíveis publicamente no sítio eletrônico <http://sistemas.anatel.gov.br/sgch/>; e
- m. possuir cobertura de garantia conforme descrito neste Termo de Referência.

4.1. O equipamento ofertado deve permitir Virtualização e Escalabilidade, contemplando:

- a. atribuição de um perfil com VLAN, QoS e ACLs aos dispositivos conectados. O controle desta atribuição deve ser realizado através do endereço MAC de cada dispositivo;
- b. implementar funcionalidade que permita a integração com pelo menos um fabricante de software de virtualização de mercado. Este mecanismo deve realizar a importação de informações do software de virtualização como Nome de VM, Endereço MAC, PortGroup e VLAN correspondente das VMs importadas, criar VLANs automaticamente no ambiente de fabric e atribuir um perfil com as características pertinentes de cada VM ao seu tráfego de dados de forma automática, independente da porta do fabric que essa VM está conectada; e
- c. escalabilidade utilizando protocolo fabric baseado em TRILL ou similar, que:
 - i. permita a escalabilidade de pelo menos 48 (quarenta e oito) equipamentos;
 - ii. aceite as topologias de interconexão do tipo estrela, anel e full-mesh;
 - iii. permita a adição dos equipamentos de chassis;
 - iv. permita o gerenciamento através de endereço IP único atribuído ao fabric; e
 - v. implemente mecanismo para mobilidade de máquinas virtuais (VMs). Esse mecanismo deve permitir a migração de uma VM de qualquer porta de qualquer equipamento do fabric para qualquer porta de qualquer equipamento do fabric, de forma que todas as características e configurações necessárias para operação da VM na nova porta física estejam disponíveis automaticamente (VLAN utilizada, ACLs e características de QoS), sem necessidade de configuração manual dos equipamentos. O mecanismo de mobilidade de máquinas virtuais deverá ser implementado nativamente no equipamento físico ou via software de mesmo fabricante, em todos os casos a capacidade mínima deverá ser de 8000 (oito mil) máquinas virtuais. Todas as licenças adicionais para a implementação dessa funcionalidade devem ser fornecidas. Caso o mecanismo de mobilidade de máquinas virtuais possua restrições quanto a capacidade de processamento das máquinas físicas, o mecanismo em questão deverá ser licenciado de forma a permitir a conexão simultânea de uma máquina física com 4 processadores em cada uma das portas 48 portas 10Gbps solicitadas. Caso a solução de Fabric ofertada necessite de elementos adicionais para seu pleno funcionamento, todos esses elementos devem ser fornecidos de forma redundante para garantir a alta disponibilidade do ambiente.

4.2. O equipamento ofertado deve possuir Funções de Camada 2, com as seguintes características técnicas:

- a. Jumbo Frames de pelo menos 9000 bytes em todas as suas portas;
- b. o padrão LACP IEEE 802.3ad para criação de grupos de portas agregadas;
- c. a criação de grupos de LACP utilizando portas próprias e portas de outro equipamento do mesmo fabric dentro do mesmo grupo de portas agregadas;
- d. a criação de pelo menos 64 (sessenta e quatro) grupos de portas agregadas;

- e. a criação de grupos de LACP contendo pelo menos 16 (dezesesseis) portas dentro do mesmo grupo;
- f. tabela MAC com capacidade de pelo menos 120.000 (cento e vinte mil) endereços;
- g. o padrão IEEE 802.3x (Flow Control);
- h. o padrão IEEE 802.1Q;
- i. private VLANs;
- j. VXLAN Gateway;
- k. a utilização simultânea de pelo menos 3500 (três mil e quinhentas) VLANs IDs; e
- l. IGMP snooping para v1 e v2.

4.3. O equipamento ofertado deve possuir Funções de Camada 3, com as seguintes características técnicas:

- a. configuração de pelo menos 1000 (mil) rotas estáticas IPv4;
- b. configuração de pelo menos 4.000 (quatro mil) rotas IPv4 em hardware;
- c. configuração de pelo menos 256 (duzentos e cinquenta e seis) interfaces virtuais (SVI) para o roteamento entre VLANs;
- d. implementar rotas estáticas;
- e. implementar roteamento baseado em políticas (PBR) para IPv4 e IPv6;
- f. implementar IPv4/IPv6 dual stack;
- g. implementar OSPFv2 e v3;
- h. configuração de pelo menos 32 (trinta e dois) caminhos de ECMP (Equal Cost Multipath);
- i. implementar PIM-SM;
- j. implementar VRRPv2 e v3;
- k. implementar BGP/BGP4+; e
- l. implementar pelo menos 32 (trinta e duas) instâncias de VRF ou VRF-Lite.

4.4. O equipamento ofertado deve suportar Convergência que atenda às seguintes especificações:

- a. o padrão DCB (Data Center Bridging) incluindo as seguintes características:
 - i. IEEE 802.1Qaz;
 - ii. IEEE 802.1Qbb; e
 - iii. DCBX;
- b. a priorização do tráfego FCoE através de TLVs;
- c. funcionalidades de FCoE incluindo os seguintes padrões e características:
 - i. T11 Fiber Channel Forwarder (FCF) usando FC-BB-5;
 - ii. FCoE Initialization Protocol (FIP);
 - iii. FCoE multi-hop;
 - iv. conexão direta de FCoE Initiators e FCoE Targets; e
 - v. conexão de dispositivos FC operando a 2, 4, 8 e 16 Gbps.

4.5. O equipamento ofertado deve implementar Qualidade de Serviço (QoS) para a devida classificação e priorização de pacotes de acordo com os seguintes critérios:

- a. campo PCP Priority Code Point (IEEE 802.1p);
- b. DSCP;
- c. interface física;
- d. baseada em parâmetros de camada 2;
- e. possuir pelo menos 8 (oito) filas por porta;
- f. permitir o uso das filas de hardware nos modos prioridade estrita, ponderada e ambas combinadas; e
- g. implementar Deficit Weighted Round-Robin (DWRR).

4.6. O equipamento ofertado deve suportar Gerenciamento e Segurança, que atenda às seguintes especificações:

- a. o gerenciamento via IPv4 e IPv6;
- b. atualização de software em serviço (ISSU), recurso habilitado em hardware;
- c. controle de acesso baseado em regra;
- d. possuir uma porta ethernet com conector RJ-45 por módulo de gerência para o gerenciamento “out-of-band”;
- e. possuir uma interface para console serial por módulo de gerência;
- f. protocolo SNTP (Simple Network Time Protocol) ou NTP (Network Time Protocol);
- g. padrão IEEE 802.1ab (LLDP);
- h. a captura de pacotes CDP para a integração com ferramentas de virtualização que utilizam esse protocolo;
- i. o gerenciamento in-band usando TELNET e SSHv2;

- j. a configuração utilizando Netconf;
- k. o protocolo FTP ou TFTP para de transferência de arquivos de configuração e imagens de software;
- l. o protocolo SFTP ou SCP para de transferência de arquivos de configuração e imagens de software de forma segura;
- m. serviço local para autenticação de usuários, permitindo vários níveis de acesso;
- n. autenticação e autorização de acesso usando servidores RADIUS externos;
- o. implementar Port security;
- p. implementar 802.1x controle de acesso a rede baseado em porta;
- q. a gerência via SNMPv1, v2 e v3;
- r. implementar ao menos 2 grupos de RMON;
- s. gerar de mensagens de syslog para eventos relevantes do sistema;
- t. a configuração de pelo menos 4 (quatro) servidores de syslog;
- u. implementar ACLs para a filtragem de tráfego baseado nas informações de endereço MAC de origem e destino, endereço IP de origem e destino, portas TCP e UDP de origem e destino e valor DSCP;
- v. a criação de 10.000 regras de ACL;
- w. implementar espelhamento de tráfego;
- x. implementar espelhamento de tráfego remoto RSPAN; e
- y. implementar sFlow ou NetFlow. Será aceita ferramenta de software para a entrega deste item caso a funcionalidade não seja realizada nativamente em hardware.

ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES DO SOFTWARE

1. A solução ofertada deve ser entregue com, no mínimo, os seguintes softwares (**item 4**): software integrado, software monitor de máquina virtual (*hipervisor*), software de gerenciamento centralizado e software de backup.

1.1. O Software Integrado deverá:

- a. replicar automaticamente todas as gravações para um ou mais servidores do cluster, utilizando as interfaces de maior velocidade (throughput) presentes em cada um dos servidores, as quais deverão ser de no mínimo de 10Gbps com redundância;
- b. garantir que os dados estejam sempre gravados em mais de um servidor ao mesmo tempo, se houver mais de um chassi ou servidores os dados deverão ser gravados preferencialmente nos equipamentos adjacentes, permitindo o pleno funcionamento do ambiente mesmo com a total indisponibilidade de um ou dois servidores, dependendo da configuração;
- c. permitir a escolha de 2 (duas) ou 3 (três) réplicas de dados, dependendo da configuração e da disponibilidade desejada;
- d. permitir escalabilidade horizontal, isso é, a adição de novos chassis ou novos servidores ao cluster através de uma console gráfica, sem a parada do ambiente de produção, aumentando como um todo a capacidade de armazenamento, processamento e memória disponibilizados ao hipervisor, além de crescer de forma linear o desempenho do cluster;
- e. permitir operações de deduplicação e compressão de dados;
- f. caso o servidor possua discos híbridos, o software deve permitir que as operações de gravação de uma determinada máquina virtual aconteça primariamente nos discos SSD daquele servidor que está hospedando a máquina virtual. Caso o disco SSD local esteja com alta taxa de ocupação, a operação de gravação deverá ser redirecionada para um disco SSD pertencente a outro servidor do cluster;
- g. caso o servidor possua discos híbridos, utilizar mecanismo para mover os dados não acessados para os discos rígidos pertencentes ao cluster, deixando os discos SSD de cache para dados acessados com frequência. Caso o dado volte a ser requisitado, o mesmo deverá ser migrado para o cache unificado;
- h. possuir controladoras de armazenamento virtual ou integrada ao hipervisor que mantenha os dados distribuídos uniformemente através de todos os discos conectados aos servidores pertencentes ao cluster. A distribuição dos dados deverá ser um processo automático agendado pelo software ou disparado assim que uma determinada porcentagem de utilização do discos daquele servidor for atingida;
- i. durante o processo de gravação de dados no cluster distribuído, ser capaz de fazer o cálculo de integridade com degradação mínima de desempenho e armazená-lo. No momento da leitura, realizar a verificação da consistência dos dados com o valor de integridade armazenado.
- j. se a solução de armazenamento ofertada for híbrida (discos SSD e HDD) manter os dados das máquinas virtuais no armazenamento local do próprio servidor, e caso essa máquina virtual se movimente de um servidor a outro, os dados devem ser movidos, caso necessário em segundo plano, para esse novo servidor, buscando o melhor desempenho possível;
- k. trabalhar com o conceito de pool de armazenamento, formado pelo conjunto de todos os discos presentes no cluster. O pool de armazenamento poderá ser expandido com novos discos a medida que novos servidores são adicionados ao cluster;
- l. permitir a criação de um subconjunto do espaço disponibilizado pelo cluster lógico integrado denominado volume de dados. O volume de dados é a unidade de armazenamento compartilhada apresentada ao hipervisor, onde serão armazenados os discos virtuais, aos quais poderão possuir o tamanho total do cluster lógico de armazenamento ou reserva de espaço conforme política configurável pela interface gráfica;
- m. permitir que os volumes de dados presente no cluster integrado, suporte o tamanho máximo de disco virtual suportado por cada hipervisor;
- n. permitir que o sistema distribuído de arquivos empregado pela solução, funcione com os seguintes protocolos:
 - i. NFS (Network Files System);
 - ii. iSCSI (Internet Small Computer System Interface);
 - iii. SMB 3.0 (Server Message Block); e
 - iv. apenas VSAN.

- o. suportar nativamente, ou seja, sem integração com produtos de terceiros, replicação síncrona entre dois sites, no modelo "metro", onde os dados gravados no site principal são replicados sincronamente ao site secundário e vice-versa, através de uma rede metropolitana, permitindo migrações sem parada das aplicações, seguindo os seguintes requisitos:
 - i. latência Round Trip Time (RTT) entre sites abaixo de 10 ms;
 - ii. distância entre sites menor do que 400 KM; e
 - iii. VMware ESXi como Hypervisor.
 - iv. um único cluster VMware ESXi espalhado entre os dois sites, utilizando a tecnologia VMware Metro Cluster (vMSC).
- p. prover em cada um dos servidores, atualizações do tipo “menor esforço” (um-clique), possibilitando a atualização de todos os servidores do cluster de forma simples e automatizada, eliminando a intervenção manual do administrador e necessidade de parada completa do ambiente. Essa funcionalidade deverá atualizar os seguintes componentes:
 - i. sistema operacional do controlador de armazenamento virtual;
 - ii. hipervisor;
 - iii. micro-códigos de discos rígidos e flash;
 - iv. BMC/IPMI (ou similar) e BIOS; e
 - v. ferramenta de monitoramento do cluster.
- q. suportar o inventário e o gerenciamento do ciclo de vida dos principais componentes do cluster, ou seja, versões das camadas de software e micro-códigos do hardware;
- r. prover, via software, compressão inline (durante o processo de gravação) ou near-line (durante o processo de gravação na camada de persistência). Essa funcionalidade deverá utilizar bibliotecas, que oferece uma boa taxa de compressão com baixo custo computacional;
- s. prover, via software, deduplicação de dados inline (durante o processo de leitura) ou near-line (durante o processo de gravação na camada de persistência);
- t. se a solução de armazenamento ofertada for híbrida (discos SSD e HDD) prover compressão pós-processada, sendo que após uma operação de escrita, exista um atraso em minutos para iniciar o processo de compressão. O atraso deverá ser configurável pelo administrador do sistema. A compressão deverá se utilizar de técnicas de processamento paralelo distribuído, distribuindo o custo computacional da compressão entre diversos servidores pertencentes ao cluster;
- u. se a solução de armazenamento ofertada for híbrida (discos SSD e HDD) prover deduplicação pós-processado, que diferentemente da inline, deverá atuar nos discos rígidos utilizados na solução. A deduplicação deverá ocorrer em um processo posterior a gravação e utilizar de técnicas de processamento paralelo distribuído, otimizando a capacidade de armazenamento;
- v. prover um melhor aproveitamento dos recursos de armazenamento do cluster, implementando método de proteção de dados Erasure Coding, no qual os dados são divididos em fragmentos, estendidos e codificados com pedaços de dados redundantes e armazenados em diferentes servidores. Esse método deverá utilizar técnicas de processamento paralelo distribuído no cluster para calcular a paridade dos blocos;
- w. prover capacidade de alocar e fixar determinadas máquinas virtuais nos discos SSD, garantindo melhor performance possível, em soluções de armazenamento híbridas (discos SSD e HDD);
- x. para soluções que utilizem arquitetura de VSA (Virtual Storage Appliance), suportar integração com os seguintes componentes a fim de aumentar a velocidade das operações de snapshots e clones, diminuindo a penalidade no cluster integrado ou similares:
 - i. VMware API for Array Integration (VAAI);
 - ii. View Composer for Array Integration (VCAI);
 - iii. Microsoft Offloaded Data Transfer (ODX); e
 - iv. SNIA Storage Management Initiative – Specification (SMI-s).
- y. prover snapshots por máquina virtual nativamente, armazenando esses snapshots no cluster para proteção local. O snapshot criado deve ser do tipo consistência de erros, ou seja, o snapshot poderá ser feito com o ambiente em produção e deverá garantir a proteção dos dados que estão gravados em disco e a integridade do sistema operacional da VM;
- z. prover acesso a armazenamento via protocolo iSCSI, em nível de blocos a uma ou mais máquinas físicas externa ao ambiente integrado, visando atender aplicações em alta disponibilidade;
- aa. para soluções que utilizem arquitetura de VSA (Virtual Storage Appliance), permitir que o recurso de snapshots das máquinas virtuais em nível de storage, suporte um número ilimitado de snapshots, beneficiando-se de algoritmo que redireciona a escrita para o snapshot, oferecendo mais velocidade e eficiência, sem sacrificar a performance do cluster;
- ab. permitir a criação de grupos de consistência para a replicação, permitindo que, no momento da restauração ou do desastre, todas as máquinas virtuais contidas nesse grupo voltem ao mesmo ponto no tempo;
- ac. possibilitar a geração de no mínimo de 25 (vinte e cinco) unidades de pontos de consistência (snapshots) por máquina virtual;
- ad. permitir que a funcionalidade de replicação nativa da solução trabalhe com snapshots das máquinas virtuais e suporte as seguintes topologias de interconexão entre clusters localizados em diferentes locais:
 - i. um para um;
 - ii. um para vários;
 - iii. vários para um; e
 - iv. vários para vários.
- ae. indicar, durante a configuração de replicação, qual volume de dados terá replicação, permitindo, mas não se limitando, a configuração de um volume de dados com replicação síncrona e outro sem replicação habilitada, ao mesmo tempo;
- af. permitir que replicação síncrona seja totalmente configurável via interface Web;
- ag. permitir limitar a quantidade de banda utilizada para a funcionalidade de replicação assíncrona e/ou permitir a réplica de dados deduplicados e comprimidos para a funcionalidade de replicação assíncrona;

- ah. oferecer integração nativa com SRA (Storage Replication Adapter) ou VSS (Volume Shadow Services) ou similar, para integração com ferramentas de recuperação de desastres de terceiros;
- ai. possibilitar o provisionamento de recursos computacionais para um portal de infraestrutura como serviço, e possuir as seguintes características:
 - i. definir repositórios externo de autenticação para usuários - Active Directory da Microsoft;
 - ii. gerenciar catálogos de objetos (ISO ou Discos);
 - iii. criar grupos de trabalho;
 - iv. alocar recursos de CPU, memória e armazenamento por grupos de trabalho;
 - v. definir permissões de acesso por grupo de trabalho;
 - vi. criar máquinas virtuais por grupo de trabalho;
 - vii. interagir com as máquinas virtuais conforme o grupo de trabalho; e
 - viii. segregar grupos de trabalho.
- aj. permitir a criação de uma estrutura de compartilhamento (em alta disponibilidade) de arquivos integrada ao Active Directory da Microsoft que permita:
 - i. definir cotas;
 - ii. definir modo de apresentação;
 - iii. gerar eventos de comportamento e desempenho;
 - iv. provisionar novas unidades de compartilhamento (VMs) conforme demanda;
 - v. alterar as configurações de recursos (CPU, Memória, Disco) das unidades de compartilhamento de modo que não gere nenhuma interrupção no serviço; e
 - vi. realizar integração ao mecanismo de replicação da solução integrada.
- ak. prover uma estrutura de compartilhamento de arquivos que deverá suportar as seguintes versões:
 - i. controlador de domínio: Microsoft Windows 2008, 2008R2, 2012 e 2012R2; e
 - ii. Clientes do domínio: Microsoft Windows 7, 8, 8.1, 10, 2008, 2008R2, 2012 e 2012R2.
- al. prover criptografia a nível de cluster ou volume de dados existentes seja via hardware ou software.

1.2. O Software Monitor de Máquina Virtual (*hipervisor*) proposto deve possuir no mínimo as seguintes características:

- a. possuir integração total com a solução proposta;
- b. será permitido o uso das seguintes soluções:
 - i. VMware vSphere ESXi 6.0 ou 6.5; e
 - ii. Linux KVM (Kernel-based Virtual Machine) ou baseado, desde de que seja mantido e suportado pelo proprietário da solução integrada e possua as características mínimas especificada para o hipervisor;
- c. possuir licenciamento necessário para o completo atendimento da especificação técnica constantes neste Termo de Referência, na modalidade de uso perpétuo, ou seja, o hipervisor deve continuar a operar normalmente mesmo após o período de suporte e direito de atualização ativos e deverão ser fornecidas na capacidade máxima suportada pela solução integrada;
- d. não serão aceitos hipervisores em fase de desenvolvimento ou homologação;
- e. permitir a criação de máquinas virtuais 32 ou 64 bits;
- f. permitir a criação de máquinas virtuais com, no mínimo, os seguintes sistemas operacionais:
 - i. Microsoft Windows Server 2008 R2, 2012, 2012 R2, 2016;
 - ii. Microsoft Windows 7, 8, 8.1, 10;
 - iii. Red Hat Enterprise Linux 6.4, 6.5, 6.6, 6.7, 6.8, 7.0, 7.1, 7.2;
 - iv. Linux CentOS 6.4, 6.5, 6.6, 6.7, 6.8, 7.0, 7.1, 7.2
 - v. Linux Ubuntu Server e Desktop, 12.04.5, 14.04.x, 16.04.x, 16.10;
 - vi. FreeBSD 9.3, 10.0, 10.1, 10.2, 10.3, 11;
 - vii. SUSE 11 e SUSE Linux Enterprise Server 12; e
 - viii. Oracle Linux 6.x, 7.x.
- g. permitir a criação de novas máquinas virtuais através de interface gráfica;
- h. possibilitar que seja feita alterações de configurações (CPU, memória, disco e rede) de máquinas virtuais existentes através de interface gráfica;
- i. possibilitar adição dinâmica de CPU e memória de máquinas virtuais existentes, conforme a compatibilidade do sistema operacional;
- j. possuir interface gráfica de gerenciamento de recursos como CPU, Memória e I/O para as máquinas virtuais;
- k. possuir configuração distribuída de redes virtuais em todos os servidores do cluster;
- l. o comutador virtual distribuído deverá ser capaz de espelhar tráfego de determinada(s) máquina(s) virtual(is) e/ou se necessário alterar o fluxo de comunicação de dados de entrada e saída dela(s) para um serviço de terceiro;
- m. permitir que as máquinas virtuais possam utilizar diferentes redes virtuais em um mesmo servidor;
- n. possuir capacidade de monitorar, gerenciar e alterar continuamente a utilização dos recursos de processamento representado pelo conjunto de servidores físicos, alocando necessariamente e redistribuindo dinamicamente as máquinas virtuais entre os servidores baseado em regras pré-definidas que reflitam as necessidades e mudanças de prioridades de cada máquina virtual;
- o. permitir a criação de ambiente de alta disponibilidade, na perspectiva do hipervisor, um cluster entre os servidores físicos, e na indisponibilidade de

um dos servidores, efetuar inteligentemente a redistribuição das máquinas virtuais entre os demais servidores, sem requerer intervenção manual;

- p. possuir recurso de virtualização de uma ou mais placas de rede, cada uma com seu próprio endereço IP e MAC address;
- q. possibilitar a criação de novas máquinas virtuais através de modelos já criados e prontos para serem instalados em qualquer virtualizador de qualquer servidor físico que componha a solução integrada;
- r. monitorar a utilização individual de cada máquina virtual criada;
- s. possibilitar parar, iniciar, suspender e resetar máquinas virtuais;
- t. permitir criação de regras de afinidade entre máquinas virtuais e servidores do cluster, ou seja, com base em políticas pré-definidas determinadas máquinas virtuais deverão ser hospedadas somente em um conjunto determinado de servidores;
- u. permitir a criação de regras de anti-afinidade entre máquinas virtuais, ou seja, com base em políticas pré-definidas determinadas máquinas virtuais não poderão ser hospedadas no mesmo servidor do cluster;
- v. permitir a configuração de acesso não uniforme à memória RAM (vNUMA) oriundo das máquinas virtuais;
- w. permitir a entrega de placas de aceleração gráfica de modo direto (dedicado) ou partes (virtual); e
- x. possuir de forma gráfica toda visibilidade física e lógica do ambiente de rede de dados do cluster.

1.3. O Software de Gerenciamento Centralizado proposto deve possuir no mínimo as seguintes características:

- a. possuir console de administração WEB (em alta disponibilidade) que deve continuar a operar normalmente mesmo após fim do período de garantia e licenciamento;
- b. a console Web deve suportar o acesso via HTTPS utilizando certificados digitais. Estes certificados digitais poderão ser gerados e auto-assinados automaticamente pela solução ou importados através de uma opção disponível na console Web;
- c. a solução deve disponibilizar acesso ao sistema operacional da solução através do protocolo padrão SSH (Secure Shell) ou similar;
- d. a console WEB deve ser acessível por browsers que suportam a tecnologia HTML5 ou similar;
- e. a console WEB deve permitir integração com Active Directory da Microsoft para autenticação, ou então, utilizar autenticação local;
- f. com a finalidade de automatizar os processos de implementação, manutenção e gerenciamento do cluster, o sistema operacional em execução na solução integrada deverá oferecer REST APIs;
- g. a solução deverá implementar uma interface de linha de comando completa para administração e monitoramento dos componentes do cluster;
- h. com o objetivo de proporcionar maior segurança, o sistema operacional deve oferecer uma funcionalidade de impedir o acesso ao terminal de linha de comando;
- i. a console WEB deve fornecer acesso à, no mínimo, as seguintes opções:
 - i. painel principal;
 - ii. painel da saúde do sistema (cluster);
 - iii. painel das Máquinas Virtuais;
 - iv. painel do Storage;
 - v. painel do Hardware;
 - vi. painel de Recuperação de Desastres;
 - vii. painel de Análise de Performance;
 - viii. painel de Alertas e Eventos; e
 - ix. suportar envio de alertas e eventos via SNMP.
- j. com o objetivo de facilitar o monitoramento e visualização das informações do cluster, ao menos as seguintes informações deverão estar disponíveis no cluster:
 - i. sumário do hipervisor;
 - ii. sumário do hardware;
 - iii. IOPS do cluster;
 - iv. utilização de banda do cluster;
 - v. latência do cluster;
 - vi. situação da resiliência dos dados; e
 - vii. alertas e eventos.
- k. disponibilizar, no mínimo, os seguintes tipos de usuários e suas respectivas funções:
 - i. visualização - não permite nenhuma alteração na configuração; e
 - ii. usuário administrativo - pode realizar todas as operações disponíveis.
- l. quando empregado 2 (dois) ou mais clusters distintos, uma ferramenta de gerência unificada deverá ser disponibilizada, facilitando a tarefa de administração diária dos clusters localizados distantes geograficamente. A ferramenta deverá apresentar as seguintes informações consolidadas de todos os clusters registrados:
 - i. saúde dos sistema clusters;
 - ii. Máquinas Virtuais;
 - iii. armazenamento;
 - iv. situação do hardware;
 - v. painel de Análise de Performance; e

- vi. painel de Alertas e Eventos;
- m. a interface IPMI ou similar presente em cada um dos servidores deverá ser baseada em Web, acessível através de um endereço IP. No mínimo as seguintes opções deverão estar disponíveis na interface Web:
 - i. configuração remota do BIOS;
 - ii. console remoto gráfico;
 - iii. ligar, desligar e reiniciar o servidor remotamente;
 - iv. monitoramento do hardware; e
 - v. atualização do software IPMI ou similar através da interface Web.
- n. o gerenciador do cluster deverá enviar periodicamente informações e estatísticas automaticamente para o suporte do fabricante, funcionalidade conhecida como call-home. Este recurso tem por objetivo aplicar análises avançadas para otimizar a implementação da solução ou atuar proativamente na identificação de problemas. Deverá ser permitido desabilitar este recurso a qualquer momento através da interface WEB;
- o. a console de administração gráfica deverá disponibilizar, quando necessário, o acesso remoto do time de suporte do fabricante. Essa funcionalidade deverá estabelecer um túnel SSH reverso ou similar aos servidores do fabricante com o objetivo de permitir ao suporte, executar manutenções no software dos controladores de armazenamento virtuais. O administrador do sistema poderá habilitar ou desabilitar o acesso a qualquer momento; e
- p. a solução deverá possuir ferramenta de checagem interna integrada a console de gerenciamento, buscando por problemas de saúde no cluster proativamente.

1.4. O Software de Backup deverá:

- a. possuir interface única e ser capaz de gerenciar e executar operações de backup e restore das máquinas virtuais Windows, Unix e Linux;
- b. possuir agente de aplicações para, no mínimo, Microsoft Active Directory, Banco de Dados Oracle (Windows e Linux), Oracle RAC (em Linux), PostgreSQL, MySQL e Sistemas Operacionais baseados em Debian, Red Hat e Microsoft Windows.
- c. prover licenciamento, por meio de concessão perpétua, para suportar toda a solução hiperconvergente durante toda a vigência do contrato;
- d. poderá ser fornecido por terceiros, desde que homologados pela fabricante da solução;
- e. suportar operações de backup em discos rígidos, nuvem (interface S3) e fitas do tipo LTO;
- f. não deverá impor limites para proteção de máquinas virtuais;
- g. possuir base de dados para armazenamento do catálogo com funcionalidades de recuperação rápida em caso de desastre, fornecido por ferramentas especificamente desenhadas para esta função;
- h. possuir mecanismo de reconstrução do catálogo ou banco de dados centralizado em caso de perda do mesmo, sem a necessidade de recatálogo as imagens de backup;
- i. possibilitar a replicação do catálogo interno em tempo real, para o caso de recuperação de desastre;
- j. possibilitar a reconstrução do catálogo ou banco de dados no caso de perda do mesmo;
- k. prover servidor para gerência de backup, compatível com pelo menos com Microsoft Windows Server 2008 e 2012 R2 edition, Red Hat Enterprise Linux versões 4,5 e 6, SuSe Linux Enterprise Server 10 e 11 e CentOS 5 e 6;
- l. prover servidores movimentadores de dados (Media Servers) compatíveis pelo menos com Microsoft Windows Server 2008 e 2012 R2 edition, Red Hat Enterprise Linux versões 4,5 e 6, SuSe Linux Enterprise Server 10 e 11 e CentOS 5 e 6;
- m. permitir o crescimento ilimitado de:
 - i. área de armazenamento do backup;
 - ii. agentes para Media Server Windows e Linux;
 - iii. fitas de backup;
 - iv. backup de ambientes virtuais; e
 - v. deduplicação.
- n. permitir a deduplicação de todo o volume protegido;
- o. permitir que os dados deduplicados de backup possam ser reidratados e movimentados para as fitas magnéticas;
- p. permitir que as tarefas de backup/recovery sejam realizadas por meio de interface gráfica, sem a necessidade de scripts;
- q. permitir que as tarefas de backup/recovery sejam realizadas por meio de scripts;
- r. permitir que o acesso do administrador à console de gerenciamento ocorra por meio de console gráfica com opção de acesso via browser;
- s. permitir a integração da interface gráfica com o Microsoft Active Directory, para fins de login e associação de usuários com grupos de usuários da solução. Esta associação deve permitir a criação de perfis de usuários que possibilite o controle de níveis de acesso aos servidores, repositórios de armazenamento e outros objetos pertencentes à ferramenta de backup;
- t. permitir o gerenciamento das operações de backup e restore de forma centralizada e distribuída, permitindo que cada “célula” também possa agendar, iniciar e monitorar as sessões de seus servidores;
- u. permitir, a partir de uma única interface, gerenciar operações de backup e restore de arquivos, aplicações e banco de dados;
- v. suportar criptografia de dados, no mínimo, com as seguintes características:
 - i. criptografia de dados para geração de cópias de backup em mídias; e
 - ii. criptografia de dados colocados em backup utilizando os algoritmos, com chaves de, pelo menos, 256 (duzentos e cinquenta e seis) bits.
- w. possuir opção de priorização de tarefas de backup;
- x. possuir funcionalidade de paralelizar a gravação de dados de um cliente de backup em diferentes caminhos pertencentes a um dispositivo de armazenamento (multistreaming);
- y. possuir funcionalidade de gravação serial e simultânea de vários streams de backup em um único caminho pertencente a um dispositivo de

- armazenamento (multiplexação);
- z. permitir a realização de backups do tipo sintético, que possibilite, a partir de um backup full em conjunto com incrementais, gerar um novo backup full consolidado, diminuindo o tempo total de janela de backup;
 - aa. possuir capacidade para realizar o arquivamento de servidores de arquivos (archive) para sistemas operacionais Microsoft Windows e Linux;
 - ab. possuir capacidade para realizar backup de servidores de arquivos no formato eternamente incremental, realizando somente a leitura dos metadados presentes no sistema de arquivos, evitando assim, a leitura completa dos arquivos existentes no servidor. Após a realização de cada backup, este deve ser automaticamente sintetizado para que seja gerada a visão completa de restauração;
 - ac. realizar backups completos, incrementais e/ou diferenciais;
 - ad. permitir o envio de alertas por meio de correio eletrônico (e-mail) para reportar eventos ocorridos na operação e configuração do software;
 - ae. possuir funcionalidade de agendamento de tarefas de backup e restore;
 - af. possuir função de agendamento do backup por meio de calendário;
 - ag. oferecer a opção de download e aplicação automática de atualizações de software, hotfixes ou patches;
 - ah. permitir o crescimento ilimitado no backend (repositórios de armazenamento de backup), ou seja, poderá crescer de forma ilimitada o tamanho dos repositórios de armazenamento de backup, tanto para o repositório do site principal como para as réplicas de contingência;
 - ai. suportar deduplicação de blocos na origem (client side), de forma que o cliente envie apenas novos blocos de dados criados e/ou modificados a partir do último backup;
 - aj. suportar deduplicação de dados nos Media Servers (target), de forma que o mesmo descarte blocos repetidos enviados pelos clientes, evitando assim o armazenamento de blocos redundantes;
 - ak. suporta deduplicação de dados global ou no destino. Isto é, um bloco já repetido de qualquer localidade não precisa ser armazenado no repositório central novamente. A deduplicação deve ser global ou no destino considerando todos os dados armazenados;
 - al. permitir definir o tamanho do bloco a ser deduplicado: variável, customizável ou definido dinamicamente pelo algoritmo de deduplicação;
 - am. suportar a distribuição automática de carga entre os Media Servers, ou seja, os dados oriundos dos clientes de backup deverão ser distribuídos de forma automática entre os servidores de backup, e em caso de falha de um dos servidores, os dados serão encaminhados automaticamente para outros servidores ativos. Esta funcionalidade deverá ser nativa do produto, e não pode ser construída com o uso de soluções baseadas em softwares de cluster de terceiros;
 - an. permitir que os dados replicados pelo sistema de armazenamento sejam refletidos no catálogo da ferramenta;
 - ao. ser compatível com bibliotecas auto-carregadoras de cartuchos de fitas magnéticas, tanto para cópia primária como secundária;
 - ap. ser capaz de realizar a replicação de dados de backup armazenados em suas bibliotecas magnéticas para sites remotos, permitindo ainda que o restore dos dados seja feito por meio das cópias armazenadas remotamente;
 - aq. ser capaz de gerenciar as fitas magnéticas contidas dentro da biblioteca, fitas magnéticas armazenadas no site de backup, fitas armazenadas off-site e fitas em trânsito;
 - ar. suportar funcionalidade de migração de dados entre mídias magnéticas (cartuchos de fita);
 - as. permitir a verificação da integridade do conteúdo das fitas por software;
 - at. permitir consolidação das fitas magnéticas quando houver volume vazio nas fitas que possam ser reutilizados, otimizando seu uso;
 - au. permitir gerenciar automaticamente a replicação de um backup de forma deduplicada pela WAN entre servidores Media Server. Os backups ficam disponíveis para recuperação imediata a partir de qualquer localidade, com impacto mínimo sobre a área de cobertura de armazenamento e na largura de banda;
 - av. permitir configurar políticas de ciclo de vida nativas, gerenciar camadas de armazenamento e transferir automaticamente os dados de backup entre camadas do seu ciclo de vida;
 - aw. possuir funcionalidade de “disk staging”, onde os backups são direcionados para uma área em disco e, eventualmente, migrados para uma fita;
 - ax. possuir suporte a backup e restauração de Máquinas Virtuais (VMs VMWare) através do vStore API (VADP);
 - ay. suportar Change Block Tracking (CBT) tanto para backup como para restauração de Máquinas Virtuais (VMs VMWare);
 - az. permitir a identificação de aplicações Microsoft Exchange e SQL que residem nas máquinas virtuais (VMWare e Hyper-V) através do backup da imagem (VADP/VSS) e permitir restauração granular a nível de banco de dados dessas aplicações;
 - ba. permitir distribuir o backup entre diversos servidores de proxy em ambiente VMware. A ferramenta deve ter algoritmo de balanceamento que leva em consideração utilização de CPU e memória RAM do proxy, dessa forma distribuindo a VM sempre para o melhor host possível;
 - bb. permitir operações de backup e restore de ambientes virtualizados (servidores virtuais configurados em servidores físicos), com as seguintes características:
 - i. seleção automática de máquinas virtuais por meio de consultas personalizadas ao vCenter;
 - ii. descobrimento automático das máquinas virtuais nos ambientes VMWare;
 - iii. realizar operações de backup de sistemas de arquivo de servidores virtuais (VMs) sem a necessidade de instalação de agentes nos próprios servidores virtuais;
 - iv. suportar restore individual de arquivos e diretórios das máquinas virtuais para os virtualizadores listados para pelo menos os seguintes File Systems:
 - 1. FAT, FAT32, NTFS e ReFS;
 - 2. XFS, Btrfs, JFS, HFS e HFS Plus; e
 - 3. ext2, ext3 e ext4.
 - bc. para ambiente VMWare e Hyper-v deve realizar operações de restore granular dos arquivos diretamente nos servidores virtuais, sem a necessidade de instalação de agentes nos próprios servidores virtuais;
 - bd. suportar integração com o software de virtualização ofertado, sem a necessidade de instalar agentes;

- be. emitir relatórios de backup e relatórios avançados com longo período de retenção da informação, customizáveis e, com apresentação de gráficos, contendo:
- resumo dos Jobs executados em um determinado período contendo informações de sucesso ou falha de execução, tamanho de dados de origem, tamanho de dados escrito em disco ou fita, tempo de execução e velocidade;
 - resumo das atividades de restore realizados por período, porcentagem de tarefas realizadas com sucesso e com erros;
 - relatório de Health Check da solução onde deve ser monitorado os principais pontos como clientes sem backup, backups com alto tempo de execução, performance da deduplicação;
 - relatório de SLA com base em um determinado período que deve indicar quais os servidores foram protegidos e quais não foram protegidos; e
 - relatório de consumo de licenças indicando quanto cada servidor está consumindo do licenciamento total fornecido pela CONTRATADA.
- bf. exportar os relatórios para formato HTML ou outro formato portátil de visualização amigável;
- bg. personalizar exibições de dados fornecendo contexto para os relatórios de backup como linha de negócios, domínio de backup e aplicativos; e
- bh. permitir identificar tendências de crescimento a partir da coleta de dados históricos.

ANEXO III - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

1. Os serviços ofertados (**item 3**) envolve os procedimentos de implantação, garantia, manutenção, suporte técnico e transferência de conhecimento e tecnologia para toda a solução.

1.1. O atendimento, tanto em garantia como para manutenção e suporte técnico, poderá ocorrer remotamente (*on-line*) via internet (VPN) ou, dependendo da severidade e da natureza da demanda, presencialmente (*on-site*), com o deslocamento do técnico para prestação dos serviços nas dependências do TJRR, nas seguintes localidades:

Localidade		Endereço
SITE A	Sede Administrativa (Datacenter Principal)	Av. Capitão Ene Garcez, n.º 1696 , Bairro: São Francisco, CEP: 69.305-135, Boa Vista-RR
SITE B	Fórum Criminal (Datacenter Secundário)	Av. CB PM José Tabira de Alencar Macedo, 602 - Bairro Caranã, CEP: 69.313-595, Boa Vista-RR

1.1.1 Todos os custos diretos e indiretos para realização do atendimento presencial (on-site) serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

1.1.2. As localidades podem sofrer alterações e acréscimos no decorrer do contrato, caso haja mudança ou implantação de novos Datacenters.

1.2. Para liberação de acesso aos locais de instalação dos ativos integrantes da solução, durante a vigência do contrato, o(s) técnico(s) designado(s) para prestar o atendimento deverá(ão) se apresentar devidamente identificado(s) no ato do atendimento.

1.3. Todos os atendimentos devem respeitar o Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

2. Serviços de Garantia, Manutenção e Suporte Técnico (por servidor).

2.1. Os serviços de garantia ou de manutenção e suporte técnico deverão ser executados, sempre que se fizer necessário, pela própria CONTRATADA, ou pelo fabricante de maneira solidária, ou ainda, por representante devidamente credenciado.

2.2. O pedido de atendimento poderá ocorrer por meio de alertas provenientes do sistema de monitoramento ou por meio de solicitação formal efetuada por servidor do TJRR, devidamente credenciado, mediante o registro da demanda e abertura de ordem de serviço (Anexo VIII).

2.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar Central de Atendimento via *website*, *chat* ou número telefônico 0800 para registros das demandas.

2.4. Em qualquer modalidade o atendimento deve ser prestado em português e estar disponível vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, todos os dias do ano (24x7x365).

2.5. A CONTRATADA fornecerá ao TJRR, o número da respectiva Ordem de Serviço que conterá todo o histórico do atendimento da ocorrência, desde a abertura até a resolução do fato motivador do atendimento, permitindo inclusive, o acesso a essas informações pelo TJRR por telefone ou por uma interface web.

2.6. As ocorrências serão classificadas em 3 (três) níveis de prioridade, relacionados a graus de comprometimento de funcionamento do serviço. Os prazos máximos para a solução de problemas serão contados a partir da chegada do técnico ao local ou do horário de abertura das Ordens de Serviço quando a presença do técnico não for necessária, conforme indicado no quadro seguinte:

Grau	Descrição	Prazo para solução
Prioridade "0"	Equipamento não está operacional	Até o término do próximo dia útil (NBD – Next Business Day)
Prioridade "1"	O equipamento está operacional, porém apresenta problemas.	Até 02 (dois) dias úteis.
Prioridade "2"	Existem dúvidas pendentes de esclarecimento e/ou existem firmwares, MIBs ou documentação ainda não disponibilizados.	Até 05 (cinco) dias úteis.

2.7. Os prazos para solução, definidos na tabela acima, serão computados a partir do recebimento da solicitação de reparo pela central de atendimento da CONTRATADA, até a comunicação do término desse reparo ao TJRR. Quando não for possível confirmar a data e horário da abertura da Ordem de Serviço (Anexo VIII) na Central de Atendimento da CONTRATADA, a indisponibilidade será considerada a partir da efetiva interrupção registrada pelos sistemas de monitoramento do TJRR.

2.8. Qualquer ocorrência somente poderá ser encerrada com o consentimento expresso de algum preposto do TJRR. No encerramento da ocorrência, a CONTRATADA deverá registrar o nome do responsável pela autorização de encerramento da Ordem de Serviço (Anexo VIII).

2.9. Caso, para a solução do problema, seja necessária a retirada do equipamento das dependências do TJRR, a CONTRATADA poderá fazê-lo exclusivamente às suas expensas, mantendo inalterado o prazo para conclusão do atendimento.

2.10. Na hipótese de produto que necessite de peças ou partes importadas e não comuns no mercado nacional, a critério da fiscalização do contrato, o prazo

para a conclusão dos trabalhos poderá ser ampliado para até 5 dias úteis.

2.11. A ampliação dos prazos se aplica também quando a CONTRATADA precisar remover o equipamento das dependências desta Corte para outros reparos, caso em que a equipe técnica deste Tribunal poderá realizar a remoção prévia das unidades de armazenamento;

2.12. A responsabilidade pelo cumprimento dos prazos fixados neste documento é solidária entre a CONTRATADA, o fabricante dos equipamentos e/ou o seu representante devidamente credenciado, razão pela qual, a CONTRATADA deverá apresentar documentação hábil para assegurar tal condição ou, para tanto, os termos e condições de garantia deverão ser emitidos pelo próprio fabricante.

3. Procedimentos de Implantação

3.1. Os procedimentos de implantação deverão seguir os parâmetros definidos e aprovados no Plano de Implantação da Solução ou serem oficialmente ajustados e acordados entre a equipe técnica do TJRR e a CONTRATADA.

3.2. A CONTRATADA será a única responsável pela implantação de toda a solução (hardware e software) e serviços de instalação e configuração de alta disponibilidade, acesso e gerenciamento remoto dos equipamentos, e também da configuração de serviços de replicação da solução adquirida, contemplando todos os procedimentos necessários para a adequada integração com a solução legada do TJRR em três camadas (Storage SAN) que deverá ser realocada e completamente implementada no Datacenter Secundário (SITE B) que fica geograficamente distante do Datacenter Principal (SITE A).

3.3. O Plano de Implantação (Anexo V) e o Cronograma de Execução devem ser elaborados de acordo com a metodologia de gerenciamento de projetos PMBOK, contendo no mínimo:

- a. procedimentos de reversão (roolback) com o detalhamento das ações de compensação, para tratar as falhas ocorridas durante a execução dos serviços de implantação, possibilitando reverter para o estado confiável exatamente anterior ao das implementações que falharam;
- b. procedimentos de desligamento dos equipamentos legados, contendo:
 - i. layout físico das instalações atuais e das interconexões existentes;
 - ii. layout lógico das instalações atuais;
 - iii. topologia da rede atual;
 - iv. infraestrutura, com fotos do data center atual; e
 - v. ordem de desmontagem dos equipamentos.
- c. procedimentos de mudança física dos equipamentos legados (Moving) com:
 - i. identificação de todos os equipamentos com as respectivas etiquetas;
 - ii. desligamento dos equipamentos na ordem pré-estabelecida durante os procedimentos de desligamento;
 - iii. embalagem individual dos equipamentos, com acondicionamento que evite impactos, de modo que não sejam danificados durante o transporte; e
 - iv. transporte dos equipamentos em veículo apropriado.
- d. procedimentos de testes de bancada:
 - i. montagem dos equipamentos em local específico, fora do datacenter;
 - ii. realização de testes com os equipamentos em pleno funcionamento; e
 - iii. validação dos testes realizados pela equipe do TJRR.
- e. procedimentos de montagem dos equipamentos e reativação dos serviços de TI:
 - i. desembalagem e conferência visual do estado dos equipamentos, com registro documental da situação de cada um após o transporte;
 - ii. montagem e conexão de todos os equipamentos no Datacenter Secundário (SITE B), observando o layout e locais indicados pelo TJRR;
 - iii. organização dos racks de servidores, que consiste em acomodar de maneira uniforme e organizada o cabeamento elétrico e lógico, estabelecendo a conexão da rede utilizando cabos UTP, de fibra óptica e cabos DAC, entre os servidores, switches e storages;
 - iv. religamento dos equipamentos na ordem pré-estabelecida;
 - v. realização de testes de funcionamento e performance; e
 - vi. integração dos novos equipamentos montados no SITE A, garantindo o funcionamento do segmento de rede com os respectivos equipamentos no SITE B.
- f. procedimentos de montagem e ligação dos novos equipamentos no SITE A:
 - i. desembalagem e conferência visual do estado dos equipamentos adquiridos, com registro documental da situação de cada um;
 - ii. montagem e conexão de todos os equipamentos no Datacenter Principal (SITE A), observando o layout e locais indicados pelo TJRR;
 - iii. organização dos racks de servidores, que consiste em acomodar de maneira uniforme e organizada o cabeamento elétrico e lógico, estabelecendo a conexão da rede utilizando cabos UTP, de fibra óptica e cabos DAC, entre os servidores hiperconvergentes;
 - iv. ligação dos equipamentos na ordem pré-estabelecida pelo fabricante;
 - v. instalação de todos os softwares necessários ao pleno funcionamento da solução;
 - vi. configuração de todos os componentes da solução (hardware e software) em conformidade com os parâmetros definidos pelo TJRR;
 - vii. migração e/ou cadastramentos dos dados organizacionais e de usuários do TJRR pertinentes ao pleno funcionamento da solução;
 - viii. realização de testes de funcionamento e performance; e
 - ix. integração de todos os equipamentos garantindo o funcionamento do segmento de rede dos respectivos equipamentos no SITE A;
- g. procedimentos de integração do ambiente replicado, considerando o SITE A com arquitetura hiperconvergente e o SITE B com arquitetura em três camadas:
 - i. realização de testes de conectividade da fibra metropolitana que interliga os dois sites, documentando a taxa máxima de transferência alcançada, a latência, a impedância e atenuação e os prováveis pontos de perda de luz;
 - ii. configuração da integração entre os dois sites, considerando que:

1. a replicação ocorrerá de maneira assíncrona (ativo-passivo);;
 2. a replicação não será em tempo real (real time);
 3. o ponto de recuperação dos dados (RPO - Recovery Point Objective) será de até 1 (uma) hora;
 4. o tempo de restabelecimento dos serviços a partir do SITE B (RTO - Recovery Time Objective) deve ser de máximo 1 (uma) hora;
 5. o restabelecimento dos serviços a partir do SITE A deve ocorrer sem perdas de dados, de maneira programada; e
 6. os procedimentos de sincronismo, recuperação e restabelecimento dos serviços devem ocorrer de maneira programada, conforme orientação da CONTRATADA.
- h. procedimentos de integração do ambiente redundante, considerando ambos os sites com arquitetura hiperconvergente:
- i. a replicação ocorrerá de maneira síncrona (ativo-ativo);
 - ii. os ambientes serão redundantes com replicação em tempo real (real time);
 - iii. o ponto de recuperação dos dados (RPO - Recovery Point Objective) será de até 5 (cinco) minutos;
 - iv. o tempo de restabelecimento dos serviços (RTO - Recovery Time Objective) deve ser menor que 5 (cinco) minutos; e
 - v. os procedimentos de sincronismo, recuperação e restabelecimento dos serviços devem ocorrer de maneira automática e transparente.
- i. procedimentos de entrega definitiva:
- i. comprovação de que a transferência de conhecimento e tecnologia foi realizada à equipe técnica indicada pelo TJRR em todas as fases de implantação da solução; e
 - ii. documentação detalhada de todos os procedimentos realizados, inclusive: sinistros, não conformidades, anomalias, soluções de contornos e demais ocorrências passíveis de registro.

ANEXO IV - MODELO DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Este acordo sobre informações confidenciais é celebrado entre a empresa, entidade de direito privado sediada na, inscrita no CNPJ/MF sob n.º. e com Inscrição Estadual n.º....., doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato na forma do seu Estatuto Social, e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, sediado na cidade de Boa Vista-RR, doravante denominado “TJRR”.

FUNDAMENTOS

A CONTRATADA e o TJRR mantém relacionamento de prestação de serviços por força do Contrato n.º/....., firmado em....., de, de, e para que a CONTRATADA possa realizar atividades nas dependências do TJRR é necessário e desejável que este revele à CONTRATADA, sob forma escrita, verbal ou qualquer outra forma tangível, certas informações proprietárias e confidenciais relativas aos seus processos de trabalho.

As INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS do TJRR definidas no item ‘1’ são proprietárias e confidenciais, e só estão sendo reveladas à CONTRATADA em razão da realização dos serviços previstos no contrato acima referido, e por nenhuma outra razão, não desejando o TJRR transmitir à CONTRATADA qualquer interesse ou direito de propriedade intelectual, nem tornar tais INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS públicas ou de conhecimento comum.

TERMOS E CONDIÇÕES

1. INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL:

1.1. Para os propósitos do contrato e deste Termo de Confidencialidade, o termo “INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS” irá significar quaisquer informações e dados de natureza confidencial que venham a ser revelados em decorrência da execução do Contrato n.º/..... de prestação de serviços que abarcam a solução de processamento, armazenamento e replicação para a sustentação dos sistemas corporativos e dos serviços de TI ofertados pelo TJRR, inclusive, mas sem se limitar a, segredos institucionais, informações técnicas relativas a desenvolvimento, estratégias, operações, desempenho, tecnologia, negócios e processos, técnicas de programação de computador, e outras informações proprietárias designadas como tais, ou assim subentendidas, pelas PARTES, sejam elas apresentadas na forma escrita, oral, gráfica, eletrônica ou por outro meio qualquer de registro. O termo “INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS” irá incluir quaisquer amostras, modelos ou protótipos, ou partes destes.

2. SIGILO:

2.1. A CONTRATADA pactua que todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS serão mantidas no mais estrito sigilo. A CONTRATADA se compromete a não copiar, não usar em seu próprio benefício, nem revelar ou mostrar a terceiros, nem publicar tais informações, no território brasileiro ou no exterior, persistindo a obrigação de sigilo por tempo indeterminado após o encerramento do que originou o presente termo.

2.2. Só os representantes da CONTRATADA cuja avaliação das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS seja necessária e apropriada para os propósitos especificados da execução do contrato terão acesso às INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS. As INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS serão usadas pela CONTRATADA somente para os propósitos limitados estabelecidos na execução do contrato.

2.3. Com respeito aos sócios, diretores, empregados, agentes e representantes da CONTRATADA e outras pessoas que necessitem ter acesso às INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, a CONTRATADA pactua obter de todas essas pessoas um Acordo de Sigilo obrigando-as a respeitar os mesmos pactos de sigilo aqui contidos.

2.4. Todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS de posse da CONTRATADA e sob seu controle deverão ser guardadas e mantidas a salvo num lugar seguro, com proteção adequada para assegurar que nenhuma pessoa não autorizada tenha acesso a essas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS.

2.5. A CONTRATADA concorda em notificar imediatamente o TJRR, por escrito, qualquer utilização indevida, revelação não autorizada, esbulho ou apropriação indébita das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que lhe forem reveladas, ou qualquer violação do contrato que chegue ao seu conhecimento.

3. PROPRIEDADE:

3.1. Todos os materiais, inclusive, mas sem limitações a documentos, desenhos, modelos, protótipos, dispositivos, esboços, projetos, listas de componentes, programas de computador, mapas, propostas, informações financeiras ou comerciais, e dados (juntamente com quaisquer meios de suporte, p. ex.: discos, fitas), fornecidos à CONTRATADA, permanecerão sendo de propriedade do TJRR.

3.2. Todas as anotações, juntamente com quaisquer análises, compilações, estudos ou outros documentos elaborados pela CONTRATADA ou por seus

representantes, que contenham ou reflitam de outra maneira as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, reveladas pelo TJRR, serão também consideradas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, e serão havidas como de propriedade da CONTRATADA somente naquilo que não conflitar com direitos preexistentes do TJRR.

4. LIMITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES E DIREITOS:

4.1. A CONTRATADA concorda que não adquire qualquer título, posse, direitos de propriedade intelectual ou outros direitos para usar, vender, explorar, copiar ou desenvolver mais qualquer INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL, em razão da execução do contrato. Caso as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS sejam ou venham a ser objeto de requerimento de patente, requerimento de direito autoral, ou direito autoral, a CONTRATADA concorda e entende que o TJRR terá todos os direitos e socorros legais disponíveis como resultado dos referidos requerimentos de patente, requerimentos de direito autoral, ou direitos autorais, e que a revelação de tais INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS à CONTRATADA não afeta de maneira alguma esses direitos e socorros.

4.2. A CONTRATADA entende que a revelação das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS aqui prevista tem bases não-exclusivas, e que o TJRR poderá, a qualquer tempo, e sem limitações, revelar as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS de sua propriedade a outros, sob obrigações de sigilo similares àquelas previstas em contrato.

4.3. Nada neste instrumento irá obrigar o TJRR a revelar à CONTRATADA qualquer informação em particular.

4.4. O nome, a marca e a logomarca da CONTRATADA são de sua propriedade exclusiva e encontram-se devidamente registrados junto aos órgãos competentes e protegidos pelas leis de propriedade intelectual, de modo que o presente instrumento não confere ao TJRR qualquer direito, direto ou indireto, sobre o nome, a marca e a logomarca pertencentes à CONTRATADA, sendo vedada qualquer forma de utilização, exploração, reprodução e/ou veiculação destes, em conexão ou não com o objeto deste instrumento, sem a autorização prévia e expressa da CONTRATADA.

5. NÃO-REVELAÇÃO:

5.1. Tanto a CONTRATADA como seus respectivos representantes, prepostos, funcionários, agentes e terceiros, direta ou indiretamente relacionados, na forma dos Acordos de Sigilo assinados, concordam que durante o período de vigência do Contrato n.º/....., e após o seu encerramento será mantida, por prazo indeterminado, a proibição de revelação e de uso em benefício próprio ou de terceiros das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS.

5.2. As restrições estabelecidas neste documento não se aplicarão a quaisquer informações, dados ou outros materiais cedidos, na medida em que existir, ou vier a existir, qualquer uma das condições seguintes:

- a. fossem previamente conhecidas pela CONTRATADA, livre de qualquer obrigação de mantê-las confidenciais conforme demonstrado pelos seus registros escritos, desde que ele não tenha recebido tais informações, direta ou indiretamente, do TJRR;
- b. sejam ou se tornem de domínio público, por revelação que não seja desautorizada;
- c. sejam obtidas independentemente pela CONTRATADA sem conhecimento das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, conforme demonstrado pelos seus registros escritos, desde que tais informações, ou informações correlatas, não tenham sido antecipadas em processo de patentes previamente publicados, de titularidade do TJRR;
- d. sejam reveladas a terceiros, sem restrições, pelo TJRR;
- e. sejam recebidas legalmente pela CONTRATADA de uma terceira parte cuja revelação não tenha violado qualquer sigilo ou outra obrigação legal; ou
- f. que venham a ser tornadas públicas por ação ou omissão não atribuível à CONTRATADA.

5.3. As INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS não serão consideradas pertencentes ao domínio público simplesmente por estarem parcialmente incorporadas a descobertas em geral, ou porque características individuais suas, componentes seus ou combinações disso sejam agora ou venham a ser conhecidos pelo público.

6. DEVOLUÇÃO DA INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL:

6.1. Quando do encerramento do presente contrato e/ou das relações de negócios entre a CONTRATADA e o TJRR, ou mais cedo, de comum acordo entre as PARTES, a CONTRATADA deverá entregar em até 15 (quinze) dias ao TJRR, ou a quem ele designar, toda e qualquer INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL em sua posse ou sob seu controle, exceto se o TJRR, por intermédio de prévia permissão por escrito, tenha concordado em que a informação seja retida pela CONTRATADA.

6.2. A CONTRATADA irá se certificar de que todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS e cópias, ou extrações destas, tenham sido devolvidas ao TJRR, ou a quem ele designar, bem como que sejam destruídas, de maneira irrecuperável, todas as cópias instaladas na memória de seus equipamentos ou em qualquer outro tipo de suporte, inclusive as cópias de segurança (backup).

7. REVELAÇÃO ORDENADA EM JUÍZO

7.1. A CONTRATADA não será responsável pela revelação de INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS caso esta seja feita em resposta a ordem judicial, contanto que seja dada notificação ao TJRR, tão logo tal ordem seja recebida, para que este possa dar ciência.

8. ACORDO DE OBRIGAÇÃO DOS SUCESSORES:

8.1. Este Termo de Confidencialidade terá caráter obrigatório e deverá vigorar em benefício das PARTES aqui signatárias, de seus herdeiros, administradores, sucessores e depositários.

9. DA VIGÊNCIA:

9.1. Este Termo de Confidencialidade se efetivará a partir da data da assinatura do Contrato ao qual está vinculado e terminará com a cessação contratual, ressalvados nos efeitos da vedação contida no item 4 do presente Termo.

9.2. O encerramento deste Termo não eximirá a CONTRATADA de cumprir com as obrigações e responsabilidades assumidas durante sua vigência.

10. FORO:

10.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Termo de Confidencialidade, as PARTES elegem o Foro de Boa Vista - RR, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais, privilegiado que seja. Assim, justas e contratadas, as PARTES assinam digitalmente o presente instrumento.

ANEXO V - MODELO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO

1. Introdução

1.1. A CONTRATADA deverá apresentar o objetivo do Plano de Implantação da solução integrada de processamento, armazenamento, comunicação,

backup e replicação de dados para a sustentação dos sistemas corporativos e dos serviços de TI ofertados pelo Poder Judiciário do Estado de Roraima.

1.2. O Plano de Implantação documenta como e quando o produto será disponibilizado, os principais elementos que devem estar descritos neste documento são:

- a. o detalhamento dos eventos que serão realizados respeitando as fases de maneira cronológica;
- b. o cronograma com a definição de quando cada atividade deve ser iniciada e concluída, em um encadeamento lógico e sequencial;
- c. a identificação clara e precisa dos responsáveis e demais profissionais envolvidos;
- d. as dependências e adequações a serem observadas pela CONTRATANTE para execução dos serviços; e
- e. os requisitos e insumos que serão atendidos pela CONTRATADA para a realização da implantação da solução.

2. Referências

2.1. Apresentar uma lista completa de todos os documentos mencionados no Plano de Implantação, informando nome, versão e localização desses documentos.

3. Planejamento de Implantação

3.1. Apresentar todas as atividades que serão executadas durante a implantação da solução, tais como:

- a. planejamento;
- b. procedimentos de reversão (roolback);
- c. procedimentos de desligamento dos equipamentos legados;
- d. procedimentos de mudança física dos equipamentos legados (*Moving*);
- e. procedimentos de testes de bancada;
- f. procedimentos de montagem e ligação dos equipamentos legados;
- g. procedimentos de preparação de itens a serem liberados;
- h. procedimentos de empacotamento, envio, entrega e conferência;
- i. procedimentos de montagem e ligação dos novos equipamentos;
- j. procedimentos de integração do ambiente replicado;
- k. procedimentos de integração do ambiente redundante;
- l. procedimentos de entrega definitiva; e
- m. procedimentos de treinamento com transferência de conhecimento e tecnologia.

3.2. Nesta seção é necessário descrever os responsáveis por cada atividade e o cronograma previsto para sua execução.

4. Papéis e Responsabilidades

4.1. Descrever os papéis e as responsabilidades dos envolvidos nas atividades de implantação da solução tanto da CONTRATADA como da CONTRATANTE, principalmente os papéis envolvidos nos testes de aceitação para entrega/recebimento provisório e definitivo e pelo processo de tratamento de eventuais discrepâncias do produto entregue com relação as especificações exigidas. Descrever também as responsabilidades da equipe CONTRATADA) de implantação, integração e treinamento dos entes da CONTRATANTE.

5. Cronograma

5.1. Apresentar o cronograma e os marcos para a realização das atividades necessárias à implantação da solução. Os marcos de implantação devem ser compatíveis com as especificações exigidas pela CONTRATANTE.

6. Recursos

6.1. Definir os recursos, e de onde serão obtidos, necessários para executar as atividades de implantação.

7. Instalações

7.1. Definir os requisitos necessários nas instalações para testar e implantar a solução. Se necessário, inclua detalhes como construções especiais ou requisitos de energia elétrica e recursos especiais de suporte aos requisitos de privacidade e segurança.

8. Hardware

8.1. Definir o hardware necessário para a implantação, inserindo detalhes como modelo, versões, configurações e informações sobre suporte do fabricante e licenças.

9. Unidade de Implantação

9.1. Listar os hardwares, softwares, serviços, documentação e demais componentes fornecidos junto com os itens contemplados nesta solução.

10. Softwares

10.1. Listar todos os softwares implantados, como ferramentas, compiladores, ferramentas de teste, dados de teste, utilitários, ferramentas de Gerenciamento de Configuração, bancos de dados, arquivos de dados etc.

11. Documentação

11.1. Listar a documentação fornecida, como manuais do sistema e do usuário, documento de arquitetura do sistema, casos de teste etc.

12. Suporte

12.1. Apresentar todas as informações necessárias para que a CONTRATANTE acione os serviços técnicos contratados de garantia, manutenção e suporte técnico.

13. Treinamento

13.1. Apresentar o planejamento e os documentos necessários para a devida aprovação das ações de treinamento com transferência de conhecimento e tecnologia que serão realizadas.

14. Aprovações**14.1.** Apresentar as demais informações necessárias para a aprovação do Plano de Implantação por parte da CONTRATADA.**ANEXO VI - MODELO DO PLANO DE CONTINUIDADE DO NEGÓCIO****1 - ANÁLISE DE IMPACTO NO NEGÓCIO**

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO <i>[Neste item a empresa contratada deverá preencher a tabela com as informações de identificação do negócio.]</i>			
Processo n.º:	<i>[informar o número do processo]</i>	Data de Emissão:	<i>[informar a data]</i>
Objeto do Negócio:	Garantir a continuidade e disponibilidade da solução integrada de processamento, armazenamento, comunicação, backup e replicação de dados para a sustentação dos sistemas corporativos e dos serviços de TI ofertados pelo Poder Judiciário do Estado de Roraima.		
Setor Demandante:	Secretaria de Tecnologia da Informação - STI/TJRR	Responsável:	Thiago Lobo
Periodicidade em que o negócio é executado:	<i>[Informar a periodicidade do negócio. Ex.: contínuo.]</i>		
Momentos de maior criticidade do processo:	<i>[Informar os momentos considerados de maior criticidade do negócio. Ex.: Durante a indisponibilidade do SITE A - Datacenter Principal.]</i>		
Outras informações:	<i>[inserir outras informações consideradas essenciais para compreensão do negócio.]</i>		

DEPENDÊNCIAS DE RECURSOS NECESSÁRIOS PARA O REESTABELECIMENTO DO NEGÓCIO <i>[Neste item a empresa contratada deverá preencher a tabela com os recursos necessários para o reestabelecimento do negócio após indisponibilidade.]</i>	
Equipamentos:	<i>[Detalhar quais os bens, produtos, periféricos e demais equipamentos, bem como, a quantidade mínima necessária para o reestabelecimento do negócio.]</i>
Sistemas de TI:	<i>[Detalhar quais os sistemas, aplicativos, licenças e demais softwares necessários para o reestabelecimento do negócio.]</i>
Infraestrutura:	<i>[Detalhar quais os recursos de infraestrutura, dependências físicas, e demais materiais ou recursos necessários para o reestabelecimento do negócio.]</i>
Profissionais:	<i>[Detalhar quais são as dependências por profissionais com habilidades, conhecimentos ou experiências específicas para o reestabelecimento do negócio.]</i> <i>[Informar quantos profissionais (próprios ou terceirizados) detêm habilidades, conhecimentos ou experiências específicas que garantam a continuidade do negócio. Informar inclusive suas certificações, cursos específicos, tempo de experiência e demais informações que comprove a capacidade técnica da equipe disponibilizada pela empresa contratada.]</i>
Contingência:	<i>[Informar se é possível realizar todo ou parte do negócio sem os recursos, sistemas de TI, infraestrutura ou profissionais elencados anteriormente, e quais as ações de contingência devem ser adotadas em caso de indisponibilidade de algum dos recursos elencados.]</i>

ANÁLISE DE IMPACTO <i>[Neste item a empresa contratada deverá informar se a interrupção do negócio é prejudicial à empresa e se a implementação de arranjos de contingência minimiza o impacto negativo.]</i>	
Impactos:	<i>[Detalhar quais os prováveis impactos causados pela interrupção do negócio.]</i>
Contingências:	<i>[Detalhar quais os arranjos de contingência podem ser adotados para minimizar os impactos.]</i>
Tempos Aceitáveis:	<i>[Informar o tempo que o negócio pode ficar com suas atividades interrompidas e a situação, mesmo assim, ser administrada com ações de contingência.]</i>
Impactos Financeiros:	<i>[Informar se caso o tempo de paralisação das atividades do negócio seja superior ao aceitável, quais são os impactos financeiros potenciais associados.]</i> <i>[Para cada impacto financeiro elencado, informar o nível de criticidade do impacto como:]</i> <ol style="list-style-type: none">1. Impacto irrelevante;2. Impacto pouco importante;3. Impacto médio;4. Impacto alto;5. Impacto crítico.
Impactos Legais:	<i>[Informar se caso o tempo de paralisação das atividades do negócio seja superior ao aceitável, quais são os impactos legais ou regulatórios associados.]</i> <i>[Para cada impacto legal elencado, informar o nível de criticidade do impacto como:]</i> <ol style="list-style-type: none">1. Não há impacto legal ou regulatório;

	<ol style="list-style-type: none">2. Pode gerar sanções internas pelo não cumprimento de regulamentação;3. Pode gerar advertência e ou multa pecuniária por órgãos reguladores e fiscalizadores externos pelo não cumprimento de leis e normas;4. Pode gerar, além de advertência e ou multa, outras sanções administrativas como suspensão e ou inabilitação temporária ou permanente para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência pelo não cumprimento de leis e ou normas;5. Pode gerar, além das sanções já previstas descontinuidade do negócio.]
impactos de imagem	[Informar se caso o tempo de paralisação das atividades do negócio seja superior ao aceitável, quais são os impactos de imagem associados.]
	[Para cada impacto de imagem elencado, informar o nível de criticidade do impacto como: <ol style="list-style-type: none">1. Não compromete a imagem da organização;2. Insignificante comprometimento da imagem;3. O comprometimento merece atenção e ações corretivas;4. O comprometimento é significativo;5. O comprometimento é severo.]
Outros impactos:	[Elencar outros prováveis impactos causados pela interrupção do negócio e classificá-los de acordo com o nível de criticidade.]

INTERDEPENDÊNCIA DO NEGÓCIO COM OUTROS PROCESSOS DE NEGÓCIO	
[Neste item a empresa contratada deverá preencher a tabela com as atividades do negócio que se relacionam com outros processos.]	
Depende de Informações:	[Informar se as atividades do negócio dependem de informações de outros processos internos, em caso positivo, elencá-las.]
	[Informar se as atividades do negócio dependem de informações de outros processos externos, em caso positivo, elencá-las.]
Geração de Informações:	[Informar se as atividades do negócio geram informações para outros processos internos, em caso positivo, elencá-las.]
	[Informar se as atividades do negócio geram informações para outros processos externos, em caso positivo, elencá-las.]

HISTÓRICO DE DESCONTINUIDADE	
[Neste item a empresa contratada deverá, quando possível, informar o histórico de descontinuidade do negócio.]	
Interrupções:	[Informar se as atividades do negócio já foram interrompidas de forma não programada.]
	[Informar quanto tempo durou a interrupção, quais as causas da interrupção e quais as ações adotadas para reestabelecimento do negócio.]
Desastres:	[Informar se as atividades do negócio já causaram situações que impactaram negativamente.]
	[Informar quais as causas do desastre e quais as ações adotadas para reestabelecimento do negócio.]

CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE IMPACTO NO NEGÓCIO
[Neste item a empresa contratada deverá registrar informações adicionais para a adequada análise de impacto.]

2. ESTRATÉGIA DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA
[Neste item a empresa contratada deverá preencher a tabela com as definições da estratégia.]
[A empresa contratada deve apresentar estratégias e soluções para manter a continuidade das atividades que suportam os produtos e serviços considerados crítico, dentro de níveis previamente estabelecidos, apropriados às necessidades do TJRR, que devem ser analisados em relação a aplicação adequada do Benefício x Custo. Após a realização do questionário de Análise de Impacto nos Negócios, é de interesse do TJRR que o processo faça parte da Estratégia de Continuidade de Negócios e de Tecnologia da Informação, por esse motivo a empresa contratada deve apresentar suas devidas sugestões.]
[A empresa contratada deve apresentar as devidas justificativas para sustentação de suas sugestões.]

3. AÇÕES PARA CONTINUIDADE DO NEGÓCIO

IDENTIFICAÇÃO DO INCIDENTE <i>[A empresa contratada deverá preencher a tabela abaixo para cada provável incidente.]</i>	
Incidente:	<i>[Informar qual o incidente será tratado.]</i>
Atividades:	<i>[Informar quais atividades do negócio são afetadas por este incidente.]</i>
Setores:	<i>[Informar quais setores são afetados por este incidente.]</i>
Responsável:	<i>[Informar o nome do responsável pelo tratamento deste incidente.]</i>
Acionamento:	<i>[Informar os dados para contato com o responsável pelo tratamento deste incidente.]</i>
Prazos:	<i>[Informar qual o prazo aceitável para o início do tratamento deste incidente.]</i>
	<i>[Informar qual o prazo aceitável para conclusão do tratamento e reestabelecimento do negócio.]</i>
Normas:	<i>[Elencar quais as normas técnicas, manuais do fabricante e demais recomendações que devem ser seguidas no tratamento deste incidente.]</i>

ANEXO VII - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

EMPENHO: _____

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: _____

EMPRESA: _____

ORDEM DE FORNECIMENTO N° _____ / _____

Nos termos do Empenho _____ supracitado, solicitamos o fornecimento de _____, conforme orientações seguintes:

ITEM SOLICITADO

Item	Descrição	Und.	Quant.	Local de Entrega
01		Und.		

Recebido Empresa	Recebido Provisório Fiscal	Recebido Definitivo Fiscal
Data:	Data:	Data:

Boa Vista, _____ de _____ de 20____.

Fiscal da Contratação

Matrícula

ANEXO VIII - MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO**1 - Identificação**

OS n.º		Requisitante:		Data de Emissão:	
--------	--	---------------	--	------------------	--

Assunto:			
Contratada:		Contrato n.º:	

2 - Especificação dos Serviços Realizados

ID	Descrição do Serviço Realizado	Grau de Prioridade	Data/hora de Início	Data/hora Conclusão

3 - Peças, Partes ou Equipamentos Substituídos

ID	Descrição do Produto Substituído	Marca e Modelo	Número de Série Antigo	Número de Série Novo

4 - Informações Complementares

* Instruções e demais informações pertinentes

5 - Documentos Entregues

Descrição do Documento	Data e Versão do Documento	Responsável

6 - Prazos

Data e hora de início dos Serviços	Data e hora de conclusão dos Serviços	Responsável pelo recebimento

* Em caso de atrasos na execução dos serviços, apresentar as devidas justificativas, caso houver.

7- Ciência

CONTRATANTE	
Área/Fiscal Requisitante	Gestor do Contrato
 (nome) Matrícula:	 (nome) Matrícula:

CONTRATADA
Preposto
 (nome) Qualificação:

ANEXO IX - MODELO DO TERMO DE VISTORIA

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____ estabelecida na cidade de _____, Estado de _____, no endereço _____, telefone n. _____, fac-símile n. _____, e-mail _____, por meio de seu representante legal, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade n. _____, expedida pela _____, para fins de participação na licitação objeto do Pregão Eletrônico n. _____, vistoriou as instalações do Tribunal de

Justiça do Estado de Roraima – TJRR, onde tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para o fornecimento dos produtos e execução dos serviços, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos na aludida visita e, plenamente capacitada a elaborar a proposta para a licitação em tela, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmamos o presente.

(Local) _____, (data) ____ de ____ de _____.

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

(NOME DA EMPRESA)

NOME DO SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO

(Cargo/Função)

ANEXO X - MODELO DA DECLARAÇÃO DE DISPENSA DA VISTORIA

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____ estabelecida na cidade de _____, Estado de _____, no endereço _____, telefone n. _____, fac-símile n. _____, e-mail _____, por meio de seu representante legal, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade n. _____, expedida pela _____, para fins de participação na licitação objeto do Pregão Eletrônico n. _____, **não** vistoriou as instalações do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima – TJRR, para tomar conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para o fornecimento dos produtos e execução dos serviços, estando ciente de que tal fato não impediu de tomar conhecimento das informações e esclarecimentos suficientes para elaborar a proposta para a licitação em tela, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmamos o presente.

(Local) _____, (data) ____ de ____ de _____.

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

(NOME DA EMPRESA)

ANEXO XI - MODELO COMPROVAÇÃO DE ADERÊNCIA AOS REQUISITOS TÉCNICOS

[As especificações detalhadas devem ser preparadas pelo licitante, incluindo um quadro-resumo das especificações técnicas dos Bens e dos Serviços Ofertados.]

Quadro-resumo das especificações técnicas		
Item	Nome do Bem ou Serviço Ofertado	Referência
[Informar o código de referência do item contido no Termo de Referência e seus anexos.]	[Informar o nome, marca, modelo ou partnumber do bem ou a descrição do serviço ofertado.]	[Informar a referência para identificação dos textos, desenhos, dados, folders ou hiperlinks de internet para a página oficial do fabricante, que contém as comprovações documentais de atendimento do item.]
Exemplo: Item 1.4, alínea 'a' do anexo II	Exemplo: Software de backup: interface única	Exemplo: https://sitedofabricante.com/software_backup.php



Documento assinado eletronicamente por **FELIPPI TUAN DA SILVA FIGUEIREDO, Chefe de Setor (em exercício)**, em 23/11/2018, às 14:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



Documento assinado eletronicamente por **CRESCENCIO DE BARROS SILVA, Fiscal Administrativo**, em 23/11/2018, às 14:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO MENDONCA LOBO, Secretário(a)**, em 23/11/2018, às 14:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



Documento assinado eletronicamente por **GEORGE WILSON LIMA RODRIGUES, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 23/11/2018, às 14:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



Documento assinado eletronicamente por **LOURILUCIO MOURA, Gerente de Projetos**, em 23/11/2018, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0446347** e o código CRC **370A9D87**.

ANEXO II MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA, APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 044/2018.

Data do certame: 12/12/2018, às 11h30min.

Procedimento Administrativo n.º 0008837-60.2018.8.23.8000

OBJETO: formação de Registro de Preços para eventual aquisição de solução de processamento, armazenamento e replicação para a sustentação dos sistemas corporativos e dos serviços de TI ofertados pelo Poder Judiciário do Estado de Roraima.

GRUPO 01							
Tipo	Item	Descrição do Equipamento	Unidade	Qtd.	Valor Unitário Máximo fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário ofertado pelo Licitante (R\$)	Valor Total do item (R\$)
Hardware	01	Servidor Hiperconvergente Tipo 1, conforme especificação constante do Termo de Referência nº 67/2018, Anexo I do Edital. MARCA: MODELO:	Und.	12	422.807,40		
	02	Servidor Hiperconvergente Tipo 2, conforme especificação constante do Termo de Referência nº 67/2018, Anexo I do Edital. MARCA: MODELO:	Und.	4	225.833,33		
	03	Switch de Conectividade, conforme especificação constante do Termo de Referência nº 67/2018, Anexo I do Edital. MARCA: MODELO:	Und.	4	189.832,00		
Software	04	Fornecimento e licenciamento do software integrado, software hipervisor, software de gerenciamento centralizado e software de backup	Und.	16	296.917,00		
Serviço	05	Serviços de Manutenção e Suporte Técnico por 60 meses.	Serviço	16	69.325,31		
	06	Treinamento com Transferência de Conhecimento e Tecnologia para 10 pessoas.	Und.	01	102.750,00		

Valor Total R\$	
Obs.: O valor máximo aceitável é de R\$ 12.698.977,08	

Razão Social:

Número do CNPJ:

Endereço Completo com CEP:

Fone/Fax/Celular:

E-mail:

Banco/Nome e n°. da Agência/Conta Corrente

Prazo de Validade da Proposta:

Local e Data:

nome e assinatura do representante legal

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 044/2018

a) Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, DECLARO não ter no quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços N.º 000/0000

Procedimento Administrativo n.º 0008837-60.2018.8.23.8000

Pregão Eletrônico n.º 044/2018

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com sede na Praça do Centro Cívico, sem número, Centro, na cidade de Boa Vista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 34.812.669/0001-08, neste ato, representado(a) pelo(a) ...(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria n.º de de de, inscrito no CPF sob o n.º Portador(a) da Carteira de Identidade n.º, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, em epígrafe, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e nas quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Resolução TJRR n.º 08/2015, na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e no Decreto n.º 7.892/2013, observadas, ainda, as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de solução de processamento, armazenamento e replicação para a sustentação dos sistemas corporativos e dos serviços de TI ofertados pelo Poder Judiciário do Estado de Roraima.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a contar de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

2.2. O Edital do **Pregão** Eletrônico n.º 044/2018 e seus anexos são partes integrantes desta Ata, assim como a proposta vencedora e a ata da sessão pública do **Pregão** eletrônico, independente de transcrição.

2.3. Integram a Ata, como anexo, a relação das **licitantes** que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da **licitante** vencedora do certame.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O(s) preço(s) registrado(s), as especificações do objeto, a(s) quantidade(s), **fornecedor(es)** e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE:			E-MAIL:		
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
	MARCA:				
	MODELO:				

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Boa Vista - RR ____ de _____ de 0000.

Nome	Representante legal
Secretário de Gestão Administrativa	Empresa

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CADASTRO RESERVA	
Classificação	Licitante

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO Nº 32/2018 - FORNECIMENTO DE SOFTWARE E DE HARDWARE

(Evento SEI nº 0443892)

Contrato de aquisição de solução de processamento, armazenamento e replicação para a sustentação dos sistemas corporativos e dos serviços de TI ofertados pelo Poder Judiciário do Estado de Roraima, oriundo da Ata de Registro de Preços nº ____/____ (Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 000/0000), que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e a Empresa _____.

CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, situado na Praça do Centro Cívico, nº 296, Centro, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 34.812.669/0001-08, doravante denominado Contratante, neste ato representado por seu Secretário-Geral, Elízio Ferreira de Melo, casado, brasileiro, portador da Carteira de Identidade de nº 173366, SSP/RR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 347.248.182-04.

CONTRATADO: xxxxx, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº _____, com sede localizada na Rua _____, Bairro _____, CEP.: _____-__, ____/____, Telefones: (____) _____, E-mail: _____, daqui por diante designada simplesmente Contratada, neste ato representada pelo Senhor _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, SSP/_____, inscrito no CPF sob o nº _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social].

Cláusula Primeira – Do Objeto

Aquisição de solução de processamento, armazenamento e replicação para a sustentação dos sistemas corporativos e dos serviços de TI ofertados pelo Poder Judiciário do Estado de Roraima, para atender à demanda do Poder Judiciário de Roraima, conforme especificações e quantitativos, bem como

condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico TJRR nº 000/0000, constantes dos autos do Procedimento Administrativo SEI nº 0008837-60.2018.8.23.8000, com fundamento na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e [da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)], bem como das Resoluções TP nº 026/2006 (e suas alterações) e nº 008/2015.

Parágrafo primeiro. O objeto será executado em conformidade com as especificações constantes deste Instrumento, do Termo de Referência nº **67/2018** (Evento nº 0439880), da Ata de Registro de Preços nº ____/____ (Lote/Grupo ____), da proposta da Contratada (Evento nº ____), mediante execução (direta ou indireta - especificar), no regime de empreitada por preço (unitário ou global - especificar).

Cláusula Segunda — Das Obrigações do Contratante

Constituem deveres do **Contratante**:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital, as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela **Contratada** ou por seu Preposto;
- c. Nomear um ou mais servidores para fiscalização e acompanhamento da execução do contrato. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da **Contratada** em relação ao acordado;
- d. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- e. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- f. Rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, objeto ou serviço executado em desacordo com a especificação do Edital e deste instrumento, de modo que, para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da **Contratada**;
- g. Comunicar oficialmente à **Contratada**, por escrito, quaisquer imperfeições ou falhas verificadas no cumprimento do contrato, para que o objeto seja substituído, reparado ou corrigido, em se tratando da aquisição, e, quando se tratar dos serviços contratados, para que seja providenciada a correção;
- h. Orientar a **Contratada**, através do fiscal do contrato, quanto à forma correta de apresentação da fatura;
- i. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação dos valores cobrados nas faturas emitidas pela **Contratada**;
- j. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento, bem como pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências estabelecidas no Edital e neste instrumento;
- k. Disponibilizar à **Contratada** os comprovantes provenientes das retenções legais efetuadas no momento do pagamento das faturas, quando solicitado ao fiscal do Contrato.

Parágrafo primeiro. A fiscalização será exercida por um representante da Administração designado pela Secretaria Demandante, que deverá anotar todas as ocorrências em registro próprio, indicando dia, mês e ano, quando possível, bem como o nome dos empregados da Contratada eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário para regularizar as falhas observadas, submetendo à Administração, em tempo hábil, o que ultrapassar sua atribuição, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

Parágrafo segundo. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Cláusula Terceira — Das Obrigações da Contratada

Além de outros previstos no Termo de Referência nº **67/2018**, na Proposta, neste instrumento e na legislação pertinente, constituem deveres da **Contratada**:

- a. Manter preposto, aceito pelo **Contratante** durante o período de vigência do Contrato, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, indicado mediante declaração onde conste o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como telefones para contato;
- b. A **Contratada** deverá orientar o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho e este deverá ser apto a esclarecer as questões relacionadas a faturas e outras questões referentes ao objeto contratado;
- c. Manter, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação exigidas na Licitação, devendo comunicar ao **Contratante** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- d. Responder pelos danos causados diretamente ao **Contratante** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, de modo que a fiscalização do contrato ou seu acompanhamento pelo **Contratante** não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada;
- e. Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados a este Tribunal;
- f. Entregar os itens com o maior padrão de qualidade possível, conforme especificações, prazo e local constantes do Edital e seus anexos, sendo direito do **Contratante** exigir que objeto avaliados como fora dos padrões de qualidade especificados no Termo de Referência, na Proposta e neste instrumento sejam substituídos;
- g. Substituir, sem ônus para o **Contratante**, o objeto que não atenda as especificações contidas no Termo de Referência, na Proposta e neste instrumento;
- h. Comunicar ao **Contratante**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos itens adquiridos, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- i. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12 a 14, 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- j. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado;
- k. Não transferir a outro, no total ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência do **Contratante**;

- l. Apresentar faturamento detalhado, mediante nota fiscal, conforme estabelecido na **Cláusula Décima Primeira — Do Pagamento**, constante neste instrumento;
- m. Não suspender a execução contratual, mesmo estando pendente o pagamento da fatura, decorrente de qualquer divergência no faturamento ou vencimento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, justificados e aceitos pela Administração do Tribunal de Justiça de Roraima;
- n. Atender a todas as determinações regulares do Fiscal do Contrato e prestar os esclarecimentos solicitados;
- o. Manter sigilo, não reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, informações sobre todo e qualquer assunto de interesse do **Contratante** ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto da Contratação e
- p. Observar os prazos e demais condições e obrigações contratuais estabelecidos no Edital e neste Instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Parágrafo primeiro. A **Contratada** não contratará empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados a este Tribunal de Justiça, conforme Artigo 3º da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016 e do art. 6º, da Resolução nº 38/2006, de 12 de setembro de 2006, do Tribunal de Justiça de Roraima.

Parágrafo segundo. O pessoal envolvido na execução deste **Contrato** não terá qualquer vínculo empregatício com o **Contratante**, sendo de exclusiva responsabilidade da **Contratada** as despesas com todos os encargos sociais, trabalhistas e fiscais.

Parágrafo terceiro. São expressamente vedadas à **Contratada**:

- a. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do **Contratante**;
- b. Caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira sem prévia e expressa anuência do **Contratante**, sob pena de rescisão contratual;
- c. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do **Contratante**, salvo nos casos previstos em lei.
- d. A subcontratação para execução do objeto deste Contrato; e
- e. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do **Contratante**, durante a vigência deste Contrato.

Parágrafo quarto. Por meio deste Instrumento, a **Contratada** se vincula ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº ____/____, à ARP nº ____/____ e a sua Proposta, os quais passam a integrar este Contrato, independentemente de transcrição.

Cláusula Quarta — Da Vigência

O prazo de vigência deste Contrato será de 06 (seis) meses, contados da data de sua assinatura do Contrato.

Cláusula Quinta — Dos Prazos de Entrega

Os produtos (hardware e software) que compõem a solução deverão ser instalados, configurados e disponibilizados para utilização no prazo máximo de 65 (sessenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato, e emissão de Ordem de Serviço pelo TJRR, respeitando o cronograma de execução abaixo:

Descrição	Início	Duração em Dias corridos	Responsável
Apresentar Plano de Implantação (Anexo V) e o Plano de Continuidade de Negócio (Anexo VI).	Data de Assinatura do Contrato	10	CONTRATADA
Aprovação do Plano de Implantação e do Plano de Continuidade de Negócio.	Recebimento do Plano de Implantação e do Plano de Continuidade de Negócio	5	TJRR
Adequações no espaço físico do Datacenter secundário (Site B)	Em andamento conforme tratativas constantes no SEI n.º 0008524-02.2018.8.23.8000.	60	TJRR
Entrega dos equipamentos	Recebimento da Ordem de Fornecimento	45	CONTRATADA
Aceite e recebimento provisório dos equipamentos	Entrega dos equipamentos	5	TJRR
Instalação e Implantação da solução com fornecimento de licenças de uso perpétuo para todos os softwares necessários, bem como, as devidas subscrições, assinaturas e acesso às bases de dados de atualização.	Aceite e recebimento provisório dos equipamentos	15	CONTRATADA
Recebimento Definitivo	Após Instalação e Implantação da solução com fornecimento de licenças de uso perpétuo para todos os softwares necessários, bem como, as devidas subscrições, assinaturas e acesso às bases de dados de atualização.	30	TJRR

Parágrafo primeiro. Todos os itens deverão ser entregues acondicionados em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes que possam ocasionar danos. Na hipótese de qualquer dano eventual de manuseio/transporte, a **Contratada** será obrigada a prestar o reparo ou a substituição do produto danificado.

Parágrafo segundo. Os prazos previstos compreendem os períodos para mobilização necessária à execução do objeto, início e término da prestação dos serviços.

Cláusula Sexta — Do local e horário de entrega e prestação/execução dos serviços

Os itens deverão ser entregues junto com a nota fiscal na Subsecretaria de Patrimônio, situada na Avenida Ene Garcês, nº 1696, Bairro São Francisco, Boa Vista/RR – CEP: 69.305-135, no horário de expediente (08 às 14h), conforme Cronograma previsto na Cláusula Quinta.

Parágrafo primeiro. Antes da entrega do material deverá ocorrer o Agendamento Prévio junto à Subsecretaria de Patrimônio, no horário de expediente suprainformado, através do seguinte contato: Telefone (95) 3198-4114.

- a. Os custos gerados referentes as tentativas de entregas não agendadas previamente serão suportados pelo Contratado.

Parágrafo segundo. Eventual mudança nos endereços ou horários de entrega dos materiais ou de prestação de serviços será informada prévia e oportunamente à Contratada, sem que acarrete ônus ao Contratante.

Cláusula Sétima — Da Garantia do Objeto

O prazo de garantia do objeto, que será prestada em conformidade com Contrato a ser formalizado para este fim específico e observadas as condições previstas no item 4.5. do Termo de Referência, será de 60 (sessenta) meses.

Cláusula Oitava — Do Recebimento

O objeto deste Contrato será recebido:

- a. provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, 05 (cinco) dias corridos, após a conclusão do fornecimento, obedecendo o cronograma de execução de cada item conforme o subitem 4.4 do Termo de Referência, e da data de entrega das faturas, mediante recibo, não configurando aceite;
- b. definitivamente, após comprovada a adequação do objeto à especificação do Edital, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93, será efetuado o recebimento definitivo, através de termo próprio, que será emitido em 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório.

Parágrafo primeiro. A Contratada deverá apresentar documento fiscal válido após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, em conformidade com a quantidade fornecida

Cláusula Nona — Do Valor

O valor **total** deste **Contrato** é de **R\$ 00.000,00** (_____), conforme proposta vencedora do **Pregão Eletrônico nº** ____/____, dos quais:

- a. R\$ 00.000,00 (_____) correspondem ao fornecimento de Servidor Hiperconvergente Tipo 1;
- b. R\$ 00.000,00 (_____) correspondem ao fornecimento de Servidor Hiperconvergente Tipo 2;
- c. R\$ 00.000,00 (_____) correspondentes ao fornecimento de Switch de Conectividade; e
- d. R\$ 00.000,00 (_____) correspondentes ao fornecimento e licenciamento do software integrado, software hipervisor, software de gerenciamento centralizado e software de backup.

Parágrafo primeiro. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Cláusula Décima — Do Custeio

O objeto deste _____ - _____ e no Programa de Trabalho n.º _____ - _____, sob o elementos de despesas nº 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente, 3.3.90.39 – outros serviços de terceiros.

Parágrafo primeiro. Foi reservada parcela do orçamento através das Notas de Empenho de nº 000/0000 e 000/0000, emitidas em 00/00/2000, no valor de **R\$ 00.000,00** (_____).

Cláusula Décima Primeira — Do Pagamento

Após o recebimento definitivo, as faturas serão encaminhadas para pagamento, que será realizado em no máximo 30 (trinta) dias, contados da apresentação da fatura, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da **Contratada**.

Parágrafo primeiro. Nos termos do art. 5º, §3º da Lei nº 8.666/93, os pagamentos de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 24, da mesma lei, sem prejuízo do que dispõe o seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

Parágrafo segundo. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

$$I = \text{Índice de atualização financeira}$$

$$TX = \text{Percentual da taxa de juros de mora anual}$$

$$EM = \text{Encargos Moratórios devidos}$$

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da Prestação em atraso

Parágrafo terceiro. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, o Procedimento deve ser instruído com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da Secretaria-Geral desta Corte, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

Parágrafo quarto. O Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste Contrato.

Parágrafo quinto. A Contratada somente fará jus ao pagamento mediante demonstração do cumprimento dos encargos sociais e tributários porventura incidentes.

Parágrafo sexto. A empresa contratada poderá emitir nota fiscal/fatura com a incidência de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) ou Imposto Sobre Serviços (ISS), conforme o caso.

Parágrafo sétimo. No caso de notas fiscais/faturas emitidas com a incidência de ICMS, o pagamento ficará condicionado ao devido atesto pela Secretaria de Fazenda do Estado de Roraima – SEFAZ/RR quanto à sua regularidade, devendo ser anexado o DARE (Documento de Arrecadação de Receita Estadual) para posterior retenção e recolhimento do imposto devido.

Parágrafo oitavo. A medida de que trata o parágrafo anterior não se aplica aos fornecedores sediados em outros Estados, pois, neste caso, cabe ao fiscal de Contrato observar se a nota fiscal apresentada contém o atesto de Posto Fiscal do Estado de Roraima.

Parágrafo nono. As notas fiscais/faturas emitidas com a incidência de ISS, terão seu pagamento condicionado à apresentação da Guia de Recolhimento do imposto do município onde for realizado o serviço.

Parágrafo décimo. O atraso no pagamento decorrente de qualquer das circunstâncias descritas nesta cláusula não exime a **Contratada** do cumprimento de suas obrigações, principalmente do pagamento dos seus empregados nas datas regulares.

Cláusula Décima Segunda — Garantia de Execução do Contrato

A **Contratada** deverá apresentar à Administração, por meio da Fiscalização, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia no valor de R\$ (valor por extenso) _____, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com vigência de _____ a _____, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

- a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
 - a.1) A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada no Banco do Brasil, em conta específica, com correção monetária.
- b. Seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia do Fornecedor” ou
- c. Fiança bancária.

Parágrafo primeiro. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

Parágrafo segundo. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, a título de garantia.

- a. O bloqueio efetuado com base no parágrafo segundo não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada.
- b. A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no parágrafo segundo desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

Parágrafo terceiro. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b. Multas moratórias e punitivas aplicadas à contratada;
- c. Prejuízos diretos causados ao **Contratante** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d. Obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas de qualquer natureza, não honradas pela **Contratada**;
- e. Prejuízos indiretos causados ao **Contratante** e prejuízos causados a terceiros decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

Parágrafo quarto. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

Parágrafo quinto. A garantia deverá possuir validade até 03 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetiva do contrato, e será liberada ou restituída após a execução do contrato, conforme Art. 56 da Lei 8.666/93.

Parágrafo sexto. Nos termos do art. 23, §1º, da Resolução TP nº 15/2013, a adequação da garantia legal prestada é condição para acréscimos, supressões e eventuais repactuações contratuais.

Cláusula Décima Terceira — Das Sanções Administrativas

Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais cíveis ou criminais, a **Contratada** que:

- a. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- b. Não manter a proposta;
- c. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d. Comportar-se de modo inidôneo; ou
- e. Cometer fraude fiscal.

Parágrafo primeiro. Para fins do disposto na alínea “d” do item anterior, reputar-se-ão inidôneos os atos de quem faz declaração falsa, bem como os descritos nos artigos 89 a 98, da Lei 8.666/93.

Parágrafo segundo. As multas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, serão calculadas na forma abaixo estabelecida:

- a. Multa moratória, prevista no art. 86 da Lei nº 8.666/93, será calculada no percentual de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do item ou do serviço em mora, por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b. Multa de 10% (dez por cento) com acréscimo de 0,13% (treze décimos por cento) ao dia, incidente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, sobre o valor do item ou do serviço em atraso, na hipótese de atraso por período superior ao previsto na alínea “a”, limitado em até 60 (sessenta) dias;
- c. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao item ou aos serviços, desde que caracterizada a inexecução parcial; e
- d. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

Parágrafo terceiro. A Contratada poderá sofrer a penalidade de advertência prevista no inciso I, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, em casos de falhas na execução do objeto que não acarretarem prejuízos significativos ao TJRR.

Parágrafo quarto. As multas previstas neste instrumento, que são independentes e acumuláveis, poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, que não poderão ser superiores ao valor contratado.

Parágrafo quinto. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo sexto. A aplicação das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 418/2004.

Parágrafo sétimo. Toda penalidade aplicada será registrada no SICAF e inseridas no site do Tribunal de Justiça.

Cláusula Décima Quarta — Das Alterações

Este Contrato poderá ser alterado de acordo com o interesse e a necessidade da administração, com a apresentação das devidas justificativas, observando-se o disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, bem como do Anexo X da Instrução Normativa nº 05, de 2017, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

Parágrafo primeiro. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

- a. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo segundo. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo terceiro. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

Cláusula Décima Quinta — Da Rescisão

Sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, este Contrato poderá ser rescindido, assegurada a concessão de contraditório e ampla defesa, se a Contratada:

- a. Descumprir qualquer condição deste Instrumento, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado junto ao Contratante e impeditivo da execução deste Ajuste, nos termos do artigo 77 da Lei nº 8666/93;
- b. Ceder ou transferir a terceiros, ainda que parcialmente, os direitos e obrigações ajustadas, exceto quando autorizado pelo TJRR;
- c. Nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei 8666/93, com as consequências indicadas no artigo 80 da mesma Lei, sem prejuízo das aplicações previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

Parágrafo primeiro. Em razão de interesse público devidamente justificado nos autos, o Contratante poderá rescindir o presente Contrato, sem ônus, antes do término de sua vigência, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 dias.

Parágrafo segundo. O Termo de Rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c. Indenizações e multas porventura incidentes.

Parágrafo terceiro. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da Contratada, a Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

Parágrafo quarto. Depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

Cláusula Décima Sexta — Das Disposições Finais

Este instrumento será publicado, por extrato, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Boa Vista/RR, conforme art. 55, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo segundo. Da aplicação das penalidades definidas na Cláusula Décima Terceira — Das Sanções Administrativas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

Parágrafo terceiro. O recurso deverá ser dirigido à Secretaria de Gestão Administrativa - SGA, a qual instruirá o feito e o submeterá à Secretaria-Geral.

Parágrafo quarto. Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria-Geral, sendo aplicáveis os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Para firmeza e validade do pactuado, depois de lido e por estarem de acordo, os representantes das partes assinam este instrumento eletronicamente.

ANEXO I - Discriminação do objeto

Tipo	Item	Descrição	Unidade	Qnt.	Valor Unitário (R\$)	Valor Global (R\$)
Hardware	01	Servidor Hiperconvergente Tipo 1	Und.	12		
	02	Servidor Hiperconvergente Tipo 2	Und.	4		
	03	Switch de Conectividade	Und.	4		
Software	04	Fornecimento e licenciamento do software integrado, software hipervisor, software de gerenciamento centralizado e software de backup	Und.	16		
Valor Total Global (R\$)						

ANEXO II

Modelo de Declaração de Preposto

Eu, (Incluir nome do representante), representante legal da empresa (Incluir nome do licitante), declaro, para os devidos fins, que referida empresa se compromete a manter preposto **na cidade de Boa Vista/RR**, durante o prazo de vigência do Contrato nº ____/____.

Nome do Preposto:

CPF:

RG:

Qualificação Profissional:

Endereço:

Telefone/WhatsApp:



Documento assinado eletronicamente por **SHYRLEY FERRAZ MEIRA, Analista Judiciário**, em 23/11/2018, às 09:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0443892** e o código CRC **BA93DB26**.

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO Nº 32/2018 - TREINAMENTO

(Evento SEI nº 0444173)

Contrato de treinamento com transferência de conhecimento e tecnologia para 10 pessoas para uso da solução de processamento, armazenamento e replicação para a sustentação dos sistemas corporativos e dos serviços de TI ofertados pelo Poder Judiciário do Estado de Roraima, oriundo da Ata de Registro de Preços nº ____/____ (Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº **000/0000**), que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e a Empresa _____.

CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, situado na Praça do Centro Cívico, nº 296, Centro, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 34.812.669/0001-08, doravante denominado Contratante, neste ato representado por seu Secretário-Geral, Elízio Ferreira de Melo, casado, brasileiro, portador da Carteira de Identidade de nº 173366, SSP/RR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 347.248.182-04.

CONTRATADO: xxxxx, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº _____, com sede localizada na Rua _____, Bairro _____, CEP.: _____-__, ____/____, Telefones: (____) _____, E-mail: _____, daqui por diante designada simplesmente Contratada, neste ato representada pelo Senhor _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, SSP/_____, inscrito no CPF sob o nº _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social].

Cláusula Primeira – Do Objeto

Treinamento com transferência de conhecimento e tecnologia para 10 pessoas para uso da solução de processamento, armazenamento e replicação para a sustentação dos sistemas corporativos e dos serviços de TI ofertados pelo Poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme especificações e quantitativos, bem como condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico TJRR nº 000/0000, constantes dos autos do Procedimento Administrativo SEI nº 0008837-60.2018.8.23.8000, com fundamento na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e [da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)], bem como das Resoluções TP nº 026/2006 (e suas alterações) e nº 008/2015.

Parágrafo primeiro. O objeto será executado em conformidade com as especificações constantes deste Instrumento, do Termo de Referência nº **67/2018** (Evento nº 0439880), da Ata de Registro de Preços nº ____/____ (Lote/Grupo ____), da proposta da Contratada (Evento nº ____), mediante execução (direta ou indireta - especificar), no regime de empreitada por preço (unitário ou global - especificar).

Cláusula Segunda — Das Obrigações do Contratante

Constituem deveres do **Contratante**:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital, as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela **Contratada** ou por seu Preposto;
- c. Nomear um ou mais servidores para fiscalização e acompanhamento da execução do contrato. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da **Contratada** em relação ao acordado;
- d. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- e. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- f. Rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com a especificação do Edital e deste instrumento, de modo que, para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da **Contratada**;
- g. Comunicar oficialmente à **Contratada**, por escrito, quaisquer imperfeições ou falhas verificadas no cumprimento do contrato, para que seja providenciada a correção;
- h. Orientar a **Contratada**, através do fiscal do contrato, quanto à forma correta de apresentação da fatura;
- i. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação dos valores cobrados nas faturas emitidas pela **Contratada**;
- j. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências estabelecidas no Edital e neste instrumento;
- k. Disponibilizar à **Contratada** os comprovantes provenientes das retenções legais efetuadas no momento do pagamento das faturas, quando solicitado ao fiscal do Contrato.

Parágrafo primeiro. A fiscalização será exercida por um representante da Administração designado pela Secretaria Demandante, que deverá anotar todas as ocorrências em registro próprio, indicando dia, mês e ano, quando possível, bem como o nome dos empregados da Contratada eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário para regularizar as falhas observadas, submetendo à Administração, em tempo hábil, o que ultrapassar sua atribuição, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

Parágrafo segundo. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Cláusula Terceira — Das Obrigações da Contratada

Além de outros previstos no Termo de Referência nº **67/2018**, na Proposta, neste instrumento e na legislação pertinente, constituem deveres da **Contratada**:

- a. Manter preposto, aceito pelo **Contratante** durante o período de vigência do Contrato, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, indicado mediante declaração onde conste o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como telefones para contato;
- b. A **Contratada** deverá orientar o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho e este deverá ser apto a esclarecer as questões relacionadas a faturas e outras questões referentes ao objeto contratado;
- c. Manter, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação exigidas na Licitação, devendo comunicar ao **Contratante** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- d. Responder pelos danos causados diretamente ao **Contratante** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, de modo que a fiscalização do contrato ou seu acompanhamento pelo **Contratante** não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada;
- e. Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados a este Tribunal;
- f. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12 a 14, 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- g. Apresentar no Plano de Implantação (Anexo V) todas as informações pertinentes a transferência de conhecimento e tecnologia, que será avaliado e aprovado pela equipe técnica do TJRR;
- h. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado;
- i. Não transferir a outro, no total ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência do **Contratante**;
- j. Apresentar faturamento detalhado, mediante nota fiscal, conforme estabelecido na **Cláusula Décima — Do Pagamento**, constante neste instrumento;
- k. Fornecer certificado de participação individual contendo o nome do participante, assunto, entidade promotora, carga horária, período de realização,

ministrante e conteúdo programático;

- l. Prover toda a estrutura para as ações de capacitação, assim como, todas as despesas relativas a pessoal especializado para ministrar a capacitação e quaisquer outras despesas oriundas, derivadas ou conexas, como sala de treinamento, ambiente virtual de aprendizagem, simuladores, *coffee break* e material didático;
- m. Não suspender a execução contratual, mesmo estando pendente o pagamento da fatura, decorrente de qualquer divergência no faturamento ou vencimento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, justificados e aceitos pela Administração do Tribunal de Justiça de Roraima;
- n. Atender a todas as determinações regulares do Fiscal do Contrato e prestar os esclarecimentos solicitados;
- o. Manter sigilo, não reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, informações sobre todo e qualquer assunto de interesse do **Contratante** ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto da Contratação e
- p. Observar os prazos e demais condições e obrigações contratuais estabelecidos no Edital e neste Instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Parágrafo primeiro. A **Contratada** não contratará empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal de Justiça, conforme Artigo 3º da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016 e do art. 6º, da Resolução nº 38/2006, de 12 de setembro de 2006, do Tribunal de Justiça de Roraima.

Parágrafo segundo. O pessoal envolvido na execução deste **Contrato** não terá qualquer vínculo empregatício com o **Contratante**, sendo de exclusiva responsabilidade da **Contratada** as despesas com todos os encargos sociais, trabalhistas e fiscais.

Parágrafo terceiro. São expressamente vedadas à **Contratada**:

- a. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do **Contratante**;
- b. Caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira sem prévia e expressa anuência do **Contratante**, sob pena de rescisão contratual;
- c. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do **Contratante**, salvo nos casos previstos em lei.
- d. A subcontratação para execução do objeto deste Contrato; e
- e. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do **Contratante**, durante a vigência deste Contrato.

Parágrafo quarto. Por meio deste Instrumento, a **Contratada** se vincula ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº ____/____, à ARP nº ____/____ e a sua Proposta, os quais passam a integrar este Contrato, independentemente de transcrição.

Cláusula Quarta — Da Vigência

O prazo de vigência deste será de 04 (quatro) meses, contados da assinatura do Contrato.

Cláusula Quinta — Dos Prazos de Execução

O prazo para execução do treinamento obedecerá o cronograma de execução abaixo:

Descrição	Início	Duração em Dias corridos	Responsável
Apresentar Plano de Capacitação com o conteúdo programático do treinamento	Assinatura do contrato de treinamento	10	CONTRATADA
Aprovação do Plano de Capacitação	Entrega do Plano de Capacitação	5	TJRR
Treinamento abordando, no mínimo, as informações necessárias à gerência, administração, auditoria e suporte interno da solução.	Aprovação do Plano de Capacitação	60	CONTRATADA
Avaliação do Treinamento	Fim do Treinamento	5	TJRR
Emissão do Termo de Aceite dos Treinamentos	Após a Avaliação do Treinamento	5	TJRR

Parágrafo primeiro. Os prazos previstos compreendem os períodos para mobilização necessária à execução do objeto, início e término da prestação dos serviços.

Cláusula Sexta — Do local de prestação/execução dos serviços

O treinamento será ministrado em sala nas dependências da **Contratante**, para a equipe técnica composta por até 10 (dez) servidores, com duração mínima de 4 (quatro) horas/aula, conforme ordem de serviço e Cronograma previsto na Cláusula Quinta deste Instrumento.

Cláusula Sétima — Do Recebimento

A emissão do Termo de Aceite do Treinamento ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias após a avaliação do Treinamento, conforme cronograma da Cláusula Quinta.

Parágrafo primeiro. A **Contratada** deverá apresentar documento fiscal válido, detalhado, após a emissão do Termo de Aceite do Treinamento, que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias após a conclusão do treinamento.

Cláusula Oitava — Do Valor

O valor **total** deste **Contrato** é de **R\$ 00.000,00** (_____), conforme proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº ____/_____.

Parágrafo primeiro. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Cláusula Nona — Do Custeio

O objeto deste contrato será custeado através do Programa de Trabalho nº 00.000.00.000.0000.0000 – _____, pela Rubrica item nº 0.0.00.00. – _____.

Parágrafo primeiro. Foi reservada parcela do orçamento através das Notas de Empenho de nº 000/0000 e 000/0000, emitidas em 00/00/2000, no valor de R\$ 00.000,00 (_____).

Cláusula Décima — Do Pagamento

Após o recebimento definitivo, as faturas serão encaminhadas para pagamento, que será realizado em no máximo 30 (trinta) dias, contados da apresentação da fatura, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da **Contratada**.

Parágrafo primeiro. Nos termos do art. 5º, §3º da Lei nº 8.666/93, os pagamentos de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 24, da mesma lei, sem prejuízo do que dispõe o seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

Parágrafo segundo. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

$$I = \text{Índice de atualização financeira}$$

$$TX = \text{Percentual da taxa de juros de mora anual}$$

$$EM = \text{Encargos Moratórios devidos}$$

$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento}$$

$$VP = \text{Valor da Prestação em atraso}$$

Parágrafo terceiro. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, o Procedimento deve ser instruído com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da Secretaria-Geral desta Corte, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

Parágrafo quarto. O Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste Contrato.

Parágrafo quinto. A Contratada somente fará jus ao pagamento mediante demonstração do cumprimento dos encargos sociais e tributários porventura incidentes.

Parágrafo sexto. A empresa contratada poderá emitir nota fiscal/fatura com a incidência de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) ou Imposto Sobre Serviços (ISS), conforme o caso.

Parágrafo sétimo. No caso de notas fiscais/faturas emitidas com a incidência de ICMS, o pagamento ficará condicionado ao devido atesto pela Secretaria de Fazenda do Estado de Roraima – SEFAZ/RR quanto à sua regularidade, devendo ser anexado o DARE (Documento de Arrecadação de Receita Estadual) para posterior retenção e recolhimento do imposto devido.

Parágrafo oitavo. A medida de que trata o parágrafo anterior não se aplica aos fornecedores sediados em outros Estados, pois, neste caso, cabe ao fiscal de Contrato observar se a nota fiscal apresentada contém o atesto de Posto Fiscal do Estado de Roraima.

Parágrafo nono. As notas fiscais/faturas emitidas com a incidência de ISS, terão seu pagamento condicionado à apresentação da Guia de Recolhimento do imposto do município onde for realizado o serviço.

Parágrafo décimo. O atraso no pagamento decorrente de qualquer das circunstâncias descritas nesta cláusula não exime a **Contratada** do cumprimento de suas obrigações, principalmente do pagamento dos seus empregados nas datas regulares.

Cláusula Décima Primeira — Das Sanções Administrativas

Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais cíveis ou criminais, a **Contratada** que:

- a. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- b. Não mantiver a proposta;
- c. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d. Comportar-se de modo inidôneo; ou
- e. Cometer fraude fiscal.

Parágrafo primeiro. Para fins do disposto na alínea “d” do item anterior, reputar-se-ão inidôneos os atos de quem faz declaração falsa, bem como os descritos nos artigos 89 a 98, da Lei 8.666/93.

Parágrafo segundo. As multas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, serão calculadas na forma abaixo estabelecida:

- a. Multa moratória, prevista no art. 86 da Lei nº 8.666/93, será calculada no percentual de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do serviço em

mora, por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias;

- b. Multa de 10% (dez por cento) com acréscimo de 0,13% (treze décimos por cento) ao dia, incidente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, sobre o valor do serviço em atraso, na hipótese de atraso por período superior ao previsto na alínea "a", limitado em até 60 (sessenta) dias;
- c. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente aos serviços, desde que caracterizada a inexecução parcial; e
- d. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

Parágrafo terceiro. A Contratada poderá sofrer a penalidade de advertência prevista no inciso I, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, em casos de falhas na execução do objeto que não acarretarem prejuízos significativos ao TJRR.

Parágrafo quarto. As multas previstas neste instrumento, que são independentes e acumuláveis, poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, que não poderão ser superiores ao valor contratado.

Parágrafo quinto. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo sexto. A aplicação das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual n.º 418/2004.

Parágrafo sétimo. Toda penalidade aplicada será registrada no SICAF e inseridas no site do Tribunal de Justiça.

Cláusula Décima Segunda — Das Alterações

Este Contrato poderá ser alterado de acordo com o interesse e a necessidade da administração, com a apresentação das devidas justificativas, observando-se o disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, bem como do Anexo X da Instrução Normativa nº 05, de 2017, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

Parágrafo primeiro. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

- a. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo segundo. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo terceiro. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

Cláusula Décima Terceira — Da Rescisão

Sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, este Contrato poderá ser rescindido, assegurada a concessão de contraditório e ampla defesa, se a Contratada:

- a. Descumprir qualquer condição deste Instrumento, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado junto ao **Contratante** e impeditivo da execução deste Ajuste, nos termos do artigo 77 da Lei nº 8666/93;
- b. Ceder ou transferir a terceiros, ainda que parcialmente, os direitos e obrigações ajustadas, exceto quando autorizado pelo **TJRR**;
- c. Nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei 8666/93, com as consequências indicadas no artigo 80 da mesma Lei, sem prejuízo das aplicações previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

Parágrafo primeiro. Em razão de interesse público devidamente justificado nos autos, o **Contratante** poderá rescindir o presente Contrato, sem ônus, antes do término de sua vigência, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 dias.

Parágrafo segundo. O Termo de Rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c. Indenizações e multas porventura incidentes.

Parágrafo terceiro. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da **Contratada**, a Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

Parágrafo quarto. Depois de encerrada a instrução inicial, a **Contratada** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

Cláusula Décima Quarta — Das Disposições Finais

Este instrumento será publicado, por extrato, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Boa Vista/RR, conforme art. 55, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo segundo. Da aplicação das penalidades definidas na **Cláusula Décima — Do Pagamento**, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

Parágrafo terceiro. O recurso deverá ser dirigido à Secretaria de Gestão Administrativa - SGA, a qual instruirá o feito e o submeterá à Secretaria-Geral.

Parágrafo quarto. Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria-Geral, sendo aplicáveis os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Para firmeza e validade do pactuado, depois de lido e por estarem de acordo, os representantes das partes assinam este instrumento eletronicamente.

ANEXO I - Discriminação do objeto

Tipo	Item	Descrição do Equipamento	Unidade	Qnt.	Valor Unitário (R\$)	Valor Estimado Global (R\$)
Serviço	01	Treinamento com Transferência de Conhecimento e Tecnologia para 10 pessoas.	Und.	01		
Valor Total Global (R\$)						

ANEXO II

Modelo de Declaração de Preposto

Eu, (Incluir nome do representante), representante legal da empresa (Incluir nome do licitante), declaro, para os devidos fins, que referida empresa se compromete a manter preposto **na cidade de Boa Vista/RR**, durante o prazo de vigência do Contrato nº ____/____.

Nome do Preposto:

CPF:

RG:

Qualificação Profissional:

Endereço:

Telefone/WhatsApp:



Documento assinado eletronicamente por **SHYRLEY FERRAZ MEIRA, Analista Judiciário**, em 23/11/2018, às 09:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0444173** e o código CRC **DDAE40EE**.

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO Nº 32/2018 - MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO

(Evento SEI nº 0446769)

Contrato de prestação de serviços de manutenção em garantia e suporte técnico para solução de processamento, armazenamento e replicação para a sustentação dos sistemas corporativos e dos serviços de TI ofertados pelo Poder Judiciário do Estado de Roraima, oriundo da Ata de Registro de Preços nº ____/____ (Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº **000/0000**), que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e a Empresa _____.

CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, situado na Praça do Centro Cívico, nº 296, Centro, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 34.812.669/0001-08, doravante denominado Contratante, neste ato representado por seu Secretário-Geral, Elízio Ferreira de Melo, casado, brasileiro, portador da Carteira de Identidade de nº 173366, SSP/RR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 347.248.182-04.

CONTRATADO: xxxxx, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº _____, com sede localizada na Rua _____, Bairro _____, CEP.: _____-____, ____/____, Telefones: (____) _____, E-mail: _____, daqui por diante designada simplesmente Contratada, neste ato representada pelo Senhor _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, SSP/____, inscrito no CPF sob o nº _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social].

Cláusula Primeira – Do Objeto

Prestação de serviços de manutenção em garantia e suporte técnico para solução de processamento, armazenamento e replicação para a sustentação dos sistemas corporativos e dos serviços de TI ofertados pelo Poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme especificações e quantitativos, bem como condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico TJRR nº 000/0000, constantes dos autos do Procedimento Administrativo SEI nº 0008837-60.2018.8.23.8000, com fundamento na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e [da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)], bem como das Resoluções TP nº 026/2006 (e suas alterações) e nº 008/2015.

Parágrafo primeiro. O objeto será executado em conformidade com as especificações constantes deste Instrumento, do Termo de Referência nº **67/2018** (Evento nº 0446347), da Ata de Registro de Preços nº ____/____ (Lote/Grupo ____), da proposta da Contratada (Evento nº _____), mediante execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário.

Cláusula Segunda — Das Obrigações do Contratante

Constituem deveres do Contratante:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital, as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela **Contratada** ou por seu Preposto;
- c. Nomear um ou mais servidores para fiscalização e acompanhamento da execução do contrato. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da **Contratada** em relação ao acordado;
- d. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- e. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- f. Rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, objeto ou serviço executado em desacordo com a especificação do Edital e deste instrumento, de modo que, para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da **Contratada**;
- g. Comunicar oficialmente à **Contratada**, por escrito, quaisquer imperfeições ou falhas verificadas no cumprimento do contrato, para que o objeto seja substituído, reparado ou corrigido, em se tratando da aquisição, e, quando se tratar dos serviços contratados, para que seja providenciada a correção;
- h. Orientar a **Contratada**, através do fiscal do contrato, quanto à forma correta de apresentação da fatura;
- i. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação dos valores cobrados nas faturas emitidas pela **Contratada**;
- j. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento, bem como pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências estabelecidas no Edital e neste instrumento;
- k. Disponibilizar à **Contratada** os comprovantes provenientes das retenções legais efetuadas no momento do pagamento das faturas, quando solicitado ao fiscal do Contrato.

Parágrafo primeiro. A fiscalização será exercida por um representante da Administração designado pela Secretaria Demandante, que deverá anotar todas as ocorrências em registro próprio, indicando dia, mês e ano, quando possível, bem como o nome dos empregados da Contratada eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário para regularizar as falhas observadas, submetendo à Administração, em tempo hábil, o que ultrapassar sua atribuição, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

Parágrafo segundo. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Cláusula Terceira — Das Obrigações da Contratada

Além de outros previstos no Termo de Referência nº **67/2018**, na Proposta, neste instrumento e na legislação pertinente, constituem deveres da **Contratada**:

- a. Manter preposto, aceito pelo **Contratante** durante o período de vigência do Contrato, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, indicado mediante declaração onde conste o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como telefones para contato;
- b. A **Contratada** deverá orientar o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho e este deverá ser apto a esclarecer as questões relacionadas a faturas e outras questões referentes ao objeto contratado;
- c. Manter, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação exigidas na Licitação, devendo comunicar ao **Contratante** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- d. Responder pelos danos causados diretamente ao **Contratante** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, de modo que a fiscalização do contrato ou seu acompanhamento pelo **Contratante** não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada;
- e. Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados a este Tribunal;
- f. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado;
- g. Não transferir a outro, no total ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência do **Contratante**;
- h. Apresentar faturamento detalhado, mediante nota fiscal, conforme estabelecido na **Cláusula _____ - Do Pagamento**, constante neste instrumento;
- i. Não suspender a execução contratual, mesmo estando pendente o pagamento da fatura, decorrente de qualquer divergência no faturamento ou vencimento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, justificados e aceitos pela Administração do Tribunal de Justiça de Roraima;
- j. Atender a todas as determinações regulares do Fiscal do Contrato e prestar os esclarecimentos solicitados;
- k. Manter sigilo, não reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, informações sobre todo e qualquer assunto de interesse do **Contratante** ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto da Contratação e
- l. Observar os prazos e demais condições e obrigações contratuais estabelecidos no Edital e neste Instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Parágrafo primeiro. A **Contratada** não contratará empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal de Justiça, conforme Artigo 3º da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016 e do art. 6º, da Resolução nº 38/2006, de 12 de setembro de 2006, do Tribunal de Justiça de Roraima.

Parágrafo segundo. O pessoal envolvido na execução deste **Contrato** não terá qualquer vínculo empregatício com o **Contratante**, sendo de exclusiva responsabilidade da **Contratada** as despesas com todos os encargos sociais, trabalhistas e fiscais.

Parágrafo terceiro. São expressamente vedadas à Contratada:

- a. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do **Contratante**;
- b. Caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira sem prévia e expressa anuência do **Contratante**, sob pena de rescisão contratual;
- c. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do **Contratante**, salvo nos casos previstos em lei.
- d. A subcontratação para execução do objeto deste Contrato, exceto se autorizada prévia e expressamente pelo Contratante; e
- e. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do **Contratante**, durante a vigência deste Contrato.

Parágrafo quarto. Por meio deste Instrumento, a Contratada se vincula ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº ____/____, à ARP nº ____/____ e a sua Proposta, os quais passam a integrar este Contrato, independentemente de transcrição.

Cláusula Quarta — Da Vigência

O prazo de vigência deste Contrato será de 60 (sessenta) meses, contados a partir do recebimento definitivo da solução de processamento, armazenamento e replicação para a sustentação dos sistemas corporativos e dos serviços de TI do Poder Judiciário do Estado de Roraima, objeto do Contrato nº ____/2019.

Parágrafo primeiro. O presente contrato é improrrogável.

Cláusula Quinta — Dos Prazos de Execução

A execução dos serviços de suporte técnico e manutenção obedecerá os prazos dispostos abaixo, conforme item 2.6, Anexo III do Termo de Referência nº 67/2018:

Grau	Descrição	Prazo para solução
Prioridade “0”	Data do recebimento definitivo da Solução (objeto do Contrato nº ____/2019.)	Até o término do próximo dia útil (NBD – Next Business Day)
Prioridade “1”	O equipamento está operacional, porém apresenta problemas.	Até 02 (dois) dias úteis.
Prioridade “2”	Existem dúvidas pendentes de esclarecimento e/ou existem firmwares, MIBs ou documentação ainda não disponibilizados.	Até 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo primeiro. Os prazos previstos compreendem os períodos para mobilização necessária à execução do objeto, início e término da prestação dos serviços.

Parágrafo segundo. Deverão ser observadas demais condições estabelecidas no Anexo III do Termo de Referência nº 67/2018.

Cláusula Sexta — Do local e prestação/execução dos serviços

O atendimento, tanto em garantia como para manutenção e suporte técnico, poderá ocorrer remotamente (*on-line*) via internet (VPN) ou, dependendo da severidade e da natureza da demanda, presencialmente (*on-site*), com o deslocamento do técnico para prestação dos serviços nas dependências do TJRR, nas seguintes localidades:

Localidade		Endereço
SITE A	Sede Administrativa (Datacenter Principal)	Av. Capitão Ene Garcez, n.º 1696 , Bairro: São Francisco, CEP: 69.305-135, Boa Vista-RR
SITE B	Fórum Criminal (Datacenter Secundário)	Av. CB PM José Tabira de Alencar Macedo, 602 - Bairro Caranã, CEP: 69.313-595, Boa Vista-RR

Parágrafo primeiro. Todos os custos diretos e indiretos para realização do atendimento presencial (on-site) serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

Parágrafo segundo. As localidades podem sofrer alterações e acréscimos no decorrer do contrato, caso haja mudança ou implantação de novos Datacenters.

Parágrafo terceiro. Para liberação de acesso aos locais de instalação dos ativos integrantes da solução, durante a vigência do contrato, o(s) técnico(s) designado(s) para prestar o atendimento deverá(ão) se apresentar devidamente identificado(s) no ato do atendimento.

Parágrafo quarto. Todos os atendimentos devem respeitar o Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

Cláusula Sétima — Do Recebimento

O objeto deste Contrato será recebido:

- a. provisoriamente, em 05 (cinco) dias úteis da data de entrega das faturas referente ao serviço de manutenção ou fornecimento, pelo fiscal, mediante recibo, não configurando aceite.
- b. definitivamente, após comprovada a adequação do objeto à especificação do Edital, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93, através de termo próprio, que será emitido em 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório.

Parágrafo primeiro. A Contratada deverá apresentar faturamento mensal em conformidade com o período de prestação dos serviços.

Cláusula Oitava — Do Valor

O valor total deste Contrato é de R\$ 00.000,00 (_____), conforme proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº ____/____.

Parágrafo primeiro. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Cláusula Nona — Do Custeio

O objeto deste contrato será custeado através do Programa de Trabalho nº 00.000.00.000.0000.0000 – _____, pela Rubrica item nº 0.0.00.00. – _____.

Parágrafo primeiro. Foi reservada parcela do orçamento através das Notas de Empenho de nº 000/0000 e 000/0000, emitidas em 00/00/2000, no valor de R\$ 00.000,00 (_____).

Cláusula Décima — Do Pagamento

Após o recebimento definitivo e obedecidas as condições estabelecidas no item 10 do Termo de Referência quanto ao IMR (Instrumento de Medição de Resultados), com as eventuais reduções, caso aplicadas, as faturas serão encaminhadas para pagamento, que será realizado em no máximo 30 (trinta) dias, contados da apresentação da fatura, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da **Contratada**.

Parágrafo primeiro. Nos termos do art. 5º, §3º da Lei nº 8.666/93, os pagamentos de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 24, da mesma lei, sem prejuízo do que dispõe o seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

Parágrafo segundo. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)$$

365

$$EM = I \times N \times VP$$

I = Índice de atualização financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos Moratórios devidos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da Prestação em atraso

Parágrafo terceiro. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, o Procedimento deve ser instruído com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da Secretaria-Geral desta Corte, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

Parágrafo quarto. O Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste Contrato.

Parágrafo quinto. A Contratada somente fará jus ao pagamento mediante demonstração do cumprimento dos encargos sociais e tributários porventura incidentes.

Parágrafo sexto. A empresa contratada poderá emitir nota fiscal/fatura com a incidência de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) ou Imposto Sobre Serviços (ISS), conforme o caso.

Parágrafo sétimo. No caso de notas fiscais/faturas emitidas com a incidência de ICMS, o pagamento ficará condicionado ao devido atesto pela Secretaria de Fazenda do Estado de Roraima – SEFAZ/RR quanto à sua regularidade, devendo ser anexado o DARE (Documento de Arrecadação de Receita Estadual) para posterior retenção e recolhimento do imposto devido.

Parágrafo oitavo. A medida de que trata o parágrafo anterior não se aplica aos fornecedores sediados em outros Estados, pois, neste caso, cabe ao fiscal de Contrato observar se a nota fiscal apresentada contém o atesto de Posto Fiscal do Estado de Roraima.

Parágrafo nono. As notas fiscais/faturas emitidas com a incidência de ISS, terão seu pagamento condicionado à apresentação da Guia de Recolhimento do imposto do município onde for realizado o serviço.

Parágrafo décimo. O atraso no pagamento decorrente de qualquer das circunstâncias descritas nesta cláusula não exime a **Contratada** do cumprimento de suas obrigações, principalmente do pagamento dos seus empregados nas datas regulares.

Cláusula Décima Primeira — Das Sanções Administrativas

Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais cíveis ou criminais, a **Contratada** que:

- a. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- b. Não mantiver a proposta;
- c. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d. Comportar-se de modo inidôneo; ou
- e. Cometer fraude fiscal.

Parágrafo primeiro. Para fins do disposto na alínea “d” do item anterior, reputar-se-ão inidôneos os atos de quem faz declaração falsa, bem como os descritos nos artigos 89 a 98, da Lei 8.666/93.

Parágrafo segundo. As multas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, serão calculadas na forma abaixo estabelecida:

- a. Multa moratória, prevista no art. 86 da Lei nº 8.666/93, será calculada no percentual de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do serviço em mora, por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b. Multa de 10% (dez por cento) com acréscimo de 0,13% (treze décimos por cento) ao dia, incidente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, sobre o valor do serviço em atraso, na hipótese de atraso por período superior ao previsto na alínea “a”, limitado em até 60 (sessenta) dias;
- c. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente aos serviços, desde que caracterizada a inexecução parcial; e

- d. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

Parágrafo terceiro. A Contratada poderá sofrer a penalidade de advertência prevista no inciso I, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, em casos de falhas na execução do objeto que não acarretarem prejuízos significativos ao TJRR.

Parágrafo quarto. As multas previstas neste instrumento, que são independentes e acumuláveis, poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, que não poderão ser superiores ao valor contratado.

Parágrafo quinto. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo sexto. A aplicação das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual n.º 418/2004.

Parágrafo sétimo. Toda penalidade aplicada será registrada no SICAF e inseridas no site do Tribunal de Justiça.

Cláusula Décima Segunda — Garantia de Execução do Contrato

A **Contratada** deverá apresentar à Administração, por meio da Fiscalização, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura contrato, comprovante de prestação de garantia no valor de R\$ _____ (valor por extenso) _____, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

- a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
 - a.1) A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada no Banco do Brasil, em conta específica, com correção monetária.
- b. Seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia do Fornecedor” ou
- c. Fiança bancária.

Parágrafo primeiro. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

Parágrafo segundo. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, a título de garantia.

- a. O bloqueio efetuado com base no parágrafo segundo não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada.
- b. A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no parágrafo segundo desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

Parágrafo terceiro. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b. Multas moratórias e punitivas aplicadas à contratada;
- c. Prejuízos diretos causados ao **Contratante** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d. Obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas de qualquer natureza, não honradas pela **Contratada**;
- e. Prejuízos indiretos causados ao **Contratante** e prejuízos causados a terceiros decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

Parágrafo quarto. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

Parágrafo quinto. A garantia deverá possuir validade até 03 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetiva do contrato, e será liberada ou restituída após a execução do contrato, conforme Art. 56 da Lei 8.666/93.

Parágrafo sexto. Nos termos do art. 23, §1º, da Resolução TP n.º 15/2013, a adequação da garantia legal prestada é condição para acréscimos, supressões e eventuais repactuações contratuais.

Cláusula Décima Terceira — Das Sanções Administrativas

Com fundamento no art. 7º da Lei n.º 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais cíveis ou criminais, a **Contratada** que:

- a. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- b. Não mantiver a proposta;
- c. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d. Comportar-se de modo inidôneo; ou
- e. Cometer fraude fiscal.

Parágrafo primeiro. Para fins do disposto na alínea “d” do item anterior, reputar-se-ão inidôneos os atos de quem faz declaração falsa, bem como os descritos nos artigos 89 a 98, da Lei 8.666/93.

Parágrafo segundo. As multas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, serão calculadas na forma abaixo estabelecida:

- a. Multa moratória, prevista no art. 86 da Lei n.º 8.666/93, será calculada no percentual de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do item ou do serviço em mora, por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b. Multa de 10% (dez por cento) com acréscimo de 0,13% (treze décimos por cento) ao dia, incidente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, sobre o valor do item ou do serviço em atraso, na hipótese de atraso por período superior ao previsto na alínea “a”, limitado em até 60 (sessenta) dias;
- c. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao item ou aos serviços, desde que caracterizada a inexecução parcial; e
- d. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

Parágrafo terceiro. A Contratada poderá sofrer a penalidade de advertência prevista no inciso I, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, em casos de falhas na execução do objeto que não acarretarem prejuízos significativos ao TJRR.

Parágrafo quarto. As multas previstas neste instrumento, que são independentes e acumuláveis, poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, que não poderão ser superiores ao valor contratado.

Parágrafo quinto. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo sexto. A aplicação das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual n.º 418/2004.

Parágrafo sétimo. Toda penalidade aplicada será registrada no SICAF e inseridas no site do Tribunal de Justiça.

Cláusula Décima Quarta — Das Alterações

Este Contrato poderá ser alterado de acordo com o interesse e a necessidade da administração, com a apresentação das devidas justificativas, observando-se o disposto no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, bem como do Anexo X da Instrução Normativa n.º 05, de 2017, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

Parágrafo primeiro. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

- a. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

Parágrafo segundo. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo terceiro. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

Cláusula Décima Quinta — Da Rescisão

Sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, este Contrato poderá ser rescindido, assegurada a concessão de contraditório e ampla defesa, se a **Contratada**:

- a. Descumprir qualquer condição deste Instrumento, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado junto ao **Contratante** e impeditivo da execução deste Ajuste, nos termos do artigo 77 da Lei n.º 8666/93;
- b. Ceder ou transferir a terceiros, ainda que parcialmente, os direitos e obrigações ajustadas, exceto quando autorizado pelo **TJRR**;
- c. Nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei 8666/93, com as consequências indicadas no artigo 80 da mesma Lei, sem prejuízo das aplicações previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

Parágrafo primeiro. Em razão de interesse público devidamente justificado nos autos, o **Contratante** poderá rescindir o presente Contrato, sem ônus, antes do término de sua vigência, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 dias.

Parágrafo segundo. O Termo de Rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c. Indenizações e multas porventura incidentes.

Parágrafo terceiro. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da **Contratada**, a Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

Parágrafo quarto. Depois de encerrada a instrução inicial, a **Contratada** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

Cláusula Décima Sexta — Das Disposições Finais

Este instrumento será publicado, por extrato, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Boa Vista/RR, conforme art. 55, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo. Da aplicação das penalidades definidas na **Cláusula Décima — Do Pagamento**, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

Parágrafo terceiro. O recurso deverá ser dirigido à Secretaria de Gestão Administrativa - SGA, a qual instruirá o feito e o submeterá à Secretaria-Geral.

Parágrafo quarto. Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria-Geral, sendo aplicáveis os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Para firmeza e validade do pactuado, depois de lido e por estarem de acordo, os representantes das partes assinam este instrumento eletronicamente.

ANEXO I - Discriminação do objeto

Tipo	Item	Descrição do Equipamento	Unidade	Qnt.	Valor Unitário (R\$)	Valor Estimado Global (R\$)
Serviço	01	Serviços de Manutenção e Suporte Técnico por 60 meses.	Serviço	16		

Valor Total Global (R\$)	
--------------------------	--

ANEXO II**Modelo de Declaração de Preposto**

Eu, (Incluir nome do representante), representante legal da empresa (Incluir nome do licitante), declaro, para os devidos fins, que referida empresa se compromete a manter preposto, durante o prazo de vigência do Contrato nº ____/____.

Nome do Preposto:

CPF:

RG:

Qualificação Profissional:

Endereço:

Telefone/WhatsApp:



Documento assinado eletronicamente por **DIANE SOUZA DOS SANTOS, Subsecretário(a)**, em 28/11/2018, às 11:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0446769** e o código CRC **98B108EB**.



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE DE MELO TAVARES, Subsecretário(a)**, em 28/11/2018, às 12:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0448871** e o código CRC **BBCA6108**.